



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO**

**HEMEROTECA ESQUECIDA: FENÔMENO SOCIAL
DO ESQUECIMENTO NA PERSPECTIVA DA
CIENCIA DA INFORMAÇÃO**

TONY BERNARDINO DE MACEDO

RECIFE

2013



TONY BERNARDINO DE MACEDO

**HEMEROTECA ESQUECIDA: FENÔMENO SOCIAL
DO ESQUECIMENTO NA PERSPECTIVA DA
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção de título de mestre em Ciência da Informação. **Área de concentração:** Informação, Memória e Tecnologia. **Linha de pesquisa:** Memória da informação científica e tecnológica. **Orientador:** Prof^o Dr^o Marcos Galindo Lima. **Co-orientadora:** Prof^a Dr^a Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda.

RECIFE

2013

Catálogo na fonte

Andréa Marinho, CRB4-1667

M141h Macedo, Tony Bernardino de.

Hemeroteca esquecida: fenômeno social do esquecimento na perspectiva da ciência da informação / Tony Bernardino de Macedo. – Recife: O autor, 2013.

291 p.: il.: fig.; 30 cm.

Orientador: Marcos Galindo.

Co-orientadora: Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Ciência da Informação, 2013.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Ciência da Informação. 2. Comportamento Informacional. 3. Memória Coletiva. 4. Faculdade de Direito do Recife. I. Galindo, Marcos. (Orientador). II. Miranda, Májory Karoline Fernandes de Oliveira (Co-orientadora). III. Título.



Serviço Público Federal
Universidade Federal de Pernambuco
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - PPGCI

Dissertação de Mestrado apresentada no dia 27 de fevereiro de 2013, por TONY BERNARDINO DE MACEDO ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, sob o título **“HEMEROTECA ESQUECIDA: FENÔMENO SOCIAL DO ESQUECIMENTO NA PERSPECTIVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO”** orientada pelo Prof. Dr. Marcos Galindo Lima e **aprovada** pela Banca Examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Marcos Galindo Lima
Departamento de Ciência da Informação-PPGCI/UFPE

Prof^a D^{ra} Sandra de Albuquerque Siebra
Departamento de Ciência da Informação-PPGCI/UFPE

Prof^a D^{ra} Luzilá Gonçalves Ferreira
Departamento de Letras/UFPE

Autor:

Tony Bernardino de Macedo

À

Paula
Bernardino de
Macedo,

José Anderson
de Barros e

Ana Luiza
Bernardino da
Silva

AGRADECIMENTOS

*Minha mãe, meu pai, meu povo
Eis aqui tudo de novo
A mesma grande saudade
A mesma grande vontade
Minha mãe, meu pai, meu povo*

*Minha mãe me deu ao mundo
De maneira singular
Me dizendo a sentença
**Pra eu sempre pedir licença
Mas nunca deixar de entrar***

(Tudo de novo, Caetano Veloso)

Agradecer e abraçar. O ato de agradecer me foi ensinado muito cedo por minha mãe, desde o raiar do dia até o deitar-se. Agradecer é também abraçar, dessa forma, todos os aqui citados se sintam abraçados.

Agradeço à força motriz/matriz denominada por nós de Deus. *Andar com fé eu vou que a fé não costuma falhar...*

Ao meu pai **Antonio Bernardino de Macedo** (*in memorian*) por encher a minha infância de enciclopédias e dicionários.

À minha amada mãe **Severina Ferreira da Silva** (*in memorian*), por ser a melhor pessoa que eu já conheci na vida, por tudo.

A minha irmã **Paula Bernardino de Macedo** por caminhar comigo por essas estradas da vida, por ser minha amiga, minha confidente, amo você.

Ao meu companheiro **José Anderson de Barros Matos**, incentivador desta empreitada. Obrigado por tornar esta jornada menos cansativa, obrigado por sua dedicação e amor. Amo você.

As queridas irmãs **Nelvia Bernardino da Silva** e **Patrícia Bernardino**, por todo amor que vocês me dedicam, obrigado por tudo. Amo vocês.

Aos sobrinhos **Ana Luiza Bernardino**, **Ismael Bernardino** por tornarem a casa “mais” barulhenta. À

Ana Ariela Bernardino por sua ajuda preciosa. Amo vocês.

O meu muito obrigado ao meu orientador **Marcos Galindo**, pela confiança, por todos os ensinamentos e pelo o incentivo. O meu muito obrigado.

À minha eterna Professora **Silva Cortez**, por toda gentileza, pelas agradáveis aulas e pelo bolo de chocolate que ainda rodeia o meu imaginário.

Aos Professores **Denis Bernardes** (*in memorian*) e **Marivalde Francelin** pelas conversas cheias de aprendizado.

Às Professoras e amigas **Májory Miranda** e **Vildeane Borba** pelas palavras de incentivo. Os meus sinceros agradecimentos.

Às amigas, conselheiras, confidentes **Telma Arruda Cruz**, **Ismênia Santos** e **Rafaela Mello** (Best Friend), pelas conversas, pela amizade sincera. Adoro vocês meninas.

Aos amigos **Nelson Lafayette** pelo abraço sincero, por tudo e **Helena Azevedo** pelo carinho de ter me adotado.

Aos amigos da Biblioteca setorial do CFCH **Evanise Carvalho** por sua compreensão neste momento, por sua generosidade, por sua amizade; **Jonecléia Silva** por alegrar e adoçar este momento e **Rodrigo Galvão** pela gentileza e ajuda. Meus sinceros agradecimentos.

Aos amigos da Faculdade de Direito do Recife **Bernadete Amazonas** por sempre ser solicita comigo, **Jandira Alves** por “mais alegria”, **Paulo Jacinto** pela louca amizade, **Josias Silva** por sua gentileza, **Carminha Silva** pelo perfume e pelo abraço, **Yone Farias** pelo sorriso, minha gratidão.

À **Suzana Wanderley** (fera radical) por facilitar nossas vidas, e nos escutar sempre. Grato.

À Professor **Sandra Siebra** pela dedicação e empenho no momento da qualificação, meu muito obrigado.

À Professora que tanto admiro **Luzilá Gonçalves Ferreira**, obrigado.

Ao Historiador **Fernando Báez** pelo tempo cedido às minhas perguntas.

À bibliotecária **Leonice Ferreira da Silva** pela disposição em me ajudar, meu muito obrigado.

Abragaço!!!

Quem cala sobre teu corpo consente na tua morte.

(Milton Nascimento)

RESUMO

MACEDO, Tony Bernardino de. **Fenômeno social do esquecimento na perspectiva da ciência da informação**. 2013. 150p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

Trata-se de um trabalho interdisciplinar que tem como objeto de estudo o fenômeno social do esquecimento. O termo foi empreendido durante o processo de pesquisa, entendemos por este fenômeno a não concretização do fluxo informacional, uma vez que instituições memorialistas não promovendo acesso e uso da informação/memória da qual elas são detentoras estão exercendo a prática do esquecimento. O que pretendemos aqui é discutir esta prática sob a perspectiva da ciência da informação. Entendemos que o campo de estudo da Ciência da Informação é o fluxo informacional (coleta, processamento, organização e acesso da informação), no entanto, em alguns momentos esse fluxo não é

concretizado, o acesso não é realizado, ocorrendo o fenômeno social do esquecimento. Apontamos como um exemplo deste fenômeno o caso da hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife, cujo acervo é formado por jornais do século XIX e início do século passado. Para a elaboração desse trabalho apresentamos duas justificativas. Na primeira escrevemos sobre a relevância da hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife; A segunda diz respeito à escassez de pesquisas que abordam a temática do esquecimento dentro da Ciência da Informação. Diante do tema proposto optamos por estruturar a dissertação em quatro polos tendo como referência o modelo de investigação quadripolar concebido por Paul de Bruyne, Jacques Herman e Marc de Schoutheete. Trata-se de uma dinâmica de pesquisa resultante de uma interação entre quatro polos – o epistemológico, o teórico, o técnico e o morfológico. Dessa forma, nossa pesquisa foi de natureza teórica, dentre os vários objetivos desse tipo de pesquisa podemos citar a contribuição inédita aos conceitos teóricos de determinado campo de estudo. Nossa pesquisa foi, quanto aos fins, uma pesquisa exploratória. Este tipo de pesquisa tem como característica principal a familiarização do pesquisador com um objeto pouco ou nunca explorado. Para selecionar um estudo de caso devemos definir a nossa unidade de análise, desse modo, tivemos como nossa unidade de análise a hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife, onde acreditamos ter ocorrido um

exemplo de fenômeno social do esquecimento. Para a coleta de dados fizemos uso da pesquisa documental na biblioteca e no arquivo da Faculdade de Direito do Recife, além da aplicação de entrevista semi-estruturada. A dissertação tem como objetivo diagnosticar, avaliar, analisar e identificar os processos e os agentes causadores do fenômeno estudado a fim de entender sua expressão e contribuir para que casos semelhantes não se repitam no futuro.

Palavras-chave: Fenômeno social do esquecimento. Ciência da Informação. Memória coletiva. Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife

ABSTRACT

MACEDO, Tony Bernardino de. **Social Phenomenon Of Oblivion in the perspective of Information Science**. 2013. 150p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

This work is mostly multidisciplinary and has its object of study is the social phenomenon of oblivion. The previous term was designed during the research process and it is defined as a lack of normal information flow once memoirists institutions are not providing access and use of information/memory that they are owners, they are performing the oblivion phenomenon. What is intended here is to discuss this practice under the perspective of information science. It is understood that the field of study of information science is the information flow (collection, processing, organization and access), however, at certain times this flow is not achieved and the access is not held, occurring the social phenomenon of oblivion. It is identified as example the case of the hemeroteca of Faculdade de Direito do Recife, whose collection is

formed by 19th century and 20th century newspapers. To prepare the present work it is shown two explanations. The first one demonstrates the relevance of the hemeroteca of Faculdade de Direito do Recife. The second explanation concerns the scarcity of researches that addresses the oblivion issue inside the information science. In front of the proposed theme, the dissertation was structured having as reference the quadripolar investigation model conceived by Paul de Bruyne, Jacques Herman and Marc de Schoutheete. It is a dynamics research resulting from an interaction between four poles – epistemological, theoretical, technical and morphological. Thus, this research was theoretical and among the various objectives it can be cited the unprecedented contribution to the theoretical concepts of a particular field of study. As the purposes, the research was exploratory which has as main feature the familiarization of researcher with an object that was underexplored or never explored. To accomplish a case study it must be defined the unit of analysis which was, in this case, the hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife, where it is believed that social phenomenon of oblivion occurred. For data collection a document research was performed in the Faculdade de Direito do Recife library and archives, besides the application of a semi-structured interview. The dissertation aims to diagnose, diagnose, evaluate, analyze and identify the processes and causing agents of the studied phenomenon in order to understand its

expression and contribute to similar cases do not happen again.

Keywords: Social phenomenon of oblivion. Information science; collective memory. Hemeroteca of Faculdade de Direito do Recife

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
1.2 Da justificativa e da relevância	28
1.3 Objetivos	35
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	37
3 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:	
uma ciência social	44
4 EM BUSCA DE CONCEITOS	66
4.1 Informação	66
4.2 Memória	74
4.3 Esquecimento	86
4.4 Instituições memorialística	95
4.5 Paradigma custodial	100
4.6 Teoria dos sistema e os	
sistemas memoriais	105
4.7 Fenômeno Social do esquecimento	110
5 ESTUDO DE CASO:	
uma contextualização	116

5.1 Breve história da imprensa pernambucana	119
5.2 A Faculdade de Direito do Recife: sua trajetória	136
5.3 Guardando memórias: a Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife	142
5.4 Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife: dias de esquecimento	147
5.4.1 Trajetória do esquecimento	162
6 O DIREITO PASSA POR AQUI: resposta ao esquecimento	167
6.1 Conservação de Obras Raras e Valiosas da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife	170
6.2 Laboratório de restauro e conservação	171
7 OUTROS CASOS DE ESQUECIMENTO	172
7.1 A memória esquecida da SUDENE	173
7.2 A coleção de José Antônio Gonçalves de Mello	177

8 SENHORES DA MEMÓRIA E DO	
ESQUECIMENTO: a missão do bibliotecário	181
8.1 A Formação do bibliotecário na	
Universidade Federal de Pernambuco	190
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
10 REFERENCIAS	206
ANEXOS	232

1 INTRODUÇÃO

“Toda uma gigantesca ação de solidariedade aos órgãos encarregados da defesa, preservação e ampliação do nosso acervo cultural, quer se refira a monumentos e documentos, conjuntos arquiteturais, estatuários e urbanísticos, sítios, ou cidades, telas e livros, partituras e manuscritos, precisa ser deflagrada, mobilizando o povo e conscientizando-o a fim de que o Brasil não se transforme numa grande nação historicamente desmemoriada, sem uma lembrança sequer de seu magnífico passado a oferecer às desoladas gerações vindouras. Ou só capaz de oferecer-lhes a recordação de nossa vileza – a de termos consentido na derrocada dos valores patrimoniais do espírito brasileiro, crime que ficará para sempre sem remissão.”

(OLIVEIRA, 1991, p.157)

Três são as características gerais que constituem a razão da existência da Ciência da Informação (CI), escreveu Saracevic (1996, p.42). O autor aponta a estreita ligação da Ciência da Informação (CI) à tecnologia da informação, a qual está impondo a transformação da sociedade moderna em sociedade pós-industrial ou era da informação. Outra característica é a participação da CI na evolução da sociedade da informação. “A CI teve e tem um importante papel a desempenhar por sua forte

dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia”, escreveu Saracevic. A última característica descrita pelo autor é o caráter interdisciplinar desta ciência.

A evolução das relações interdisciplinares da Ciência da Informação diz respeito a sua origem relacionada à Biblioteconomia e à Documentação. Posterior à origem da CI, Saracevic (1995), acrescenta outras disciplinas tais como a Ciência da Computação, a Ciência Cognitiva e a Comunicação. Essas disciplinas contribuíram ou ainda contribuem para a compreensão do objeto informação (BORKO, 1968; WERSIG, 1975; SARACEVIC, 1995; LE COADIC, 2004).

No curso desta disciplina “mutante” (SARACEVIC, 1996, p.6) muitas foram, ainda, as relações interdisciplinares encontradas no caminho. Para a elaboração deste trabalho, essa característica da Ciência da informação foi de muita importância e muito bem-vinda, uma vez que trabalhamos também com conceitos emprestados de outras disciplinas, mas que fundamentaram nossa pesquisa.

Esta dissertação é um trabalho interdisciplinar que buscou estudar o “fenômeno social do esquecimento”. O termo foi empregado durante a nossa pesquisa, para designar o processo de descara e perda do patrimônio custodiado por instituições

memorialísticas¹. O fenômeno foi objeto de estudos de historiadores como Fernando Bàez (2006) em sua *História universal da destruição dos livros*. Nesta obra, o autor usa o termo *memoricídio* para a prática da destruição de bibliotecas em diversos contextos. Pretendemos discutir nesta dissertação os desdobramentos deste fenômeno social sob a perspectiva da Ciência da Informação. Entendemos que o campo de estudo da Ciência da Informação é o fluxo informacional (coleta, processamento, organização e acesso da informação) (CAPURRO, 2003; LE COADIC, 2004; MALHEIRO, 2006), no entanto, em alguns momentos esse fluxo não é, por razões diversas, concretizado. O acesso não é realizado, resultando em uma das faces do que denominamos de fenômeno social do esquecimento.

Para estudar este fenômeno, tomamos como estudo de caso, o exemplo da Hemeroteca² da Faculdade de Direito do Recife, cujo acervo é formado por jornais do século XIX e início do século passado. Para este fim tentamos traçar um percurso, da origem

¹ Termo sugerido por Armando Malheiro (2006) para denominar instituições legitimadas (arquivos, bibliotecas, museus).

² Hemeroteca é uma coleção de jornais e periódicos situada, em geral, numa seção separada dos livros e outros documentos da biblioteca. Fonte: GIL, Beatriz Massa de; RAY, Trautman; GOY, Peter. **Diccionario técnico de biblioteconomia**. México: Trillas, 1973. p.99.

deste local ao dia em que os documentos ali guardados foram encontrados em adiantado estado de degradação.

Atentamos para a circunstância de que o ocorrido na citada hemeroteca, não é um fato isolado. A escolha prende-se ao fato de o caso ser típico e representativo do fenômeno que buscamos estudar. O fenômeno da incúria, em relação ao patrimônio memorial no Brasil vem de longa data, como ilustra Rubens Borba de Moraes (2006, p.25).

Os conventos estão vazios, **as bibliotecas e os arquivos estão abandonados** por falta de quem cuide deles. A excelente biblioteca dos franciscanos no Rio de Janeiro ficou abandonada, entregue aos cupins e às goteiras no telhado do convento (grifo nosso).

Báez (2006, p.307) elenca as diferentes formas de destruição deste objeto revolucionário, o livro. Intitulado *Entre inimigos naturais e legais*, o autor relata um episódio que para este momento introdutório é de grande valia e elucidação:

Numa carta a um discípulo de Petrarca, chamado Francisco de Fiana, datada ao que parece de 1416, Cincius Romanus relata como durante uma viagem ao mosteiro de São Gall, na Alemanha, encontrou na torre da igreja incontáveis livros mantidos como prisioneiros e a biblioteca descuidada e infestada de poeira, vermes,

fuligem, e todas as coisas relacionadas com a destruição dos livros.

A destruição da hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife foi conhecida pelo público quando jornais de grande circulação do estado de Pernambuco estamparam manchetes como: *Acervo raro entregue aos cupins*³ ou *Acervo por pouco não vira pó*⁴. O acervo da Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife mostrado naqueles jornais era a repetição da história citada por Báez.

O que sobrou da Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife, agonizava dentro de uma sala quente e úmida, onde toda espécie de insetos, como traças e cupins, desempenhava silenciosamente o seu trabalho. A memória estava sendo negligenciada pela instituição responsável por sua custódia.

Em 2008, deu-se início a um trabalho de desinfestação e acondicionamento da coleção da Hemeroteca. O projeto foi intitulado: *Resgate documental de jornais raros: trabalhos de desinfestação, inventário e acondicionamento do acervo da Hemeroteca*. Tal projeto fez parte da

³ ALVES, C. Acervo raro entregue aos cupins. **Jornal do Commercio**, Recife 26 nov.2006. Cidades. (ver ANEXO A)

⁴ ALVES, C. Acervo por pouco não vira pó. **Jornal do Commercio**, Recife 17ago. 2008. Cidades. p.3 (ver ANEXO B)

campanha “O Direito passa por aqui”, cujo objetivo era a reestruturação da Faculdade de Direito do Recife, tendo sido este financiado pelo Ministério da Justiça. Deste projeto resultou um catálogo que reunia um inventário do acervo que sobreviveu à incúria, composto por aproximadamente 40 títulos de jornais impressos em Pernambuco durante a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.

Para abordar o nosso objeto de estudo desenvolvemos a pesquisa que resultou na presente dissertação, que ficou assim dividida: buscamos no primeiro capítulo evidenciar a perspectiva de ciência social aplicada da Ciência da Informação. Este viés social irá permear todo o trabalho. Fundamentamos esta fase do trabalho em teorias desenvolvidas por Shera (1971,1977), Egan (1952) e Fallis (2006) com a epistemologia social, o paradigma social de Capurro (2003), a perspectiva social de Hjørland (2002) e a visão da função social da Ciência da Informação apresentada por Wersig e Neveling (1975).

Alguns conceitos serão de grande importância para a compreensão desta dissertação. Pautamos nossa reflexão no raciocínio de Wersig (1993), o qual denomina “interconceitos” como a prática de construção teórica a partir da interligação de conceitos comuns. Estes conceitos vindos de outros campos do

saber são reestruturados, tecendo, dessa forma, uma rede conceitual.

Assim buscamos na segunda parte da dissertação trabalhar com sete conceitos, a saber: a) informação, b) memória, c) esquecimento, d) paradigma custodial, e) instituição memorialística, f) sistemas memoriais, g) fenômeno social do esquecimento. Os três primeiros, por serem polissêmicos e objetos de estudo de outras disciplinas necessitaram de maior atenção para uma melhor adequação à Ciência da Informação. Os dois seguintes são conceitos elaborados por Armando Malheiro e Fernanda Ribeiro (2002, 2006, 2011). O sexto aborda a importância do pensamento sistêmico e sua implicância nos sistemas memoriais. O último é o conceito chave do nosso estudo e foi trabalhado a partir de leituras e discussões de orientação, durante o processo de elaboração desta dissertação.

O nosso estudo de caso foi contextualizado na terceira parte, onde apresentamos a história da Faculdade de Direito do Recife como um reduto aglutinador de ideias e da sua biblioteca, assim como traçamos um pequeno histórico da imprensa pernambucana.

Em seguida adentramos no estudo de caso de nosso objeto, relatando a forma como a Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife foi perdendo sua

função social até que foi, nas prioridades institucionais, relegado a um plano secundário e intransferível e mergulhando nas águas do *Lete*⁵. No capítulo *O Direito passa por aqui: resposta ao esquecimento*, relatamos o esforço empreendido pela Faculdade de Direito para o resgate memorial e reativação do acervo.

Para a corroborar com o nosso raciocínio acerca do *fenômeno social do esquecimento*, citamos outros dois casos semelhantes ao da Faculdade de Direito do Recife aqui estudado: trata-se do acervo de microfilme da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a coleção de microfilmes coletada pelo historiador José Antônio Gonçalves de Mello (1916-2002).

A missão do bibliotecário como guardião da memória é discutida no capítulo *Os senhores da memória e do esquecimento: a missão do bibliotecário*, onde tentamos evidenciar a contribuição deste profissional no fenômeno aqui estudado.

⁵ Na tradição filosófica grega, a água do Lete é a água da morte, do esquecimento, já a água da Mnemósine é a água da vida imortal, a mesma que assegura ao demônio a sua sobrevivência no além, pois a morte se configura como o domínio do esquecimento enquanto que a vida, a conservação da memória (VERNANT, 2002, p. 144-145).

1.2 Da justificativa e da relevância

Para a elaboração da justificativa e da relevância deste trabalho apresentamos dois explicativos. No primeiro escrevemos sobre a relevância da Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife; a segunda trata da escassez de pesquisas que abordam a temática do esquecimento dentro da Ciência da Informação.

Em 11 de agosto de 1827 foram criados os primeiros cursos jurídicos do Brasil por decreto da Assembleia Nacional, sancionada pelo imperador Pedro I. Após muitos embates políticos ficou acertado que duas escolas atenderiam às demandas por bacharéis nativos no território brasileiro. Uma em Olinda, que atenderia a população do norte do país e, a outra em São Paulo para atender a população do sul (SCHWARCZ, 2005).

O Curso de *Sciencias juridicas e sociaes* entrou em funcionamento em 15 de maio de 1828 no mosteiro de São Bento, Olinda. Em 1854 a sede do curso foi transferida para o Recife. De acordo com o Decreto de número 1386 de 18 de abril de 1854, previa em seu artigo primeiro que: “os actuaes Cursos Jurídicos serão constituídos em Faculdades de Direito;

designando-se cada huma pelo nome da cidade, em que tem, ou possa ter assento". Dessa forma, o *Curso de Sciencias juridicas e sociaes* passa a ser denominado Faculdade de Direito do Recife. "É só a partir de então que se pode pensar em uma produção original e na existência de um verdadeiro centro criador de ideias e aglutinador de intelectuais engajados com os problemas de seu tempo e de seu país" (SCHWARCZ, 2005, p.146).

A biblioteca da Faculdade de Direito do Recife surgiu, primeiramente como biblioteca pública de Olinda em 1830, para atender especialmente o curso jurídico que naquela cidade acabara de se instalar. Inicialmente seu acervo foi formado por livros advindos de bibliotecas conventuais. Moraes (2006, p.9) descreve a presença dos livros nas bibliotecas dos jesuítas:

Os jesuítas sempre enriqueceram suas livrarias não somente por causa de suas necessidades pessoais, mas, principalmente, pelas responsabilidades que tinham nos seus seminários e colégios, onde recebiam alunos para o aprendizado desde as primeiras letras até os cursos de filosofia, que se equiparavam a verdadeiras faculdades. Consagravam à compra de livros (conforme o lugar) as rendas que lhes provinham dos produtos de suas fazendas (cacau, cravo) e da venda de remédios de suas

famosas boticas. Não só recebiam de Portugal e da Itália muitos livros, como também não perdiam ocasião de comprar os que altos funcionários, de volta a Lisboa, vendiam para não pagar frete de retorno.

A Faculdade de Direito do Recife foi um locus de inovação intelectual onde diversos movimentos e ideias surgiram daquele centro jurídico. Um desses movimentos, conhecido mundialmente, foi a *Escola do Recife*. Movimento científico, literário e filosófico que tinha como figuras centrais Tobias Barreto e Sílvio Romero. Sobre este movimento escreveu Freyre: “o germanismo literário e jurídico que teve por centro o Recife e por animador principal a figura extraordinária de Tobias Barreto” (2000, p.53). Wilson Martins em *História da Inteligência Brasileira* (1977) refere-se à Escola do Recife com as seguintes palavras: “O certo é que a Escola do Recife estava claramente inaugurando uma nova idade no pensamento brasileiro”. Bevilacqua (1927), sucintamente descreve o que foi a este movimento:

Escola do Recife o brilhante movimento intellectual, que teve por teatro a cidade do Recife, que foi, primeiramente, poético, depois, critico e filosofico, e, por fim, jurídico, sendo em todos elles, figura prepoderante Tobias Barreto, razão pela qual Espencer Vampré se inclinaria, attendendo, particularmente, á ultima phase, a preferir a denominação de Escola de Tobias.

As ideias de Sílvio Romero e Tobias Barreto, e de outros simpatizantes da Escola do Recife, eram divulgadas principalmente nos jornais da época. Tobias Barreto chegou a montar uma tipografia particular em sua Residência, no município de Escada-PE, de onde saíram alguns periódicos que ilustram este período.

Em meados de 1874, fundou-se na Escada, a Rua da Cadeia, n. 22, a *Typographia Commercial*, que laborou até 1881, publicando, além de alguns avulsos da lavra do notável jurista e filósofo Tobias Barreto de Menezes, o seu opúsculo *Ein offner Brief na die Deutsche Presse*, os periódicos *Um signo dos Tempos*, *Devaneio Literário*, *a Comarca da Escada*, *O Desabuso*, *O Escadense*, *A Igualdade contra a hypocrisia* e *O martello*, e a revista mensal *Estudos Allemães* (CARVALHO, 1908, p.51).

Galindo (2006) lembra que Pernambuco não possuía uma tradição em casas editoriais sendo as iniciativas, como a citada acima, responsáveis pelo registro, mais que em livros e outros instrumentos bibliográficos, dos grandes e pequenos acontecimentos travados naquele período.

A Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife era o lugar de memória que abrigava os diversos periódicos produzidos na segunda metade do século XX, não apenas em Pernambuco, mas de todo o território nacional e, possivelmente os escritos saídos

da tipografia de Tobias Barreto. Era um local onde borbulhava toda a inquietação de uma província intelectualmente ativa. Deste modo a imprensa periódica apresentava verdadeiros perfis político, social, cultural e econômico de Pernambuco e do Brasil. Apesar de sua importância, o lugar de memória tornou-se lugar de esquecimento.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações. (NORA, 1993, p.9)

A Ciência da Informação embora venha desenvolvendo pesquisas com a temática da memória como estoque de informação ainda não apresentou estudos sobre esquecimento. Oliveira (2010) após desenvolver um trabalho sobre o conceito de memória em Ciência da Informação no Brasil, conclui:

Os resultados permitiram identificar o que, talvez, possamos chamar de uma “tendência” majoritária no âmbito da Ciência da Informação. Os trabalhos dessa “tendência” relacionam memória e informação, considerando especialmente as informações registradas (documentos), nos mais variados suportes, como elementos de relevância para a memória social, em vários níveis: local, regional ou nacional. Essa relevância é justificada pela possibilidade

de (re)construção da memória e da formação de identidade a partir desses registros, o que exige sua organização, preservação e divulgação. Essas operações incluem o aspecto seletivo, que **envolve o binômio lembrar e esquecer**, onde a decisão sobre o que constituirá a memória é compreendida como uma disputa, ou uma negociação, entre grupos sociais, permeada por questões políticas e ideológicas, por vezes antagônicas. **A preservação dessa memória é associada, também, a espaços físicos socialmente instituídos e legitimados para sua custódia**, tais como, arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação (p.112, grifo nosso)

Outro trabalho que explorou não apenas a memória, mas também o esquecimento na Ciência da Informação foi apresentado por Holanda (2011 p.105). A autora concluiu que:

Apenas recentemente é que a Ciência da Informação tem, de forma tímida, atribuído à problemática do esquecimento ao conceito dos lugares de memória, sem perceber a possibilidade de expansão do sentido de materialidade contido nos documentos. Os lugares de memória têm utilidade e dão sentido aos símbolos sociais, sendo compostos por conhecimentos produzidos não intencionalmente, mas que delimitam certas fronteiras socioculturais, para que a identidade de grupos minoritários não caia no esquecimento.

Oliveira (2010) e Holanda (2011) relataram que os estudos sobre memória e esquecimento ainda estão em momento embrionário. A primeira autora falou em “tendência” em pesquisas sobre memória; já Holanda nos relatou que o esquecimento ainda está sendo abordado de forma tímida na Ciência da Informação. O presente trabalho, portanto, se coloca como uma iniciativa que pretende contribuir com este debate e propor maior exposição da reflexão sobre o fenômeno social do esquecimento.

1.3 Objetivos

Karl Popper (1972) registrou que não somos investigadores de assuntos, mas investigadores de problemas e que estes constituem os recortes de qualquer disciplina. Ora entendemos que o objeto de estudo da CI é a informação e o processo informacional e que este acontece dentro um contexto social. Borko (1968, p.3) nos lembra que a Ciência da Informação:

é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os meios de processá-la para otimizar sua **acessibilidade e uso**. A CI está ligada ao corpo de conhecimentos relativos à origem, coleta, organização, estocagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso de informação... Ela tem tanto um componente de ciência pura, através da pesquisa dos fundamentos, sem atentar para sua aplicação, quanto um componente de ciência aplicada, ao desenvolver produtos e serviços. (grifo nosso)

Quando nos deparamos com o caso da "Hemeroteca esquecida" estamos diante de um problema que deve ser estudado pela interdisciplinaridade da Ciência da Informação e, uma vez que o fluxo informacional não é realizado totalmente, há uma quebra no processo. "Atualmente,

transmitir o conhecimento para aqueles que dele necessitam é uma responsabilidade social, e nesta parece residir o verdadeiro fundamento da CI” (WERSIG, 1975).

O uso e acessibilidade ao conteúdo informacional, princípios fundamentais da função social da biblioteca, não ocorrem na Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife.

Dessa forma, procuramos nesta dissertação discutir a expressão do fenômeno em Pernambuco, tomando como estudo de caso a Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife. Para este fim procuramos diagnosticar, avaliar, analisar e identificar os processos e os agentes causadores deste fenômeno a fim de entender sua expressão e contribuir para que casos semelhantes não se repitam no futuro.

2 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A Ciência da Informação vem nas ultimas décadas trazendo para o seu circulo de pesquisa a temática da memória, como aponta o estudo de Oliveira (2010). O programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco reflete esta “tendência” ao apresentar *Informação, Memória e Tecnologia* como a grande área de concentração no seu programa de pós-graduação. A memória em CI é percebida como registro da informação o que inevitavelmente nos levará a preservação dessa memória e aos espaços físicos socialmente instituídos e legitimados para este fim, tais como bibliotecas, arquivos e museus.

Esses locais denominados por Malheiro (2006, p.159) de instituições memorialísticas são responsáveis pelo fluxo informacional (coleta, armazenagem e acesso à informação) (CAPURRO, 2003; LE COADIC, 2004; MALHEIRO, 2006), e entendemos esse fluxo como fenômeno humano e social o qual é objeto de estudo da Ciência da Informação. *Information Science: what is it?* , interroga-nos Harold Borko (1968) em seu clássico artigo. O autor nos diz que CI é “a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional

e os meios de processamento da informação para a otimização do acesso e uso” (p.1, nossa tradução). ⁶

Na perspectiva da Ciência da Informação, entendemos por *fenômeno social do esquecimento* como sendo a antítese do fluxo informacional, uma vez que instituições memorialistas que não promovem acesso e uso da informação/memória da qual elas são detentoras estão praticando, na verdade, o esquecimento.

Esquecer é da natureza humana, mas não é deste esquecimento que trata a presente dissertação. Trata-se de uma forma deliberada ou não de exílio de corpos memoriais, para a dimensão da inacessibilidade. É um fenômeno que contraria a natureza do conhecimento destinado ao acesso. Como o rio corre para o mar, o conhecimento corre para a difusão, para a distribuição de modo a que se cumpra nele a função social (GALINDO, 2012). Para fins desta pesquisa o *fenômeno social do esquecimento* é tratado como categoria de trabalho, que busca instrumentalizar a reflexão sobre o processo de esquecimento, demonstrando sua mecânica, dinâmica

⁶ Information Science is that discipline that investigates the properties and behavior of information, the forces governing the flow of information, and the means of processing information for optimum accessibility (Do original em inglês).

e, principalmente, sua expressão na forma de uma cultura de incúria e ausência de responsabilidade com o patrimônio cultural registrado em interfaces bibliográficas.

Para abordar o problema nos servimos do modelo de investigação quadripolar concebido por Paul de Bruyne, Jacques Herman e Marc de Schoutheete. Trata-se de uma dinâmica de pesquisa resultante da interação entre quatro polos – o epistemológico, o teórico, o técnico e o morfológico. “Eles não configuram momentos separados da pesquisa, mas aspectos particulares de uma mesma realidade de produção de discursos e de práticas científicas”. (BRUYNE; HERMAN; SCHOUHEETE, 1991 p.35). Malheiro (2009, p.293) afirma que o método elaborado por Bruyne é o dispositivo mais adequado às exigências do conhecimento da fenomenalidade informacional, uma vez que não se restringe a uma visão meramente instrumental.

Segundo este modelo, a investigação científica não pode ser restringida a uma visão meramente tecnológica ou instrumental, devendo ser perspectivada por forma a superar-se o debate <<tradicional>> entre <<quantitativo>> e <<qualitativo>> e por forma ainda a promover-se o fecundo intercambio interdisciplinar. Uma investigação que se cumpre em cada projecto e se reinicia, prolonga, corrige e supera nos seguinte, implicando sempre a interacção e a

abertura destes quatro pólos (MALHEIRO, RIBEIRO, 2002, p.87)

O *polo epistemológico* é considerado um motor interno da pesquisa, onde são construídos o objeto científico e os limites da problemática científica; aqui os paradigmas são revisitados, podendo haver ou não reformulação.

No *polo teórico* encontramos as formulações de hipóteses e todo o arcabouço teórico da investigação. Neste polo os conceitos são trabalhados em prol da resolução da problemática e do objeto de estudo apresentado no polo anterior. Bruyne nos esclarece que a função da teoria é a de ser o instrumento de maior poder na ruptura epistemológica face às pré-noções do senso comum. O autor nos revela que este polo é um lugar de confluência dos outros polos metodológicos: “o epistemológico com sua exigência de pertinência, o morfológico com sua exigência de coerência, o técnico com sua exigência de testabilidade” (p.114).

O *polo técnico* é o estágio onde a pesquisa encontra o seu momento pragmático. Parte da investigação onde se utilizam as técnicas para a coleta de dados que irão contribuir para explicitação da problemática discutida no polo epistemológico. De acordo com Bruyne (1991, p.201) este polo “tem a

função de circunscrever os fatos em sistemas significantes, por protocolos de evidenciação experimental desses dados empíricos”.

Os resultados serão apresentados no *polo morfológico*; trata-se da convergência dos polos anteriores.

Consumada neste quarto polo, a exposição de todo o processo que levou à construção do objeto científico, pode reiniciar-se o ciclo dinâmico de investigação quadripolar, a qual propende visivelmente para a acumulação em espiral do conhecimento construído. (MALHEIRO; RIBEIRO, 2002, p.90)

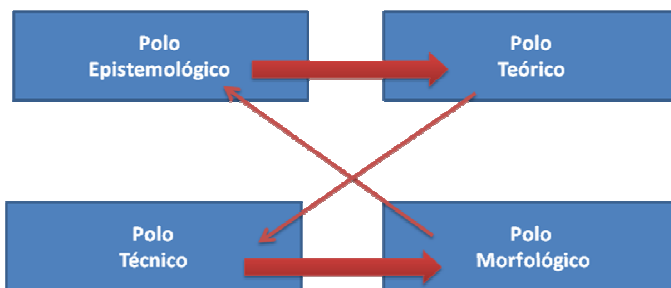


Figura 1: Método quadripolar de investigação: interação entre os polos.

Realizada a escolha da estruturação da pesquisa mostrada acima, partimos para o tipo de pesquisa quanto a sua natureza. De acordo com o relato de Oliveira (2010, p.112) os estudos que relacionam memória e informação em Ciência da Informação são

uma “tendência”, já Holanda (2011, p.105) nos relata que os estudos sobre memória e esquecimento em Ciência da Informação ainda estão em momento embrionário. Ao analisarmos os trabalhos das duas autoras concluímos que ao tratarmos do fenômeno social do esquecimento sob a perspectiva da Ciência da Informação apresentamos uma discussão inédita dentro desta área de conhecimento.

Dessa forma, nossa dissertação tenta promover um debate que busca oferecer contribuição inédita aos conceitos teóricos do campo de estudo da Ciência da Informação/memória/esquecimento.

Com base em seus objetivos gerais, nossa dissertação se enquadra como exploratória, conforme Mattar (1994, p.84) esta abordagem visa:

Prover o pesquisador de um maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva. Por isso é apropriada para os primeiros estágios da investigação, quando a familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenômeno por parte do pesquisador são geralmente insuficientes ou inexistentes.

Por se tratar de uma pesquisa muito específica, como é o caso da nossa, segundo Gil (2002), ela assume forma de um estudo de caso.

O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa utilizada para investigar um fenômeno social complexo. É considerada uma estratégia de pesquisa abrangente para as pesquisas sociais e é uma forma de investigação empírica, pois analisa um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real. (CALAZANS, 2007, p.39)

Para selecionar o estudo de caso definimos como unidade de análise, a Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife, onde acreditamos encontrar um exemplo clássico do fenômeno social do esquecimento.

Para a coleta de dados usamos a pesquisa documental, coletamos dados na biblioteca e no arquivo da Faculdade de Direito do Recife, além da aplicação de entrevistas semi-estruturadas. Este tipo de pesquisa é caracterizado por "roteiro preliminar de perguntas, que se molda à situação concreta de entrevista, quando o entrevistador pode adicionar novas perguntas se necessário for, objetivando aprofundar pontos que ele considera relevantes"(RAMPAZZO, 2008, p.95).

A pesquisa bibliográfica nos ajudou a identificar um conjunto de autores dos quais nos servimos tanto para fundamentação teórica, quanto como secundárias com as quais montamos o arcabouço da dissertação.

3 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO : uma ciência social

Neste momento, um ponto de vista pessoal deve ser esclarecido. Uma vez que, em nossa opinião, a ciência não é algo que se possa justificar em si mesma, mas é sempre justificável por alguma necessidade social que deve ser atendida por esta ciência, temos que descobrir quais foram as razões específicas que levaram ao desenvolvimento desta ciência. (WERSIG,1950, p.3)

Em um artigo publicado em 1950, Wersig nos relata uma passagem sobre o termo informação, e diz que “existem, pelo menos, seis diferentes abordagens para o uso e significado do termo em todos os campos da disciplina. Obviamente, cada uso e significado do termo é justificado”. O autor nos conta que a ambiguidade é um dos maiores entraves para a comunicação científica e para a elaboração de teorias, e nos alerta: “dever-se-á encontrar uma regra para avaliar qual é o significado que convém para cada objetivo” (p.5).

Dessa forma, elaboramos este capítulo com a intenção de evidenciar estudos que abordam uma Ciência da Informação que toma como perspectiva a informação como fenômeno humano e social. Assim, discutimos três visões, baseadas nos autores: Jesse Shera, Margareth Egan, Birger Hjørland e Rafael

Capurro. Cada um deles apresenta teorias que acreditamos, contribuem para o desenvolvimento da Ciência da Informação enquanto uma ciência social. Fizemos um breve histórico da prática do registro da informação e das disciplinas que precedem a Ciência da Informação. Assim, apresentamos a disciplina *epistemologia social* desenvolvida em meados do século XX por Shera e Egan; os conceitos de *análise de domínio* e *comunidades discursivas*, elaborados por Hjørland, e finalizamos com o *paradigma social*, proposto por Capurro. Enfatizamos que a opção por estes pesquisadores se baseou na orientação social de suas teorias para a Ciência da Informação.

Acreditamos que os princípios que regem a Ciência da Informação surgiram remotamente quando o homem criou ambientes onde estocavam seus registros, suas memórias. Jean (2002) nos conta que um dos mais antigos vestígios da escrita catalogados é datado do quarto milênio a.C., num tablete de argila. Datado deste mesmo período, Silva et al (1999) nos diz que foram produzidos diversos tipos de documentos. Desde cadernos de contabilidade até catálogos descritivos, esses documentos já utilizavam métodos de organização no armazenamento com a intenção de acesso futuro. Na Mesopotâmia, nos conta Ortega (2004), existiam tabletas com registros humanos e esses mesmos tabletas eram revestidos

por outras capas de argila que continham uma espécie de resumo com a finalidade de recuperar as informações que ali estavam guardadas, essa prática de armazenagem e de possível instrumento de recuperação da informação, nos remete a “teoria da armazenagem e recuperação da informação”, considerada por Egan e Shera (1949) como a base da Ciência da Informação.

Da antiguidade, a biblioteca mais celebre é sem dúvida a de Alexandria. De acordo com Martins (2002, p.74), foi nesta biblioteca em que se diz terem existido mais de setecentos mil volumes. Miranda (2010, p.25) nos esclarece que “de modo geral, durante toda a antiguidade, os gregos e depois os romanos registraram o conhecimento produzido e organizaram-no com etiquetas”. Ordenando-os de forma numérica e indexando por conteúdos nos Arquivos e Bibliotecas.

As bibliotecas da Idade Média não se diferenciaram em muitos aspectos das da antiguidade, tanto na composição, quanto na organização e no funcionamento. Wilson (2002) nos diz que as bibliotecas medievais são, na realidade, um prolongamento das bibliotecas antigas. O autor enfatiza:

Não se trata de dois tipos de biblioteca, mas de um mesmo tipo que sofreu modificações insignificantes decorrentes de pequenas

divergências de organização social. Mais diferença, existe, materialmente, na própria Antiguidade, entre as bibliotecas “minerais”, compostas por tabletes de argila, e as bibliotecas “vegetais” e animais, constituídas por rolos de papiro ou pergaminho, [...] **não variaram em nada o “funcionamento”, a natureza e as finalidades.** (p.71, grifo nosso)

Ortega (2004) nos informa que “durante a Idade Antiga e a Idade Média, museus, arquivos e bibliotecas constituíam praticamente a mesma entidade, pois organizavam e armazenavam todos os tipos de documentos”. A autora nos diz que esta entidade permaneceu inalterada até a Idade Moderna, “quando a produção dos livros tipográficos, entre outros motivos, levou a que as bibliotecas passassem a existir separadamente e a adquirir maior relevância enquanto elemento social”.

Ainda na Idade Média, a organização do conhecimento, passara a reconhecer outro lugar, as bibliotecas universitárias. Estas surgem no século XIII com a criação das primeiras universidades. “As primeiras universidades são, por assim dizer, um prolongamento das ordens eclesiásticas: franciscanos e dominicanos encontram-se na origem de muitas delas” (WILSON, 2002, p.89).

É nos primeiros momentos da Idade Moderna que a biblioteca passa a adquirir o seu sentido

moderno. “No final do século XV, a reprodução de materiais escritos começou a transferir-se da escrivania do copista para a oficina do impressor”. (EISENSTEIN, 1998, p.07). É nesta época, segundo Wilson (2002, p.91), que surge, junto ao livro, a figura do bibliotecário. Ortega Y Gasset ilustra muito bem este período:

Durante a Idade Média, a ocupação com os livros ainda é infra-social, não aparece para o público: está latente, secreta, pode-se dizer, intestina, confinada no recinto secreto dos mosteiros. Nas próprias universidades não se destacava essa prática. Nelas se guardavam os livros necessários à prática do ensino, do mesmo modo, nem mais nem menos, como se guardariam os utensílios de limpeza. Ser guardião dos livros não era algo especial. E não por coincidência! É precisamente a época em que também, pela primeira vez, o livro, no sentido mais estrito da palavra, não o livro religioso, nem o livro das leis, mas o livro escrito por um escritor, portanto, o livro que pretende ser somente livro e não revelação ou código, é precisamente a época em que, também pela primeira vez, **o livro é sentido socialmente como necessidade.** (2006, p.18, grifo nosso)

O livro impresso “sentido socialmente como necessidade” irá popularizar-se no século XV graças à invenção, no ocidente, dos tipos móveis por Gutenberg. Eisenstein (1998, p.7) nos relata que só no século XVI é que se deu a consolidação da

imprensa e que oficinas tipográficas podiam ser encontradas em todos os centros importantes.

Neste momento a Bibliografia, atividade de organização de conteúdos de documentos torna-se mais evidente. Todavia, Shera e Egan (1961) nos informam que esta ação já era praticada de forma rudimentar na Inglaterra. Estes autores citam que, efetivamente, os primeiros exemplos de bibliografias relevantes são a compilação realizada pelo alemão Konrad Gesner, no final do século XV e a primeira tentativa de uma bibliografia universal pelo suíço Johann Trithem, na metade do século XVI. A bibliografia pode ser encarada como a primeira tentativa de organização do conhecimento.

A evolução da Bibliografia confunde-se com a Biblioteconomia, prática milenar que de acordo com Le Coadic (2004, p.12) “não é nem uma ciência, nem uma tecnologia rigorosa, mas uma prática de organização: a arte de organizar bibliotecas”. Saracevic (1996, p.48) nos informa que: “A Biblioteconomia tem uma longa e orgulhosa história, remontando a três mil anos, devotada à organização, à preservação e ao uso dos registros gráficos humanos”. O autor enfatiza o fato dessas atividades serem realizadas pelas bibliotecas “não apenas como uma organização particular ou um tipo de sistema de informação, mas principalmente, como uma instituição

social, cultural e educacional”. E conclui: “indispensável, de valor comprovado muitas vezes ao longo da história humana e através das fronteiras das diferentes culturas, civilizações, nações ou épocas”.

No final do século XIX, com o aumento da produção bibliográfica resultante das pesquisas científicas e da consolidação do periódico como novo veículo para essas pesquisas, surgiu a necessidade do desenvolvimento de outras técnicas para a organização da informação.

Ortega (2004, p.3) afirma que: “A crescente importância dos periódicos como veículo de publicação atingiu seu auge em 1850 e levou à necessidade do tratamento de suas unidades de informação para possibilitar sua recuperação”. Nesse contexto surge a Documentação.

Paul Otlet e Henri La Fontaine sistematizaram o conceito de Documentação, ampliando os estudos das técnicas bibliográficas. Eles foram os mentores do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) inaugurado em 1895, no mesmo ano a dupla propôs o projeto de Repertório Bibliográfico Universal (RBU) que contemplava a produção científica da época. Em 1934 o RBU atingiu o volume de 16 milhões de fichas. Outra importante ferramenta desenvolvida por Otlet em 1899 foi a Classificação Decimal Universal (CDD). Trata-se de uma “representação sistemática do

conhecimento que, por meio de códigos padronizados, estabelecia os relacionamentos e vínculos entre os assuntos representados e posteriormente com os objetos". (Ortega, 2008, p.32). Enquanto a Biblioteconomia desenvolvia suas práticas majoritariamente nas bibliotecas públicas, voltadas para o acesso à informação e a educação, a Documentação de acordo com Otlet (1997, 115) tinha a função de "acompanhar o documento desde o instante em que ele surgiu da pena do autor até o momento em que impressionava o cérebro do leitor".

Sagredo (1994) e Rayward (1997) concordam no fato de que Otlet era um visionário que fez previsões tecnológicas, no *Tratado de Documentação* (1934), Otlet antecipou o surgimento de novas tecnologias, em especial os sistemas de hipertexto e hipermídia, frutos da revolução tecnológica desencadeada depois da II Guerra Mundial.

A Ciência da Informação surge oficialmente na segunda metade do século XX, em um momento marcado pelas profundas mudanças políticas, sociais, culturais e econômicas ocorridas após a Segunda Guerra Mundial.

O pós-guerra trouxe um realinhamento político para o mundo, Estados Unidos e a União Soviética emergiram como grandes potências mundiais, o terreno já estava sendo preparado para a chamada

guerra fria. O final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) também motivou a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, surgida com a missão de promover o diálogo entre as nações e evitar conflitos como o que tinha acabado de ocorrer. Em 1948 a ONU aprovou a declaração Universal de Direitos Humanos.

A divisão que segue à Segunda Guerra Mundial separou o mundo em dois blocos políticos/militares: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), liderada pelo os Estados Unidos e o Pacto de Varsóvia, liderado pela União Soviética. A tensão político-militar entre estes dois blocos ficou conhecida como guerra fria. A corrida tecnológica desencadeada pela Segunda Guerra Mundial amplificou-se consideravelmente no período da guerra fria, quando as duas potências investiram massivamente em novas pesquisas. Segundo Castells (2003, p.76) foi durante a Segunda Guerra Mundial e no período seguinte que se deram as principais descobertas tecnológicas em eletrônica: “O primeiro computador programável e o transistor, fonte da microeletrônica, o verdadeiro cerne da revolução da informação do século XX”.

Após a Segunda Guerra, agravaram-se os problemas de acesso e de organização dos registros de informação gerados e acumulados pela sociedade, especialmente aqueles relacionados ao conflito,

registrou Oliveira (2010). A autora concorda que: “as transformações sociais e a inovações tecnológicas abriram espaço para o surgimento de novas áreas de estudo, entre elas a Ciência da Informação”. De acordo com Robredo (2003, p.50) o surgimento da CI deve-se à “explosão da informação [que] acontece e decorre a partir do desmantelamento das potências aliadas, dos arquivos técnicos da indústria alemã, após o fim da Segunda Guerra Mundial”.

A Ciência da Informação como podemos observar é fruto de um processo impulsionado pelas primeiras praticas de organização da informação vinda da antiguidade, prática que atravessou toda idade média, ganhou subsídios na Idade Moderna com o advento da imprensa e que nos chega através de duas disciplinas fundamentais: a Biblioteconomia e a Documentação. Podemos observar também que os problemas informacionais foram os motivos da origem dessas disciplinas.

O pós-guerra nos oferece uma CI demasiadamente preocupada em organizar a enorme quantidade de informação gerada no período. Resolvida a questão imediata do gerenciamento de informação, a CI busca compreender os fatores relacionados à informação e à sociedade, e alguns autores passam a estudá-la como um fenômeno humano e social, aproximando a CI das Ciências

Sociais. Saracevic (1996, p.42) nos lembra que “A CI teve e tem um importante papel a desempenhar por sua forte dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia”.

Na década de 1950 dois bibliotecários americanos Jesse Shera e Margaret Egan propuseram uma disciplina científica designada *Epistemologia Social*. Marco deste movimento foi o artigo de 1952, intitulado *Foundations of a theory of Bibliography* (EGAN, SHERA, 1952). De acordo com Renault (2007, p.136) “A proposta da nova disciplina partia do princípio de que a epistemologia tradicional não pode compreender os processos intelectuais da sociedade, na medida em que estuda o conhecimento a partir do indivíduo”. O autor nos diz ainda que “na opinião de Shera a psicologia, ao transferir os estudos para os laboratórios, produziu avanços no sentido de compreender o comportamento mental, mas também se fixou no indivíduo”. E que “os sociólogos se voltaram para os grupos de indivíduos, mas não se detiveram nas forças intelectuais que integram as estruturas sociais”. E conclui: “Daí a necessidade de uma ‘epistemologia social’, que se caracterizaria pelo estudo daqueles processos através dos quais a sociedade como um todo se relaciona com o conhecimento”.

A *Epistemologia Social* contextualiza socialmente os processos informacionais; não isolando a informação e o ato de dispor a informação, mas, sobretudo compreendendo a engrenagem do fluxo da informação e suas consequências, a disciplina fundada por Shera e Egan seguiu a trilha já percorrida por Otlet no seu *Tratado de Documentação* em 1934. "Acompanhar o documento desde o instante em que ele surgiu da pena do autor até o momento em que impressionava o cérebro do leitor". (1997 p.115).

A influência do pensamento de Otlet em Shera evidencia-se quando este expõe que o objetivo da nova disciplina seria a análise "da produção, do fluxo, da integração e do consumo de todas as formas de pensamento comunicado por meio de todo o tecido social" (SHERA, 1973, p. 89); e quando diz que "é exatamente desse sistema secundário de comunicação que a humanidade depende para empreender ações sociais inteligentes". (EGAN; SHERA, 1952, p. 29).

Shera (1977, p.11) diz que: "O armazenamento e recuperação da informação, ou fatos, por mais bem feitos e por mais precisos que sejam os mecanismos para que sejam levados a efeito, não tem nenhum valor, se não são utilizados para o bem da humanidade". E conclui: "é dessa utilização que o homem não ousa abdicar".

Embora o empreendimento de Shera e Egan tenha colocado em xeque a função e as práticas da Biblioteconomia e da Documentação, não alcança a devida importância naquele momento. Nascimento (2004, p.4) nos apresenta um estudo atual sobre o assunto e diz: “a CI tem se preocupado muito mais com a facilitação ou adaptação da comunicação indivíduo-sistema, do que com o entendimento ou explicação de sua prática social”. Segundo seu raciocínio, Nascimento conclui: “Não há dúvidas de que os processos de produção, transferências e uso da informação, são sociais, já que elas acontecem entre a sociedade e suas relações sociais. E, por isso, estão concatenados ao desenvolvimento social”.

De acordo com Foskett (1980), a pouca importância dada ao trabalho de Shera e Egan no desenvolvimento da disciplina *Epistemologia Social* deve-se ao fato de os autores pouco publicarem a temática. Foskett acredita que os pesquisadores deveriam ter escrito um livro inteiro sobre a questão. Oddone (2007, p.111) acrescenta outros motivos à problemática:

De fato, apesar de insistentemente reiterada pelos autores em palestras, conferências e artigos durante longos anos – aproximadamente até meados da década de 1970 –, a tese de Egan e Shera não logrou conquistar a adesão de seus pares. Embora inúmeros fatores tenham concorrido para esse resultado, alguns deles, em

especial, são prontamente identificáveis. A princípio, deve-se observar que a vinculação do novo conceito à filosofia e à bibliografia não pareceu satisfazer os bibliotecários, já que estas eram referências consideradas ultrapassadas àquela altura, indo de encontro tanto ao eufórico espírito do pós-guerra quanto ao modelo tecnicista adotado pela área desde o início do século – após Cutter e Dewey.

O trabalho de Shera e Egan contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento teórico da Ciência da Informação. Oddone (2007, p.113) sugere que “epistemologia social poderia vir a representar uma consistente alternativa teórica às preocupações epistemológicas da Ciência da Informação” propondo “uma contribuição substantiva ao esforço dos que hoje se dedicam ao exercício de definir suas bases científicas e de demarcar suas fronteiras disciplinares fazendo repercutir sobre este texto a força de sua influência”.

A influência da qual escreve Oddone pode ser vista em vários trabalhos recentes sobre Epistemologia Social. Fallis (2006) nos apresenta em seu artigo *Social Epistemology and Information Science* um estudo minucioso sobre esta temática e apresenta a repercussão da ideia de Shera e Egan em estudos que visam a mostrar a importância da epistemologia para a Ciência da Informação. Fallis cita os trabalhos de:

Budd (1995, 2001, 2002), Dick (1999, 2002), Fallis (2000), Froehlich (1989), Hjørland (2002) e Radford (1997,1998) como “seguidores” do pensamento de Shera e Egan.

Para concluir nossa discussão sobre a *Epistemologia Social*, Shera (1977, p.9) enfatiza que: “Assim como a necessidade de informação orienta o indivíduo, assim também orienta sociedades. É a base do comportamento coletivo, tanto quanto do comportamento individual”. E finaliza escrevendo: “Mas para ser transmitido dentro de um grupo e absorvido por qualquer grupo, o que é conhecido por cada um dos membros deve ser comunicado e comunicável”.

Nascimento (2004, p.7) nos lembra que já existe uma passagem aberta na Ciência da Informação para assumir sua faceta essencial e fundamental de ciência social. Esta passagem, diz o autor, deve-se muito ao trabalho de Jesse Shera, ele cita o clássico artigo *The sociological relationships of information science*, publicado em 1971, como exemplo do empenho de Shera.

Muito são os pesquisadores que estão trilhando o caminho aberto por Shera. Birger Hjørland propôs o paradigma social em dois trabalhos: *Toward a new horizon in information science: domain-analysis*, de 1995, e *Information seeking and subject*

representation: an activity-theoretical approach to Information Science, de 1997. Nestas pesquisas o autor apresentou dois conceitos: análise de domínio (*domain analysis*) e o conceito de comunidades discursivas (*discourse communities*). Dessa forma, Hjørland acreditava que a melhor forma de se entender a informação em CI era a análise do domínio do conhecimento relacionado com as suas comunidades discursivas.

Essas comunidades discursivas são formadas por distintos grupos sociais alinhados em linguagem, pensamento e conhecimento. Segundo Hjørland, os objetos de trabalhos dessas comunidades e a atuação delas dentro da sociedade refletem na estrutura e organização do conhecimento assim como “os padrões de cooperação, as formas de linguagem e comunicação, os sistemas de informação, a literatura e sua distribuição e os critérios de relevância”. (NASCIMENTO, 2004, p,8).

Para Hjørland, o conhecimento é visto como resultado das práticas sociais, da interação do indivíduo com o meio. Nascimento (2004, p.8) diz que: “O paradigma social da informação de Hjørland está associado a um conjunto de atividades exercidas pelos e para os sujeitos”. E, por isso, na opinião deste autor: “não pode estar separado das características físicas e contextuais e, essencialmente, das

peculiaridades dos agentes concatenados em seus espaços sociais e culturais”. Percebemos que o raciocínio de Hjørland é compatível com o de Shera, já citado aqui, quando diz: “assim como a necessidade de informação orienta o indivíduo, assim também orienta sociedades”. (1977, p.9).

Outra contribuição para a nossa reflexão foi oferecida por Rafael Capurro (2003) ao nos apresentar três paradigmas para a Ciência da Informação. O primeiro denominado *paradigma físico*. Almeida (2007,19) nos diz que este paradigma “é centrado em sistemas informatizados, onde o conceito de informação aproxima-se de um sentido estritamente técnico, uma informação mensurável que não necessariamente abarca significado semântico”. Alguns textos são representativos para este período. O clássico ensaio *As we may think*, de Vannervar Bush em 1945, está entre eles. Podemos citar também o texto *The mathematical theory of communication*, de Shannon e Weaver do ano de 1949. Em 1951, Calvin Moores irá nos apresentar o termo recuperação da informação e com eles os valores de *recall* (revocação) e *precision* (precisão) , termos ainda tão caros para a Ciência da Informação.

De acordo com Saracevic (1995), no início da década de 1970, o uso e o contexto da informação foram ampliados, dando visibilidade ao usuário: dessa

forma, surge o paradigma cognitivo. A teoria desenvolvida por Nichols J. Belkin (1980) *Anomalous State of Knowledge* (estado anômalo do conhecimento), a qual afirma que a busca da informação tem origem na necessidade ou em uma situação problemática, é um texto representativo deste momento na Ciência da Informação. Outra publicação que merece destaque é a série de artigos intitulada *The foundations of information science*, escritos por B. C. Brookes e publicados entre os anos de 1980 e 1981, onde o autor desenvolve o termo “Equação fundamental da Ciência da Informação”.

O sistema de recuperação da informação, o usuário e a própria informação deixam de ser analisados isoladamente para em conjunto serem observados, e é essa observação do processo social da informação que nos levará ao paradigma social.

Neste cenário, entende-se que as dimensões históricas, culturais, econômicas, tecnológicas, sociais e políticas são pré-condições para o entendimento da ‘informação’. Assim, a informação deve ser referenciada à historicidade dos sujeitos, ao funcionamento das estruturas e das relações sociais e aos sujeitos que executam ações. Isto é, a potencialidade de se ver a informação constituída como problema da sociedade, configurado como um fenômeno da ordem cultural e da humanidade (NASCIMENTO, 2004, p.3)

Capurro (2003, p.4) nos informa que a Ciência da Informação nasce em meados do século XX com um paradigma físico “questionado por um enfoque cognitivo idealista e individualista”. Segundo o autor este será substituído por um paradigma pragmático ou social. Capurro nos lembra que este paradigma fora construído antes mesmo do “nascimento” da CI, quando Shera e Egan em meados do século XX imprimiram a disciplina *Epistemologia Social*. “O paradigma social, já se encontrava no início, se bem que não como paradigma da Ciência da Informação, mas sim de seus predecessores, em particular a Biblioteconomia e a Documentação”.

Os conceitos elaborados por Hjørland (1995, 1997) *domain analysis* e *discourse communities* são retomados por Capurro na tentativa de enriquecer teoricamente o paradigma social. De acordo com autor, Hjørland ao trabalhar com análise de domínio e comunidades discursivas faz uma intersecção entre o paradigma cognitivo e o social. “Isso significa, em outras palavras, uma integração da perspectiva individualista e isolacionista do paradigma cognitivo[...]” escreve Capurro “[...]dentro de um contexto social no qual diferentes comunidades desenvolvem seus critérios de seleção e relevância.” (2003, p.11).

Capurro refresca a discussão se referindo à sociedade como redes digitais e nos indaga o autor: “quem somos como sociedade(s) no horizonte da rede digital?” Nessa aldeia global, para usar o termo de Marshall McLuhan, somos produtores e consumidores de informação, sem nos darmos conta que participamos desse processo construtivo do conhecimento, dessa busca em sair do estado anômalo do conhecimento (BELKIN, 1980) ou mesmo estado anômalo existencial. “Esse o grande desafio epistemológico e *epistemoprático* que a tecnologia moderna apresenta a uma Ciência da Informação que aspira a tomar consciência, sempre parcial, de seus pressupostos” (CAPURRO, 2003, p.17).

Chegamos até aqui guiados pelo pensamento de autores que apresentaram a Ciência da Informação como uma ciência social. Destacamos o pensamento vanguardista de Otlet ao escrever que a função da Documentação era a de acompanhar o documento desde o instante em que ele surge até o momento em que ele “impressiona o cérebro do leitor” (1997, 115), acreditamos que este pensamento de Otlet seria o primórdio da teoria do estado anômalo do conhecimento, de Belkin. Percebemos também a influência de Otlet na disciplina *Epistemologia Social* criada por Shera e Egan. Os autores dizem que o objetivo da disciplina criada por eles é a análise da

produção, da integração, do fluxo e consumo de todas as formas de pensamento por todo tecido social. Assim também seguem, com raciocínio convergente, Hjørland e Capurro com o paradigma social.

Bates (1999, p.1048) diz que “em comparação com outras ciências sociais e do comportamento, estamos permanentemente à procura da ameaça vermelha da informação na textura social da vida das pessoas”. A autora é enfática ao dizer que a Ciência da Informação, enquanto ciência social, deve ter como objetivo compreender o processo de criação, procura e uso da informação pelas várias camadas sociais e os respectivos efeitos deste processo. Estes também foram os objetivos dos autores que aqui apresentamos e os raciocínios apresentados por eles, embora em contextos e épocas distintas, convergem para o mesmo objetivo.

A relação de qualquer ciência com a sociedade é fundamentalmente dialética e interativa; a ciência determina mudanças sociais e estas causam impactos naquela que de tempos em tempos precisa ser (re)orientada (Targino,1995, p.16). Assim é a Ciência da Informação, nascida de impactos sociais e tornando-se mutante por estes mesmos impactos.

“Assim é nossa crença que o destino final, o objetivo do trabalho com a informação é promover o desenvolvimento do indivíduo de seu grupo e da

sociedade”, escreve Barreto (2002). O autor continua: “Entendemos por desenvolvimento de uma forma ampla, como um acréscimo de bem estar, um novo estágio de qualidade de convivência, alcançado através da informação”. Genuinamente, Barreto conclui: “A ação social maior é fazer a luz brilhar para cada ser humano através da informação como mediadora do conhecimento”.

4 EM BUSCA DE CONCEITOS

4.1 Informação

A informação sintoniza o mundo. Como onda ou partícula, participa na evolução e da revolução do homem em direção à sua história. Como elemento organizador, a informação referencia o homem ao seu destino; mesmo antes de seu nascimento, através de sua identidade genética, e durante sua existência pela sua competência em elaborar a informação para estabelecer a sua odisséia individual no espaço e no tempo. (BARRETO, 1994, p.1)

Conceituar um termo classificado por Robredo como “escorregadio” (2003, p.7), abrangente e de delimitação complexa por (CAPURRO, 2003; ILHARCO, 2003), poderia tornar-se uma tarefa interminável. Seria necessário percorrer os caminhos da filosofia, da linguística, da semântica, da informática e tantos outros campos do saber em busca deste conceito. Todavia, dispensamos este caminhar e partimos para a conceituação de um termo objeto de estudo de uma ciência, a Ciência da Informação.

De acordo Wersig (1975, p.5) existem, pelo menos, seis diferentes abordagens para o uso e

significado do termo *informação* em todo o campo da Ciência da Informação, onde cada uso e significado é justificado, diz o autor. No entanto, adverte: “ambiguidade é um dos maiores entraves na comunicação científica e na elaboração de teorias, dever-se-á encontrar uma regra para avaliar qual é o significado que convém para cada objetivo”.

Malheiro (2006, p.98), por sua vez, acentua que: “o objecto da C.I. é a informação, que, em rigor, é algo que o termo/conceito corresponde ou significa”. Continua: “Esse algo remete, necessariamente, para *fenómeno*, na acepção aceite e temperada supra”. O autor conclui: “Remissiva não abstracta ou vaga, que vincula claramente o fenómeno radicado na natureza e comportamento humano em interacção consigo, com seus semelhantes e com tudo com que o rodeia e estimula/impressiona”.

Conforme Capurro (2007, p.153), as definições científicas de termos como *informação* dependem das funções que damos a elas em nossas teorias. Em outras palavras, o tipo de trabalho metodológico que elas devem fazer para nós.

Assim sendo, buscaremos trabalhar com um conceito de *informação* que tenha maior aproximação com o tema aqui estudado, ou seja, o fenômeno social do esquecimento. Conceituar o termo citado presume considerar o contexto no qual ele está inserido, uma

vez que sua definição depende de relacioná-lo à função que damos a ele nos domínios ao qual será interpretado. Dessa forma, nos será interessante buscar a informação como fenômeno.

Existe um fenômeno chamado 'informação' e que a "Ciência da Informação" é a ciência responsável por este fenômeno, aponta Wersig (1975, p.1). O conceito que aqui estamos trabalhando, como objeto de estudo de uma ciência, já nasce como um fenômeno. Expliquemos: Thomaz Khun (2001) afirma que não somos estudiosos de assuntos, mas sim de problemas e que os paradigmas são "revolucionados" quando novos problemas são propostos à sociedade. O fenômeno da problemática da informação logo após a Segunda Guerra mundial, já não poderia ser resolvido ou explicado pela Biblioteconomia e nem pela Documentação. A origem da Ciência da Informação deve-se, segundo Robredo (2003, p.50), à "explosão da informação que acontece e decorre a partir do desmantelamento das potências aliadas, dos arquivos técnicos da indústria alemã, após o fim da Segunda Guerra Mundial". Essa explosão informacional citada por Robredo foi tema do artigo precursor de Vannevar Bush *As we may think* (1945), em que o autor escreveu:

O acúmulo da experiência humana está se expandindo em uma escala extraordinária, a

forma que adotamos para usar este emaranhado de informações é o mesmo usado na época das embarcações de velas quadradas.⁷

A preocupação de Bush com os grandes estoques de informação o fez sugerir o *Memex*: o aparelho seria uma mesa de trabalho, com telas para projeção, teclado, botões e alavanca; o conteúdo seria armazenado em microfilme em um canto da mesa. Este conteúdo poderia ser rapidamente recuperado, sendo indexado por meio de códigos e mnemônicos para acesso fácil. Folhear entre as páginas seria feito através de uma alavanca, que avançaria ou retrocederia dentro da publicação selecionada. Existiria um botão que convenientemente levaria à página inicial do repositório.

O *Memex* sugerido por Bush em seu artigo, ilustra a preocupação em se fazer acessível o “acumulo da experiência humana”. Este fenômeno informacional evidenciado no pós-guerra corrobora a nossa tese de que a informação é antes um fenômeno social, “irrefragavelmente óbvio”, atesta Malheiro (2006, p. 58). Esta característica do conceito deveria preceder qualquer discussão acerca do assunto, para

⁷ The summation of human experience is being expanded at a prodigious rate, and the means we use for threading through the consequent maze to the momentarily important item is the same as was used in the days of square-rigged ships. (Texto Original)

além da informação como coisa anunciada por Buckland (1991) ou a teoria clássica da informação de Shannon e Weaver (1949) (*Mathematical Theory of Communication*), a qual quantificou e tornou mensurável transmissão de sinais, associando informação a entropia e a redução de incertezas, ou ainda a discussão sobre dados, conhecimento e informação. Deixaremos esta discussão à parte; limitaremos o nosso discurso à informação como fenômeno. Nesse sentido, tem-se procurado caracterizar a essência do fenômeno da informação como a adequação de um processo de comunicação que se efetiva entre o emissor e o receptor da mensagem. Assim, os diversos conceitos encontrados para a informação tendem a se localizar no começo e no fim do processo de comunicação (Wersig e Neveling, 1975).

Dessa forma, entendemos a informação como um fenômeno humano e social que deriva de um sujeito que interage com o mundo e a comunidade de sujeitos à sua volta. Como atesta Barreto (1994, p.2), acreditamos, que a informação deve ser qualificada como um instrumento modificador da consciência do homem e de seu grupo, “a informação deixa de ser uma medida de organização para ser a organização em si”, diz o autor, “é o conhecimento, que só se realiza se a informação é percebida e aceita como tal e

coloca o indivíduo em um estágio melhor de convivência consigo mesmo e dentro do mundo em que sua historia individual se desenrola.”

Quando apontamos para o fato do termo aqui referido se tratar de um fenômeno humano e social é porque acreditamos que a informação é primeiramente um fenômeno humano, ou seja, gerado na mente humana e que ao sair do sujeito fica submetido a um processo natural de reprodução e comunicação.

Diante do exposto, cabe-nos compartilhar do pensamento de Armando Malheiro (2006, p. 150) ao conceituar o termo referido. O autor nos apresenta uma dupla funcionalidade para o termo nos domínios da Ciência da Informação. Optamos por este conceito, pois ele tem maior aproximação com a temática desta dissertação. De acordo com o autor, informação refere-se a “um fenômeno humano e social que compreende tanto o dar formas as ideias e a emoções (informar), como a troca, a efectiva interacção dessas ideias e emoções entre os seres humanos”. Malheiro conclui:

E identifica um objecto científico, a saber: conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interacção social, possíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de

forma assíncrona e multi-direccionada. (2006, p.150)

Segundo o autor esta “definição” é, só por si, insuficiente para a caracterização de um objeto científico, devendo ser complementada com um enunciado das diferentes propriedades ou atributos que lhe são inerentes (MALHEIRO, 2006, p.25), a saber:

- Estruturação pela ação (humana e sócia) - o acto individual e/ou coletivo funda e modela estruturalmente a informação;
- Integração dinâmica – o ato informacional está implicado ou resulta sempre das condições e circunstâncias internas, como das externas do sujeito da ação;
- Pregnância – enunciação (máxima ou mínima) do sentido ativo, ou seja, da ação fundadora e modeladora da informação;
- Quantificação – a codificação linguística, numérica, figurativa é valorável ou mensurável quantitativamente;
- Reprodutividade – a informação é reprodutível sem limites, possibilitando a subsequente retenção/memorização; e

- Transmissibilidade – a (re)produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável. (MALHEIRO, 2005, p.26)

Estas propriedades ou atributos, conferidos à informação por Malheiro, contribuem significativamente para o entendimento deste termo dentro da nossa área de estudo. Todavia, queremos acrescentar uma característica ou atributos aos já elencados pelo o autor: trata-se da utilidade da informação. Concordamos com Rodriguez Bravo (2002) quando diz que “só há informação quando um utilizador concede ao conteúdo de uma mensagem uma utilidade capaz de lhe alterar o seu estado de conhecimento”. O que nos remete a teoria desenvolvida por Nichols J. Belkin (1980), *Anomalous State of Knowledge* (Estado Anômalo do Conhecimento), a qual afirma que a busca da informação tem origem na necessidade ou em uma situação problemática.

4.2 Memória

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. (LE GOFF, 1996, p.476)

O Conceito de memória é crucial, nos alerta Le Goff (1996, p.423). *Mnemosine*, filha de *Urano*, deus do céu e das estrelas, e de *Gaia*, deusa da Terra, casada com *Zeus*, o rei dos deuses, é a deusa da Memória, mãe de nove musas que protegiam todas as artes e ciências. A deusa da memória dava aos poetas e adivinhos o poder de voltar ao passado e de lembrá-lo para a coletividade. Em seu poço, ela fazia com que os mortos que bebiam de sua água lembrassem de suas vidas; ao contrário, os mortos que bebiam água do poço de *Lethe* esqueciam a mesma. *Mnemosine* tinha também o poder de imortalizar artistas e historiadores que ao criar suas obras eram mantidos inesquecíveis (VERNANT, 2002). A memória tinha, portanto, um sentido místico, supra-individual, já que as divindades se expressavam através de seus intérpretes: os homens que lembravam. Durante muito tempo, a memória

permaneceu vinculada a explicações míticas ou metafísicas. (BARRENECHEA, 2005, p.55).

Yates (2007) em sua obra *A arte da memória* nos mostra a trajetória da memória e sua laicização através das diferentes práticas, uma delas foi a retórica, a qual desempenhou um papel fundamental neste processo, uma vez que esta foi responsável pelo desenvolvimento das ideias no continente europeu. Por sua vez, Le Goff (1996, p.435) aponta o aparecimento da escrita como fator determinante na laicização da memória, o que permitiu o desenvolvimento da mnemotécnica, que Yates prefere chamar de arte da memória.

O comportamento narrativo é, de acordo com Le Goff (1996), o ato mnemônico fundamental, o qual se caracteriza antes de mais nada pela função social, “pois que é a comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou objeto que constitui o seu motivo” (p.424). Nas sociedades sem escrita a oralidade foi um recurso utilizado para a narração de acontecimentos que devem ser lembrados, comemorados. Especialistas da memória, homens-memória, nos conta Le Goff, são “genealogistas”: guardiões dos códices reais, historiadores da corte. As sociedades sem escrita se baseiam na memória de autênticos especialistas, afirma Leroi-Gourhan (1965, p.59): “são chefes de

família já idosos, bardos, sacerdotes, que assumem, na humanidade tradicional, o importantíssimo papel de mantenedores da coesão do grupo. Estes “personagens” citados por Le Goff e Leroi-Gourhan nos arremessa para o romance futurista *Fahrenheit 451* de Ray Bradbury, onde o autor nos apresenta um futuro onde os livros são proibidos e devorados pelas chamas de bombeiros. Os livros irão sobreviver quando refugiados em uma montanha, um grupo de pessoas decora um livro: são também os homens-memória.

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações da nossa memória. (Atlan , Henri 1972, p. 461 apud Le Goff p. 425)

Os estudos sobre a mnemônica na Antiguidade, de acordo com Yates (2007, p.35) devem basear-se em três fontes latinas que sobreviveram ao tempo e chegaram até nós: o *Ad Herennium* (c. 86-82 a.C.), de um professor de retórica desconhecido, o *De oratore*, de Cícero (106-43 a.C.) e o *Instituto oratória* (c. 95 d.C.), de Quintiliano. Ao analisar as três obras, Yates concluiu que a tradição da memória ocidental

estabeleceu suas bases não a partir das formulações de Cícero ou Quintiliano, que segundo a autora são obras incompletas mas, sim, a partir dos preceitos explicitados no *Ad Herennium*, “na realidade a única completa para a arte clássica da memória, tanto grega quanto romana [...] Seu papel na transmissão dessa arte para a Idade Média e o Renascimento é de suma importância” (YATES, 2007, p. 22). Le Goff ratifica:

Estamos sobretudo informados sobre a mnemotécnica grega pelos três textos latinos que, durante séculos, constituíram a teoria clássica da memória artificial (expressão que a eles se deve: *memória artificiosa*), a *Rhetorica ad Herennium*, compilada por um mestre anônimo de Roma entre 86 a 82 a.C. e que a Idade Média atribuía a Cícero, *De oratore* de Cícero (55 a.C.) e o *Institutio oratória* Quintiliano, no fim do primeiro século da nossa era. (1996, p.441)

Durante a Idade Média a memória e a mnemotécnica passaram por um processo de cristianização. Houve, segundo Le Goff (1996, p.443), a repartição da memória entre uma memória litúrgica girando em torno de si mesma e uma memória laica de fraca penetração cronológica. É o período do desenvolvimento da memória dos mortos, principalmente dos santos. Yates (2007, p.78) nos interroga sobre a arte da memória na Idade Média: “Quais eram as coisas que a devota Idade Média

queria Lembrar?” Certamente, aquelas relacionadas à salvação e a perdição, os artigos da fé, os caminhos do paraíso por meio das virtudes, e para o inferno por meio dos vícios. “Essas eram as coisas esculpidas nas igrejas e catedrais, pintadas nos vitrais e afrescos. E eram sobretudo essas que queria lembrar pela arte da memória, que seria utilizada para fixar, na memória, o material complexo do pensamento didático medieval.”

Até o aparecimento da imprensa pouco se distingue entre transmissão oral e a transmissão escrita da memória. Foi sobretudo para a rememoração de sermões (a transformação medieval da oratória) que a transformação medieval da memória artificial foi utilizada (YATES, 2007). Foi com o aparecimento da imprensa que se deu efetivamente a separação entre transmissão oral e a transmissão escrita, afirma Leroi-Gourhan (1965). “O leitor não só é posto em presença de uma vastíssima memória de fixar integralmente, como também se vê confrontado com a explosão de novos escritos”. Diz o autor, que concluindo escreve: “Assiste-se então à *progressiva exteriorização da memória* individual”. (p.62, grifo nosso).

O século XVIII europeu marca o fim do mundo antigo tanto a nível do texto impresso, como a nível das técnicas. Fornece-nos o momento mais rico de toda uma tradição e o primeiro movimento da transformação actual. Em alguns

decênios, a memória social absorve nos livros toda a antiguidade, a história dos grandes povos, a geografia e a etnografia de um mundo que se tornou definitivamente esférico, a filosofia, o direito, as ciências, as artes, as técnicas e uma literatura traduzida de vinte línguas diferentes. O fluxo amplifica-se, incessantemente até os nossos dias, mas, guardadas as devidas proporções nenhum outro momento da história humana conheceu uma tão rápida dilatação da memória coletiva. (Leroi-Gourhan, 1965, p.62)

A progressiva exteriorização da memória individual e a rápida dilatação da memória coletiva, a partir da vulgarização da imprensa no século XIX, fizeram com que o conceito de memória e seu funcionamento comesçassem a ser estudados, de forma sistemática, por diversas áreas do conhecimento.

Assim, procuramos estabelecer como critério para a elaboração desta dissertação, buscar autores que poderiam contribuir para nos dar uma visão geral sobre o tema, assim como aqueles cujos estudos estabelecem relações mais estreitas entre memória e os registros da informação.

Muitos foram os teóricos que deram contribuição ao estudo da memória, Henri Bergson, filósofo do século XIX, foi um dos primeiros a escrever sobre o assunto. Ao desenvolver uma abordagem psicológica e individual da memória, Bergson distinguiu duas espécies de memória: a que consiste no hábito e a que

consiste na recordação. Estas ideias foram desenvolvidas nas obras *Memória e vida* e *Matéria e memória*, de 1896. A memória-hábito adquire-se pelo esforço da atenção e pela repetição de gestos ou palavras, “antes hábito que memória” (BERGSON, 1999, p.176). Já a memória-recordação é aquela que traz à tona da consciência um momento único, não singular, não repetitivo, irreversível, da vida. A verdadeira memória, a memória pura, segundo Bergson. Apesar de distinguir claramente os dois tipos de memória, o autor, não estabelece uma relação de exclusão entre elas, ao contrário, Bergson estabelece uma relação de apoio mútuo.

[...] A memória do corpo, constituída pelo conjunto dos sistemas sensório- motores que o hábito organizou, é portanto uma memória quase instantânea para a qual a verdadeira memória do passado serve de base. [...] Para que uma lembrança apareça na consciência é efetivamente preciso que ela desça das alturas da memória pura até o ponto preciso em que se realiza a ação. (BERGSON, 2006, p.92)

Embora os estudos de Bergson sobre memória fiquem limitados aos seus aspectos psicológico e individual, não minimizam a importância do trabalho do autor para o entendimento do tema. Bosi (1994, p.49) nos chama a atenção para o fato de que a memória-hábito discutida na obra de Bergson abre

caminho para a discussão sobre a memória social: “Graças à memória-hábito, sabemos ‘de cor’ os movimentos que exigem, por exemplo, o comer segundo as regras de etiqueta, o escrever, o falar uma língua estrangeira...” A memória-hábito faz parte de todo nosso adestramento cultural, afirma Bosi.

Os estudos de Bergson deram suporte ao pensamento do sociólogo Maurice Halbwachs. Discípulo de Émile Durkheim, Halbwachs prolonga os estudos de seu mestre, que levaram à pesquisa de campo as hipóteses de Auguste Comte sobre a precedência do “fato social” e do “sistema social” sobre fenômenos de ordem psicológica, individual (BOSI, 1994). Halbwachs escreveu vários trabalhos sobre o assunto. Ele acreditava que a sociedade seria o lócus onde normalmente se manifestava a memória, sendo o responsável pelo termo *memória coletiva*. O livro de mesmo nome irá aprofundar a visão do autor sobre o que ele chamava fenômeno da memória. O autor destaca o fato de que a memória individual só existe a partir da memória coletiva. A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; com os grupos de convívio de referência peculiares a esse indivíduo (BOSI, 1994). O pensamento de Maurice Halbwachs será de grande importância no estudo da memória dentro da Ciência

da Informação, uma vez que este autor trata da memória coletiva e da memória como um fenômeno social, da mesma forma que Malheiro (2006, p.150) acredita ser a informação, um fenômeno social e humano. Esta ligação entre memória e informação será, a partir daqui, o fio condutor da nossa discussão.

É interessante notarmos quando iremos escrever sobre as origens da Ciência da Informação, temos sempre que atravessar alguns séculos e chegar aos primeiros registros humanos, a sua guarda e mais posteriormente a sua recuperação (ORTEGA, 2004). Assim passamos pela Biblioteconomia, Documentação e Arquivística, disciplinas basilares, de acordo com Galindo (2010), para finalmente chegarmos a Ciência da Informação propriamente dita. Queremos com isso dizer que a história da memória coletiva, também é a história do conhecimento humano, da informação. Black (2006) ao escrever sobre a história da informação compartilha da mesma opinião, acrescentando ainda a história das bibliotecas e dos bibliotecários. Essas "histórias" se entrelaçam. Assim, o sentido de memória sempre perpassou toda a história da Ciência da informação. Dessa forma, Zins (2007) sugere e defende a ideia de o verdadeiro objeto da Ciência da Informação ser o conhecimento. Podemos também, a partir deste pensamento, inferir ser a memória objeto da ciência da informação

(GALINDO, 2012), uma vez que a memória humana é a grande responsável pela conservação e transmissão do conhecimento.

A representação da informação caracterizada como exteriorização da memória se deu com o surgimento da escrita. A partir deste momento podemos falar em exomemória, através de diversos suportes como os tabletes de argila utilizados na mesopotâmia, o papiro na Egito, o pergaminho utilizado durante a idade média. O advento da imprensa, tecnologia inventada por Gutenberg no século XV, teve grande contribuição para este processo. O homem já não precisava utilizar-se de recursos para armazenar em sua mente um número relevante de informações, a arte da memória como nos mostrou Yates (2007). A memória coletiva agora poderia ser exteriorizada através dos diversos suportes. Há uma interessante passagem em *Os diálogos* de Platão em que Sócrates dialoga com Fedro sobre a invenção da escrita: “Tal coisa tornará os homens esquecidos, pois deixarão de cultivar a memória; confiando apenas nos livros escritos, só se lembrarão de um assunto exteriormente e por meios de sinais, e não em si mesmos”. Na mesma proporção que se aumentava a exomemória assim também nasciam os lugares para que elas fossem guardadas: os arquivos, as bibliotecas, os museus.

Nas sociedades baseadas na oralidade o acesso à memória era feito através de pessoas guardiãs da memória, responsáveis pela transmissão e conservação do conhecimento, efetivado através da linguagem (HALBWACHS, 1925; LEROI-GOURHAN, 1965; YATES, 2007). Nas sociedades baseadas na escrita a memória exteriorizada (informação registrada em suportes diversos) deve ser representada, conservada e acessada a fim de serem transmitidas e preservadas. Este não seria o fluxo informacional ocupação da Ciência da Informação?

Para finalizar, compartilhamos do pensamento de Galindo (2011, p.7) a respeito da memória aplicada à Ciência da informação: o autor nos informa que o termo invoca a ideia de pretérito, mas que esta ideia se faz mais forte no trato de disciplinas como a história, arqueologia e a arquitetura. Na Ciência da Informação, a memória “aproxima-se mais ao conotativo de estoque de informação, invocando a condição de registro memorial da herança cultural humana”. Nos informa Galindo (2011, p.8). Para Galindo a memória produzida ontem tem para a Ciência da informação o mesmo valor como objeto de estudo que registros centenários. E ressalta: “Não cabe a CI a reconstituição do passado histórico memorial, antes busca entender a natureza dos registros e os fenômenos que envolvem a criação, o

tratamento e o uso social da informação”. Este também é o pensamento de Meneses (1999, p.15) quando diz que “o tempo da memória é o presente, mas ela necessita do passado. O tempo da memória é o presente porque é no presente que se constrói a memória”. A ideia de memória para além do pretérito também é defendida por Rossi (2010, p.24): “A memória sem dúvida tem algo a ver não só com o passado, mas também com a identidade e, assim (indiretamente), com a própria persistência no futuro”.

Da arte da memória utilizada por sociedades antigas (YATES, 2011), passando pela laicização da memória na Idade-Média (LE GOFF, 1996) e pelo estudo sistêmico dado à memória iniciada por Bergson no século XIX, e impulsionado por Halbwachs no século posterior, para finalmente chegarmos ao sentido da memória aplicado à Ciência da informação. Acreditamos que o estudo da memória neste campo do saber diz respeito à memória exteriorizada, ou seja, informação registrada em suporte de variada natureza onde cabe à Ciência da Informação a reflexão sobre estratégias de resgate, preservação e acesso à memória. “Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” diz Le Goff (1996, p.477).

4.3 Esquecimento

O protagonista de Cem anos de solidão, de Gabriel García Márquez, esquece primeiro o nome dos filhos, depois o dos objetos, em seguida o nome do seu povo, e por fim a consciência do seu próprio ser. (ROSSI, 2010, p.29)

Dois predicados foram dados por Paul Ricoeur (2007, p.423) ao dissertar sobre a temática do esquecimento: emblemático e polissêmico. Emblemático por seu caráter figurativo, polissêmico por suas variadas interpretações que vão do universo das neurociências aos estudos aplicados às Ciências Sociais. Assim como delimitamos o estudo da informação e da memória no universo da Ciência da Informação da mesma forma faremos como o tema aqui estudado, buscaremos autores que nos apresentem uma visão geral sobre o assunto, assim como aqueles que estabelecem direta ou indiretamente relação entre o esquecimento e a Ciência da Informação.

O estudo sistemático da memória, como vimos antes, teve início no século XIX como os estudos de Bergson e, posteriormente, com os de Halbwachs no século XX, este último responsável pelo termo

Memória Coletiva, amplamente divulgado nos estudos de memória nas ciências sociais. Entre estes dois pensadores da memória, há o pensamento de Friedrich Nietzsche sobre memória e esquecimento. Embora o filósofo não tenha sistematizado o estudo desses temas, encontramos em sua obra *Genealogia da moral* um fragmento de sua reflexão sobre o esquecimento. Nietzsche apresenta uma visão diferente a dos teóricos Frances A. Yates, Jacques Le Goff e Maurice Halbwachs, os quais veem na memória, cada qual a seu modo, um recurso, às vezes natural e/ou artificial, de preservação do conhecimento humano. Nietzsche entende a memória como algo criado, gerado e imposto socialmente, pois acredita o autor ser o homem um animal que esquece permanentemente:

Como fazer no animal uma memória? Como gravar algo indelével nessa inteligência obtusa, voltada para o instante, meio obtusa, meio leviana, nessa encarnação do esquecimento? [...] talvez nada exista de mais terrível e inquietante na pré-história do homem do que sua mnemotécnica. Grava-se algo a fogo, para que fique na memória: apenas o que não cessa de causar dor fica na memória [...]. Jamais deixou de haver sangue, martírio e sacrifício, quando o homem sentiu a necessidade de criar em si uma memória. (1998, p. 09)

Embora não compartilhemos da visão de Nietzsche sobre a memória, o seu pensamento, ainda no século XIX, anterior ao Bergson e Halbwachs nos revela uma memória individual inseparável da memória coletiva, já que o fato de lembrar, segundo o autor, surge de necessidades comunitárias e não de impulsos individuais. A problemática do esquecimento na obra de Nietzsche insere esta temática dentro das ciências sociais; a memória e antes o esquecimento em Nietzsche é social, eis o motivo de expormos o seu pensamento aqui.

Enquanto Nietzsche invoca o esquecimento como um fator libertador, “eis a utilidade do esquecimento, ativo, como disse, espécie de guardião da porta, de zelador da ordem psíquica, da paz” (1998, p.). Por outro lado, com o qual concordamos, Le Goff (1996, p.425) anuncia que o esquecimento não é só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações pode determinar perturbações graves de identidade coletiva.

Sobre esquecimento Ricoeur (2007, p. 245) nos informa que o esquecimento existe por *apagamento de rastros* e que existem três espécies de rastros: o rastro psíquico, o escrito e o documental. O rastro

documental diz respeito aos documentos produzidos pela memória coletiva exteriorizada, “ele pode ser alterado fisicamente, apagado, destruído”, afirma Ricoeur, e foi, entre outras finalidades, “para conjurar essa ameaça de apagamento que se instituiu o arquivo”, escreve o autor. Podemos dizer que para esta finalidade existem também os museus e as bibliotecas “não apenas os arquivos, também as bibliotecas conhecem o problema de manter sempre um equilíbrio precário entre lembrar e esquecer” (WEINRICH, 2001, p.287).

A aproximação que fazemos do esquecimento com a Ciência da Informação diz respeito ao rastro documental citado por Ricoeur, a memória exteriorizada institucionalizada como documento é a matéria-prima do fluxo informacional, prática da qual se ocupa a Ciência da Informação, com a finalidade de se fazer circular a informação/documento. Quando este fim não é atingido, acreditamos que estamos diante de uma forma de esquecimento. Observemos as palavras de Rossi (2010, p.32):

Apagar também tem haver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar da verdade, destruir a verdade. Com frequência se pretendeu impedir que as **ideias circulem e se afirmem**, desejou-se (e se deseja) limitar, fazer calar, direcionar para o silêncio e o olvido. (grifo nosso)

Em vários momentos da história da humanidade as ideias impressas em livros foram vítimas da fúria humana, “há 55 séculos se destroem livros”, relata Fernando Báez (2006, p.21) em *História universal da destruição de livros*. O autor defende a teoria de que o livro não é destruído como objeto físico, e sim como vínculo de memória, “o livro dá consistência à memória [...] um livro é destruído com a intenção de aniquilar a memória que encerra, isto é, o patrimônio de ideias de uma cultura inteira”, escreve Báez (p.24). Neste caso, o autor denomina de *memoricídio* o que aqui entendemos por esquecimento. Ainda sobre a destruição de livros e bibliotecas Rossi enfatiza: “primeiro, foram queimados os livros. Depois, foram eliminados das bibliotecas, na tentativa de apaga-los da história” (ROSSI, 2010, p.33).

Pautada na quinta lei de Ranganathan, que diz que *a biblioteca é um organismo em crescimento*, há uma prática dentro da política de desenvolvimento de coleções, o desbaste, que consiste no processo de retirada do acervo, de títulos ou de partes da coleção com a finalidade específica de se ter maior espaço físico, também nos remete a prática do esquecimento, de acordo com as palavras de Pinheiro (2004, p.92) que diz: “A seleção normal toma o lugar da seleção natural. Por meios de normas e conceitos

estabelecidos com base em critérios teóricos e racionais, o homem elege o que deve ser lembrado e com isso determina o que deve ser esquecido”. A citada prática biblioteconômica nos faz lembrar o conto *Biblioteca de Babel* de Borges:

Outros, inversamente, acreditaram que o primordial era eliminar as obras inúteis. Invadiam os hexágonos, exibiam credenciais nem sempre falsas, folheavam com fastio um volume e condenavam prateleiras inteiras: a seu furor higiênico, ascético, deve-se a perda insensata de milhões de livros. (BORGES, 1972, p. 91)

A escolha do que se deve ser preservado e o que se deve ser “esquecido”, mesmo em ações rotineiras como o desbaste, é uma estratégia política. Dessa forma, afirma Araújo (2007, p.100): “Como instrumentos de poder, a memória e o esquecimento têm sido utilizados por governos diversos, sejam eles totalitários ou democráticos, que têm o objetivo de alcançar controle político sobre forças antagônicas”.

Partindo do raciocínio de que memória e esquecimento devem ser encarados como práticas políticas, Johann Michel (2010) definiu categorias de esquecimento organizado, ou política do esquecimento, como prefere o autor. São eles: esquecimento omissão, esquecimento negação,

esquecimento, esquecimento manipulação e o esquecimento destruição.

O esquecimento omissão se dá através da seleção natural, onde informações tidas como “inúteis” são descartadas. O autor nos informa que o que é válido para a memória individual o é igualmente para a memória coletiva, assim sendo “os traços podem desaparecer, outros podem ser progressivamente apagados e outros podem ainda ir, ao longo do tempo, perdendo suas significações para os contemporâneos” (p.16).

O esquecimento-negação está vinculado a uma carga traumática, onde o mecanismo de negação evita rememorar determinados traumas. O autor cita, como exemplo, fatos históricos como tráfico negreiro e o holocausto. “Podemos dizer que o esquecimento negação se identifica como uma anti-memória pelos efeitos e não pelas intenções” (p.18). O pensamento de Pollak (1989, p.3) descreve muito bem esta categoria de esquecimento, ao mesmo tempo em que nos liga à próxima categoria:

Em fase dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma

lembrança “comprometedora”, preferem, elas também, guardar silêncio. Em lugar de se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranquila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar?

Michael afirma ser o esquecimento-manipulação uma extensão do esquecimento-negação. O autor nos informa, esta prática é empregada por autoridades legítimas “quando se trata de silenciar as perturbações advindas de problemas do passado, para não reanimar o círculo infernal da vingança” (p.19).

Por último, o autor nos apresenta o que ele chama de categoria mais violenta do esquecimento: o esquecimento-destruição. “Essa forma instituída de esquecimento é utilizada no sentido de construir uma memória oficial hegemônica em detrimento de memórias coletivas concorrentes que são o objetivo de uma ação sistemática de aniquilação” (p.23). É nesta categoria de esquecimento que, segundo Michael, se encontra a destruição de livros e bibliotecas.

A discussão realizada aqui sobre o esquecimento na esfera social a partir do pensamento dos autores apresentados é um insumo a mais para teorizarmos

sobre o *fenômeno social do esquecimento*, objeto de estudo dessa dissertação.

4.4 Instituições Memorialísticas

Inevitavelmente, quanto mais se acumule do passado, maior será o progresso. (ORTEGA Y GASSET, 2006, p.30)

“Há lugares de memória porque não há mais meios de memória” escreveu Pierre Nora (p.27). As limitações da memória humana levaram o homem a buscar, em recursos externos, as chamadas memórias artificiais. Para isso, foi preciso conceber um sistema de utilização de signos por meio dos quais as ideias eram fixadas em um suporte físico, o que deu origem à escrita, o mais antigo auxílio à memória utilizado pelo homem. Feito inicialmente em placas de argila ou de cera, os registros de memória passaram a ser inscritos nos mais diversos suportes, graças à evolução científica e tecnológica que permitiu ao homem registrar não apenas signos, mas também sons, imagens e imagens em movimento. A necessidade de possibilitar o acesso a esses registros no decorrer do tempo levou à criação das chamadas instituições de memória (OLIVEIRA, 2010). Conforme Nora, os lugares de memória são se limitam aos lugares topográficos, onde podemos situar as bibliotecas e os arquivos, por exemplo. Estes lugares também são os objetos simbólicos tais como

bandeiras, monumentos e dicionários. Nora, ainda informa festas e comemorações como exemplos de lugares de memória.

Assim, procurando ser específico, optamos por não usar o conceito de *lugares de memória* cunhado por Pierre Nora e tão amplamente utilizado na Ciência da Informação e nas suas disciplinas basilares: Biblioteconomia e Arqueologia. Utilizamos *Instituições memorialísticas*, termo utilizado por Armando Malheiro (2006, p.158), que trata de instituições legitimadas, arquivos, bibliotecas e museus, como instituições de memória. E como surgiram estas instituições?

Museus e bibliotecas se tornaram heterotopias onde o tempo não cessa de acumular e que não alcança seu auge. No século XVII, mesmo no final do século, museus e bibliotecas eram a expressão de escolhas individuais. Mas, a idéia de acumular tudo, de estabelecer um tipo de "arquivo geral", o desejo de ter num único lugar, todos os tempos, todas as épocas, todas as formas, todos os gostos, a idéia de constituir um lugar que congregue todos os tempos que são por si só, fora do tempo e inacessíveis à destruição do tempo, o projeto de organizar, deste modo, um tipo de acumulação perpétua e indefinida do tempo em um lugar imóvel, esta idéia de todo pertence à nossa modernidade. O museu e a biblioteca são heterotopias próprias da cultura ocidental do século XIX. (FOUCAULT, 1984)

A ideia de tudo acumular, como sugeriu Foucault é uma atitude anterior ao século XIX, diferente do que defendeu Foucault no trecho acima. A concentração da organização do conhecimento humano em local específico é uma prática milenar, como nos informa Le Goff (1996, p.434):

Os reis criam instituições-memória: arquivos, bibliotecas, museus. Zimrilim (cerca de 1782-59 a.C.) faz do seu palácio de Mari, onde foram encontradas numerosas tabuletas, um centro arquivístico. Em Rās Shamra, na Síria, as escavações do edifício dos arquivos reais de Ugarit permitiram encontrar três depósitos de arquivos no palácio: arquivos diplomáticos, financeiros e administrativos. Nesse mesmo palácio havia uma biblioteca no II milênio antes da nossa era e no século VII a.C. era celebre a biblioteca de Assurbanipal em Nínive. Na época helenística brilham a grande biblioteca de Pergamo e a celebre biblioteca de Alexandria, combinada com o famoso museu, criação dos Ptolomeu.

As instituições memorialísticas surgiram como memórias reais (Le Goff, 1996), local onde não havia distinção entre arquivo e biblioteca e museus, e este formato chegou até a Idade Média. Ortega (2004) nos informa que “durante a Idade Antiga e a Idade Média, museus, arquivos e bibliotecas constituíam praticamente a mesma entidade, pois organizavam e

armazenavam todos os tipos de documentos”. Arquivos pessoais, particulares, de acesso restrito. Este modelo de custódia do registro do conhecimento humano permaneceu inalterada até a Idade Moderna, quando a produção dos livros tipográficos, entre outros motivos, fez com que as bibliotecas passassem a existir separadamente e a adquirir maior relevância enquanto elemento social (ORTEGA, 2004).

Le Goff (1996, p.461) nos diz que: “a memória até então acumulada vai explodir na Revolução de 1789, não terá sido ela o seu grande detonador?” Será a Revolução Francesa, segundo Malheiro e Ribeiro (2011, p.21), a patrocinadora das instituições memorialísticas, “A extinção revolucionária das Ordens Religiosas e o ataque à jurisdição espiritual e temporal da Igreja Católica colocaram, na posse directa do Estado Liberal, um acervo de bens materiais que incluía milhares de livros e documentos”. Os autores acrescentam: “O mesmo ocorreu com os domínios senhoriais, tendo associados livrarias e cartórios. Tão vasto caudal de papel e pergaminho exigiu a criação de Bibliotecas e dos Arquivos Nacionais...” Os arquivos dos reis (Le Goff) antes privados e de acesso restrito, tornaram-se, com os ideais da Revolução Francesa, públicos e de acesso livre, “a Lei de 7 de Messidor criou o *Archives Nationales* com a incumbência expressa de que todo o cidadão poderá pedir em todos

os depósitos, em dias e horas fixados, o acesso aos documentos aí colocados” (MALHEIRO, RIBEIRO, 2011, p.21). Os autores completam: “Os Arquivos Públicos abrem-se ao cidadão, mas cedo se tornam lugares de memória para a história, sem perderem, completamente, o cordão umbilical com a instância produtora tutelada pelo Direito e pelo Poder” (p.22). Abriu-se uma nova fase, diz Le Goff (1996, p.464), a da pública disponibilidade dos documentos da memória nacional.

As instituições memorialísticas nasceram vocacionadas para incorporar a produção intelectual e político-administrativa de um povo; guardam os testemunhos escritos de sua identidade, lugar da memória nacional, espaço da conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico de uma nação para uma partilha coletiva. Com nos diz Baratin e Jacob (2008, p.9), são lugares “de diálogo com o passado, de criação e inovação” e que só fazem sentido, dizem os autores, “como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade inteira”.

4.5 Paradigma Custodial

A fragmentação pós-moderna não é disciplinar e sim temática. Os temas são galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros. Ao contrário do que sucede no paradigma actual, o conhecimento avança à medida que o seu objecto se amplia, ampliação que, como a da árvore, procede pela diferenciação e pelo alastramento das raízes em busca de novas e mais variadas interfaces. (SANTOS, 2010, p.76)

Já citamos ao longo desta dissertação a contribuição de Capurro (2003) quando o autor nos apresentou os seus três paradigmas para a Ciência da Informação. O *paradigma físico*: “tal paradigma é centrado em sistemas informatizados, onde o conceito de informação aproxima-se de um sentido estritamente técnico, uma informação mensurável que não necessariamente abarca significado semântico” (ALMEIDA, 2007. p.19). O segundo, o *paradigma cognitivo*, diz respeito ao universo do usuário e o seu contexto informacional. A teoria desenvolvida por Nichols J. Belkin (1980) *Anomalous State of Knowledge* (Estado Anômalo do Conhecimento), a qual afirma que a busca da informação tem origem na necessidade ou em uma situação problemática, é um texto representativo deste momento na ciência da

informação. O terceiro paradigma, o *paradigma social*, passa a existir quando o sistema de informação, o usuário e a informação passam a ser estudados em conjunto.

Diante do que foi exposto, dos paradigmas físico, cognitivo e social, o primeiro comprometido com os processos, o segundo com o usuário e o último com o contexto que envolve toda a cadeia informacional, todavia, observamos que dos três paradigmas elaborados por Capurro, nenhum deles expõe a preocupação sobre a questão da guarda, de custódia da informação, essa “lacuna teórica” é preenchida pelos paradigmas custodial e o pós-custodial ou paradigma emergente⁸, Trata-se de conceitos desenvolvidos pelos pesquisadores Armando Malheiro e Fernanda Ribeiro. Para esta dissertação nos

⁸ É emergente porque está a surgir no dealbar, em curso, da Era da Informação e nos meandros de uma conjuntura de transição bastante híbrida, complexa e sujeita a um ritmo de inovação tecnológica e científica quase vertiginoso (a Sociedade da Informação, em rede etc.) A Ciência da informação trans e interdisciplinar, que defendemos, só é possível no seio de um modo de ver, de perspetivar distinto do modelado pelo paradigma anterior, em que a preocupação pela custódia e a <<ritualização>> do documento é secundarizada pelo estudo científico e pela intervenção teórico-prática na produção, no fluxo, na difusão e no acesso (comunicação) da informação (representações mentais e emocionais que podem estar em diversos suportes e em mutação constante). (MALHEIROS, 2006, p.158).

concentraremos no paradigma custodial, “um paradigma ainda vigente, embora em acentuada crise face ao novo paradigma emergente – pós-custodial” (MALHEIRO, 2011, p.13).

Para melhor entendimento sobre este paradigma Malheiro (2006, p.5) elenca algumas características:

- Sobrevalorização da custódia ou guarda, conservação e restauro do suporte como função basilar da atividade profissional de arquivistas e bibliotecários;
- Identificação do serviço/missão custodial e público de arquivo e de biblioteca com a preservação da cultura erudita ou superior (as artes, as letras, a ciência) de um povo em antinomia mais ou menos explícita com a cultura popular, de massa e os produtos de entretenimento;
- Enfatização da memória como fonte legitimadora do Estado-Nação e da cultura como reforço identitário do mesmo Estado, sob a égide de ideologias de pendor nacionalista;
- Importância crescente do acesso ao conteúdo através de instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos) dos documentos percebidos como objectos patrimonializados, permanecendo, porém, mais

forte o valor patrimonial do documento do que o imperativo informacional.

O paradigma custodial, de acordo com Malheiro e Ribeiro (2011) emerge com as práticas das instituições memorialísticas assumidas pelo Estado-Nação após a Revolução Francesa, “a preocupação em nacionalizar os bens das classes dominantes do antigo regime, estiveram na gênese do paradigma custodial, histórico-tecnista e documentalista, que se firmou e consolidou ao longo do século XIX e grande parte do século XX”. (CORNELSEN, 2010, p.10). A prática custodial, no entanto, era contrária à função original de acesso à informação dos arquivos e bibliotecas, com explica Malheiro:

Os documentos eram objetos físicos e, ao mesmo tempo, fontes indispensáveis à produção de ciência e valorização da cultura de um povo. Guardar os documentos antigos e raros tornou-se a missão primeira e última dos profissionais, colocados nas instituições culturais, criadas e assumidas pelo Estado-Nação após a Revolução Francesa[...] Por outro lado, a consciência do acesso aos conteúdos, que decorria da função consignada, para Arquivos e Bibliotecas, nas leis revolucionárias de setecentos, era contraditória (os documentos deviam estar acessíveis a todos, mas nem todos os mereciam...). (2011, p.65)

Armando Malheiro (2011, p.13) lembra-nos que o paradigma custodial está em acentuada crise face ao novo paradigma emergente – pós-custodial, informacional e científico “fomentado e intensificado pelo desenrolar acelerado da Era da Informação (datável, genericamente, a partir de 1945)”. Entretanto, o antigo paradigma ainda é vigente. “O paradigma custodial ainda sobrevive, de fato, na atualidade, trazendo em si, desde muito cedo, mas em contradição com o espírito da lei de 7 de Messidor do período revolucionário francês”, escrevem Malheiro e Ribeiro (2011, p.160). Os autores complementam: “uma concepção de mediação passiva e até ‘negativa’, porque contrária ao utilizador, uma vez que a prioridade estava na guarda do patrimônio cultural, não no acesso ou na difusão plena”.

Um fator importante deste paradigma é sua relação intrínseca com a memória. Galindo (2011) nos diz que: “Para além da ideia de pretérito, outra condição que naturalmente se agrega à noção de memória é a ideia de custódia”. O autor ainda nos diz que esta temática “tem sido competentemente explorada nos últimos anos em um largo debate que vem ajudando na compreensão de dilemas do custodialismo.”

4.6 Teoria dos sistemas e os sistema memorial

"Os sistemas são fontes de informação e a informação é capaz de construir um sistema" (ROBREDO, 2003, p.110).

Até o começo do século XX a ciência adotava a mecânica clássica como modelo do pensamento científico. Isso corresponde a perceber as coisas como mecanismos e sistemas fechados. A ciência contemporânea adotou o organismo vivo como modelo, como sistemas abertos. Essa mudança de paradigma foi inicialmente sugerida por Bertalanffy, autor da Teoria Geral dos Sistemas.

A Teoria Geral dos Sistemas foi desenvolvida para melhorar a compreensão sobre sistemas, podendo ser aplicada, de forma geral, a todo tipo de sistemas, sejam sistemas vivos, individuais ou organizações. "O Sistema é um conjunto de partes interagentes e interdependentes que, conjuntamente, formam um todo unitário com determinado objetivo e efetuam determinada função" (OLIVEIRA, 2002, p. 35). Bertalanffy define sistema como "um complexo de elementos em interação, interação essa de natureza ordenada não fortuita" (1976, p.53).

A Teoria Geral dos Sistemas é uma abordagem que busca a unidade entre as diversas especialidades;

dessa forma, é interdisciplinar, pois para a sua compreensão e aplicação recorre-se a conceitos de Filosofia, Biologia, Sociologia, Psicologia, entre outros.

Para Bertalanffy:

É necessário estudar não somente as partes e os processos isoladamente, mas também resolver os decisivos problemas encontrados na organização e na ordem que os unifica, resultante da interação dinâmica das partes, tornando-se o comportamento das partes diferente quando estudado isoladamente e quando tratado no todo. (1976, p.53)

O pensamento de Bertalanffy passou a ser interessante para diversas áreas do conhecimento e “no campo da informação, verifica-se que as abordagens sistêmicas têm sido uma notória preferência”, afirmou Malheiro (2006, p.30). O autor aponta três características do pensamento sistêmico, com a intenção de torná-lo mais inteligível, são elas:

1. O sistema deve ser observável como uma unidade durável (visão sintética) com significado próprio (macro) a fim de, na conjugação dos seus elementos, parecer novo e emergente;
2. Todos os elementos do sistema (micro) compõem uma estrutura estruturante e estruturada, na qual cada elemento contribui para a existência da estrutura, mas subordinada

ao próprio estado da existência do sistema (visão analítica);

3. Há uma correlação permanente (*feedback micro-macro*) entre a unidade (totalidade) e os elementos (partes): por um lado, o sistema torna-se uma unidade na multiplicidade dos seus componentes; e, por outro, as partes perdem, no sistema, a sua individualidade, tornando-se igualmente essenciais na formação da unidade.

Influenciado pelo pensamento sistêmico, surge o modelo de *Sistema Memorial* “modelo que propõe uma leitura do conjunto de segmentos interdependentes de missão memorial atuante no universo dos arquivos, bibliotecas, museus e outros serviços públicos e/ou privados” (GALINDO, 2012, p.9.). Instituições memorialísticas que têm por natureza o resgate, preservação e acesso aos bens do patrimônio memorial. Galindo nos diz que:

São componentes naturais dos sistemas memoriais os programas estratégicos de promoção, preservação e acesso ao patrimônio memorial, bem como a informação de interesse histórico custodiada por instituições de missão memorial. (2012, p.10)

De acordo com Malheiro e Ribeiro (2002) o Sistema Memorial, é um sistema artificial

convencional, pois implica na intervenção humana e “nascem de acordos através dos quais o homem introduz relações organizativas em determinados elementos desprovidos à partida de quaisquer ligações estruturais” (MALHEIRO, RIBEIRO, 2002, p.98). As máquinas e as organizações sociais constituem os melhores exemplos de sistemas artificiais, dizem os autores. Sistemas dinâmicos e organizados propícios à formação de rede.

O pensamento sistêmico exerceu forte influência para o modelo de *Sistema Memorial*, e orientou a criação da *Rede Memorial*. No dia 14 de setembro de 2011, durante a primeira Conferência sobre Tecnologia Cultura e Memória (CTCM), no Recife, foi estabelecida uma rede nacional denominada *Rede Memorial*, “uma rede nacional das instituições comprometidas com políticas de digitalização dos acervos memoriais” (GALINDO, 2012, p.31).

A *Rede Memorial* foi criada com a presença de representantes de trinta instituições memorialísticas, entre elas a Fundação Joaquim Nabuco, Arquivo público estadual Jordão Emerenciano (PE), Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, Liber – UFPE. A rede tem por base uma carta de princípios para sustentar uma política de digitalização dos acervos memoriais e de procedimentos para a conformação de um espaço colaborativo de trabalho. A *Carta do Recife* estabelece

seis princípios para uma política de digitalização dos acervos sob a responsabilidade das instituições participantes, são eles: o Compromisso com acesso aberto (público e gratuito); Compromisso com o compartilhamento das informações e da tecnologia; Compromisso com a acessibilidade; Padrões de captura e de tratamento de imagens; Padrões de metadados e de arquitetura da informação dos repositórios digitais; Padrões e normas de preservação digital.⁹

⁹ Fonte: <http://redememorial.org.br/>

4.7 Fenômeno Social do Esquecimento

O caso ocorrido na Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife, onde parte do seu acervo formado por jornais raros do século XIX foi devorada por cupins e outras pragas devoradoras do papel foi o ponto inicial para esta dissertação. No entanto, a incúria com os registros da memória humana acompanha toda a história da humanidade. São vários os momentos na história da civilização em que livros e bibliotecas são destruídos de maneiras distintas e com objetivos diversos. Báez (2006, p.24) na *História universal da destruição dos livros* escreveu que esta prática tem a intenção de aniquilar a memória “que encerra, isto é, o patrimônio de ideias de uma cultura inteira”. O autor denominou a prática da destruição de livros e bibliotecas de *memoricídio*.

No entanto, vimos a repetição deste ato como a manifestação de um comportamento humano categorizável e para fins desta dissertação denominaremos de *Fenômeno social do esquecimento*.

No caminho até aqui percorrido em busca de conceitos este é, por duas razões, o que maior influência tem sobre esta dissertação. A primeira razão diz respeito ao fato de que o *Fenômeno social do esquecimento* é o nosso objeto de estudo, a segunda é

o fato deste conceito ter sido desenvolvido no decorrer da elaboração desta dissertação, através das conversas realizadas nos encontros de orientação.

Dessa forma, buscamos traçar uma linha de raciocínio partindo do que é a Ciência da Informação, iniciando assim a construção do conceito mencionado. Assim sendo, selecionamos algumas perspectivas do que é Ciência da Informação na visão de diversos autores. A seguinte definição é sugerida por Shera (1977, p.265):

Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que regem o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para o máximo de acessibilidade e uso. O processo inclui a origem, disseminação, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação e uso da informação.

Similar a definição de Shera foi a de Borko:

é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os meios de processá-la para otimizar sua **acessibilidade e uso**. A CI está ligada ao corpo de conhecimentos relativos à origem, coleta, organização, estocagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso de informação... Ela tem tanto um componente de ciência pura, através

da pesquisa dos fundamentos, sem atentar para sua aplicação, quanto um componente de ciência aplicada, ao desenvolver produtos e serviços. (1968, p.3, nosso grifo)

Saracevic nos diz que Ciência da informação é:

um campo que voltado à pesquisa científica e à prática profissional e que trata dos problemas da comunicação dos conhecimentos na sociedade, no contexto de usos e necessidades das informações sociais, institucionais e/ou individuais.(1995, p.2)

Le Coadic (2004, p.25) nos diz que Ciência da Informação tem por objetivo “o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos), e a análise de seus processos de construção, comunicação e uso”.

As definições que apresentamos acima reafirmam que a Ciência da Informação tem como maior preocupação o fluxo informacional de sua gênese ao seu uso. Neste caso, atentamos para o uso da informação, etapa final, de acordo com as definições apresentadas, do fluxo informacional.

Quando dissertamos sobre o conceito de memória escrevemos que, de acordo, com Halbwachs (1925), Leroi-Gourhan (1965) e Yates (2007) o acesso à memória nas sociedades baseadas na oralidade era realizada através de pessoas guardiãs da memória,

geralmente anciões responsáveis pela transmissão do conhecimento. Por outro lado, nas sociedades baseadas na escrita, a memória exteriorizada (informação registrada em suportes diversos) geralmente é preservada em instituições memorialísticas (Arquivos, Bibliotecas, Museus) com a finalidade de ser transmitida e conservada. Sugerimos que estamos diante de um fluxo informacional, onde o que se pretende transmitir é a memória exteriorizada (informação registrada). Le Goff (1996, p.433) escreve o seguinte sobre suporte da memória e sua importância:

A outra forma de memória ligada a escrita é o documento, escrito num suporte especialmente destinado à escrita [...] neste tipo de documento a escrita tem duas funções principais, uma delas é o armazenamento de informações, que permite comunicar, através do tempo e do espaço, e fornecer ao homem um processo de marcação, memorização e registro.

O pensamento do historiador Jacques Le Goff, embora invoque a ideia de pretérito como sugeriu Galindo (2011, p.7) ao tratar de memória, nos encoraja a sugerir que informação e memória confundem-se quando esta é aplicada à Ciência da Informação.

Arquivos, bibliotecas, museus são instituições memorialísticas responsáveis pela conservação e

divulgação dos registros da memória. Porém esses lugares são vulneráveis a aspectos econômicos, à racionalidade administrativa, à inovação tecnológica e à disputa ideológica que muitas vezes colocam em risco sua própria existência. Não é difícil identificar casos onde os argumentos utilizados na política de gestão da informação são destituídos de qualquer reflexão sobre a questão da memória (OLIVEIRA, 2010).

Essa vulnerabilidade das instituições memorialísticas compromete em alguns momentos, como no caso da Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife, o fluxo informacional, ou seja, alguma etapa deste fluxo não é realizada, geralmente as etapas finais de acesso e uso. Neste momento, acreditamos que o não acesso e uso dos registros do conhecimento humano causam o que chamamos de *Fenômeno social do esquecimento*.

O estudo deste fenômeno aplicado à Ciência da Informação deve levar à uma reflexão sobre a função social dos profissionais da informação na preservação, divulgação, acesso e uso da memória coletiva. Wersig e Neveling (1975) advogam como objetivo da Ciência da Informação, sua responsabilidade social na transferência do conhecimento para aqueles que necessitam. Entendemos que essa responsabilidade pressupõe o acesso assíncrono à informação, ou seja:

informações geradas no passado disponibilizadas no presente, permitindo novas utilizações e a construção de novos conhecimentos, agora ou no futuro.(OLIVEIRA, 2010).

Da mesma forma, Le Goff (1996, p.477) nos chama a atenção para a importância da nossa função no acesso à memória coletiva: "Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica". Incluímos também na lista desses profissionais os arquivistas, bibliotecários e museólogos. E sobre a importância da memória, concluímos com as palavras do Historiador Fernando Báez (2012)¹⁰ "Não há identidade sem memória. Se nós não nos lembramos quem somos, então não sabemos o que somos".

¹⁰ Correspondência pessoal entre o autor desta dissertação e o historiador Fernando Báez, realizada através do correio eletrônico (e-mail) entre os meses de março a novembro de 2012. Dessa correspondência resultou uma pequena entrevista acerca do fenômeno social do esquecimento (ANEXO C).

5 ESTUDO DE CASO: Uma contextualização

A imprensa é o que melhor pode retratar uma nação, afirmou Alfredo de Carvalho em *Annaes da imprensa periódica pernambucana de 1821-1908*. de fato, concordamos com a fala do autor. Sabemos que muitos dos jornais que circularam em Pernambuco tiveram vida efêmera, já outros – uns poucos – tiveram vida longa, alguns em atividade até hoje como é o caso do Diário de Pernambuco, o jornal mais antigo ainda em circulação da América Latina. Seja como for, com vida efêmera ou duradoura, os jornais traziam e trazem a cada dia pequenos fragmentos da nossa história, formando um mosaico do nosso cotidiano, dos grandes acontecimentos às informações da vida privada. Práticas, costumes, cartazes, anúncios, toda esta informação relatando os hábitos de uma sociedade.

Assim os jornais tornaram-se fontes importantes de informação para pesquisadores das mais diversas áreas. Mendez (2002, p. 94- 95), nos indica a importância da imprensa periódica para a construção da memória e da identidade nacional:

Jornalismo não é apenas uma forma de produção de conhecimento, mas a própria produção do

conhecimento social, construído diariamente. [...] Um conhecimento que hoje é atual, mas que amanhã será histórico. O Jornalismo não apenas constrói a realidade que vivemos através da palavra, como dá vida ao fato social que vem à tona em forma de texto e imagens. É certo que lida com o factual, mas não são acontecimentos descartáveis ou efêmeros; são acontecimentos reais. E quando vira notícia, vira história.

Sevcenko (1996, p. 25) nos diz que o jornalismo “ocupa hoje o lugar do relato histórico do passado, com uma grande difusão de fontes de informações, um pipocar de explicações históricas.” Gilberto Freyre, ao seu turno, escreveu uma obra de referência para muitos estudos tendo como fonte de informação os jornais: *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros no século XIX*, assessorado pelo historiador José Antônio Gonçalves Mello. E Assim como o mestre de Apipucos tantos outros pesquisadores viram nos jornais ricas fontes de informação para tecerem os seus trabalhos.

Em grandes bibliotecas, ou centros de documentação, há um espaço reservado para este tipo de material – a Hemeroteca - e é neste espaço, muitas vezes, escondido em um recôndito pouco ilustre e de menor valor dentro destes locais onde são guardados os jornais.

O que relatamos aqui é uma tentativa de traçar a trajetória da Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife. Tentativa, pois pouco se sabe sobre sua formação dentro da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, dos dias de memória aos dias de esquecimento.

Iniciamos por um breve relato da história da imprensa em Pernambuco, onde pontuaremos momentos importantes de seus antecedentes e da Faculdade de Direito do Recife, da biblioteca, local que abriga e dá nome ao nosso estudo de caso, a Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife.

5.1 Breve história da imprensa pernambucana

“Depois de uma procelosa tempestade, Noturna sombra, e sibilante vento, Traz a manhã serena claridade. Esperança do porto salvamento.” (CAMÕES, 1975, p.31)

Os versos de *Os Lusíadas* de Luis de Camões que usamos como epígrafe também ilustraram a capa do primeiro jornal pernambucano e o terceiro do Brasil: trata-se da *Aurora Pernambucana*, fundado em 27 de março de 1821. Em formato de 25 x 17cm, com quatro páginas, em papel de linho e impresso na Oficina do *Trem Nacional de Pernambuco*, no Recife. Embora oficialmente este tenha sido o primeiro jornal a circular em Pernambuco, o nosso Estado é apontado como precursor da arte da tipografia no Brasil (CARVALHO, 1908; SODRÉ, 1996; NASCIMENTO, 1968; MARTINS, 2002; HALLEWELL, 2005).

Enquanto que já existia no México, desde 1539, no Perú, em 1585, e nos actuaes Estados-Unidos, em 1638, só após a transmigração da família real portuguesa foi, a 13 de maio de 1808, inaugurada no Rio de Janeiro a *Imprensa Regia*, primeira typographia regular que possuímos. (CARVALHO, 1908, p.15)

É sob o signo do oficialismo e com atraso de três séculos que se inaugura a imprensa no Brasil,

em 1808. A administração colonial portuguesa impede a tipografia e o jornalismo até a chegada de D. João VI. Em maio, instala as oficinas da Impressão Regia e, em setembro, faz circular a gazeta do Rio de Janeiro. (BAHIA, 2009, p.17)

Os versos de Camões estampados na primeira página do *Aurora Pernambucana* são de grande lucidez e concentram em quatro pequenos versos a luta da província de Pernambuco em imprimir suas ideias, *antes da serena claridade*, Pernambuco atravessou *procelosa tempestade* na tentativa de aqui se instalar uma oficina tipográfica.

Antes do decreto de 12 de maio de 1808, o qual criou no Rio de Janeiro a *Imprensa Régia*, houve algumas tentativas de imprensa no Brasil, muitas delas em solo pernambucano. Alfredo de Carvalho (1908) aponta a presença dos jesuítas no Brasil para uma suposta implantação em Pernambuco de uma tipografia, “e tendo a Companhia de Jesus, no século XVII instalado prelos nas possessões portuguesas da África ocidental, como Loanda e S. Salvador, a antiga capital do Congo...” Porém, como lastima o autor “nenhuma prova material da sua existência, única capaz de produzir a demonstração cabal de semelhante enunciado, foi até hoje encontrada”. (p.17).

Finda a esperança de uma tipografia em Pernambuco trazida pelos jesuítas, recaiu sobre o período holandês (1630-1654) a “responsabilidade” da imprensa em Pernambuco. “Conhecida a particular predileção do governador geral pelas sciencias e artes, é naturalissimo supôr que, sob os seus auspícios, também se procurasse transportar à nova colonia a imprensa” (Carvalho, 1908, p.17). De acordo com Afonso D’Escragnolle Taunay (1936, p.17), depois de muitas negociações entre Pernambuco e Holanda, foi enviado o tipógrafo Pieter Janszon, para encarregar-se da impressão no Recife. Infelizmente, este veio a falecer em 3 de agosto de 1643, antes de realizar seu trabalho. Hallewell (2005, p. 86) acrescenta:

Nessa altura, a pessoa que, segundo mais se empenhou em instalar um prelo na colônia, o Governador Mauricio de Nassau, havia partido (maio de 1643) e os holandeses estavam sofrendo tão severas pressões militares que não tinham tempo para se preocuparem com tais problemas.

O motivo da suspeita de uma tipografia em Pernambuco no período holandês foi um folheto datado de 1647 trazendo a indicação “*gedruckt in Brasilien op’t Reciffin de Bree-Bijl*” (Impresso, no Brasil, no Recife). Como mostram alguns estudiosos

do assunto, o folheto não foi impresso no Brasil, menos ainda no Recife.

Não falta quem creia que a imprensa chegou a ser introduzida no Recife durante o tempo do dominio hollandez, fundou-se que um ou dous folhetos desse tempo se dizem ahi impressos. Porém os bons criticos e bibliobhilos hollandezes quea este respeito consultamos, propenderam a crer que essas publicações foram clandestinas e espurias, e que não sahiram o Recife se não da Hollanda...(Visconde de porto Seguro APUD Costa, 1891,p.26)

Costa (1891,p.4) acrescenta:

A pressunção de que houve uma typographia em pernambuco em meados do século XVII, firmada pela existncia de um pamphleto escripto em hollandez que se dis impresso no Recife no ano de 1647, desapareceu completamente à luz da crítica e da historia.

José Hygino Duarte Pereira (1883), após analisar o conteúdo do panfleto intitulado bolsa do Brasil, concluiu:

Si se tivesse introduzido a imprensa na capital do Brazil Hollandez, durante os oito annos do governo de Nassau, é extraordinário que o seu panegyrista Barleus não commemorasse um facto tão honroso para este principe amigo das artes de das letras.

O estudo ao qual tivemos acesso e que apresenta informação mais atual sobre o assunto está no trabalho de Laurence Hallewell (2005) *O livro no Brasil*. O autor afirma ser falso o colofão que traz a informação “*gedruckt in Brasilien op’t Reciffin de Bree-Bijl*” (Impresso, no Brasil, no Recife), na verdade este colofão era uma tentativa de proteger o impressor, informa o autor (p.86).

Diante dos fatos expostos podemos ir adiante certos de que durante o período holandês não houve impressão em Pernambuco. Outra suspeita irá ser apresentada no ano de 1706 “É certo que tivemos uma imprensa em 1706, aproximadamente, aparecida em Pernambuco, outra que, surgiu no Rio de Janeiro sob a direção de Isidoro da Fonseca, no anno de 1747”. Afirmou Barbosa Lima Sobrinho (1922, p.83), entusiasta Francisco Augusto Pereira da Costa (1891, p.26) escreve: “Todavia cabe ao Estado de Pernambuco a posse da tipografia no Brasil”.

Alfredo de Carvalho (1908, p.28) nos relata que em 1706 foi estabelecida uma pequena tipografia no Recife, a qual se limitava a impressão de letras de câmbio e breves orações devotas. Esta tipografia, segundo Carvalho, fora tolerada pelo então governador de Pernambuco Francisco de Castro

Moraes, mas que não passou despercebida à vigilância cerrada da Corte Portuguesa, que ao saber de tal tipografia impôs a ordem régia de 8 de junho de 1706.

Desta sorte foi inutilizada a obscura typographia, primeira que laborou em Pernambuco e em todo o Brasil; da sua existencia ephemera é testemunho único o documento ordenando a sua suppressão, não tendo chegado até nós um só dos seus modestos productos. (COSTA, 1908, p.28)

Mais uma tentativa ou suposta iniciação de uma oficina de tipografia no Recife é vista com certa incredulidade por especialistas no assunto. Desta suposta tipografia de 1706, como nos relatou Pereira da Costa, não chegou até nós nenhum dos seus modestos produtos; seja por falta de prova material ou mesmo desencontro de informações, essas iniciativas são vistas com ressalva e menos ufanismo por autores como Sodré (1966, p.20):

Essa iniciativa pioneira tem significação meramente cronológica, pois não teve nenhuma função efetiva, nem a suspensão de sua atividade despertou atenção. Até mesmo as informações a respeito, numa época em que os fatos insólitos mereciam registro burocrático rigoroso, são escassas.

Wilson Martins (1996, p.302-303) também coloca em dúvida toda esta história envolvendo a

suposta tipografia no Recife de 1706. Martins aponta uma possível falha na transcrição de datas feita por Pereira da Costa (1908, p.28): este teria baseado seu relato em uma ordem de 1747 endereçada ao governador do Rio de Janeiro, ordem que se referia às atividades tipográficas de Isidoro da Fonseca, no Rio de Janeiro. A ordem alegava que:

Não é conveniente se imprimam papéis no tempo presente, nem ser de utilidade aos impressores trabalharem no seu ofício, onde as despesas são maiores que no reino, do qual podem ir impressos os livros e papéis ao mesmo tempo em que dele devem ir as licenças da inquisição e do [...] Conselho Ultramarino, sem as quais se não podem imprimir nem correrem obras. (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1928, p.121)

Serafim Leite *apud* Hallewell (2005, p.88) afirma em seu *Artes e Oficinas dos Jesuítas no Brasil* ter visto alguns trabalhos desta tipografia recifense; Leite afirma ainda que esteve de posse de alguns deles e identifica o tipografo com sendo um jesuíta de nome Antônio da Costa. Todavia, ainda é incerta a existência desta tipografia.

Não se sabe de nenhuma iniciativa tomada quer pelas autoridades da colônia, quer pelas ordens religiosas, para introduzira imprensa no Brasil. Não existe por enquanto, nenhuma prova ou indício da existência de prelo até o momento em

que Isidoro da Fonseca instala no rio de Janeiro uma pequena tipografia em 1747, que chamou de 'segunda oficina' querendo significar que possuía uma primeira em Portugal. (MORAES, 2006, p. 69)

Diferentemente do ocorrido com a suposta tipografia instalada no Recife no período holandês, onde pesquisadores encerraram a questão negando a existência da tipografia naquele período, a tipografia de 1706 ainda levanta dúvida e ainda não há um consenso entre pesquisadores sobre o assunto. Concluimos essa fase com as palavras de Hallwell (2005, p.88) que também não dá por encerrado o assunto:

O mínimo que se pode dizer é que, se de fato houve alguma prensa de impressão no Brasil nessa época, então a cidade do Recife parece ter sido o local mais provável. Embora ainda pequeno, o Recife era a única verdadeira cidade além da capital, Salvador, e nesse período era mais próspero e revelava maior independência de espírito em relação às autoridades de Lisboa.

Usaremos como ponte os dizeres de Hallwell quando se refere ao Recife do início do século XVII como sendo um local de maior prosperidade e de espírito de independência, para chegarmos à história da imprensa pernambucana do século XIX.

Destruída a suposição da existência da imprensa em Pernambuco no século XVII, proibida a que se instalou no princípio do século XVIII, surge então o século XIX quando depois de quase quatro séculos de sua descoberta foi ela introduzida em Pernambuco. (COSTA, 1891, p.28)

No século XIX, tivemos notícias efetivas da imprensa em Pernambuco quando o negociante Ricardo Fernandes Catanho, pretendendo estabelecer uma tipografia no Recife, redigiu um pedido de licença em 1815 ao governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro. A licença só chegaria um ano depois. Tendo o governador concedido a licença para o funcionamento legal da tipografia em Pernambuco, esta não irá funcionar de imediato por não haver pessoal com habilidade suficiente na arte da tipografia no Recife. A tipografia passa a funcionar em 1817, juntamente com o rompimento da Revolução Pernambucana proclamada no dia 6 de março daquele ano. No dia 28 de março, começa a laborar como o nome de *"Oficina Tipográfica da República Restaurada de Pernambuco"*.

A tipografia era redigida por um impressor inglês, James Plincher, e, segundo dizem, operada por um marinheiro francês e dois frades brasileiros: o envolvimento do clero foi um traço significativo das duas revoltas ocorridas em

Pernambuco, no começo do século XIX.
(HALLEWELL, 2005, p.186)

A Oficina Tipográfica da República Restaurada de Pernambuco serviu de veículo condutor dos ideais da Revolução Pernambucana, seu primeiro impresso intitulado de “*Preciso*” era uma apologia ao movimento emancipacionista, escrita em 10 de março foi colocada no prelo no dia 28 do mesmo mês, segue um trecho:

Preciso dos sucessos que tiveram lugar em Pernambuco, desde a faustíssima e gloriosíssima revolução operada felizmente na praça do Recife, aos seis do corrente mez de Março, em que o generoso esforço dos nossos patriotas exterminou daquella parte do Brasil o monstro da tyrannia real. (CARVALHO,1908, p.33)

Este escripto, comprehendendo todo o movimento da revolução de 6 a 10 de Março, consta de um avulso in-folio, com uma folha de impressão, foi elaborado pelo venerando martyr José Luiz de Mendonça, e contém esta declaração final: “na Off. Typ. Da Republica de Pernambuco 2.” Vez restaurada. – 1817. (COSTA, 1891, p.30)

A Revolução Pernambucana tinha como líderes Domingos Martins, Antônio Cruz e os padres João Ribeiro e Miguelinho. Os pernambucanos revoltosos eram a favor do regime republicano. Inspirados por ideais iluministas e pela revolução francesa, reivindicavam, *a priori*, diminuir os impostos cobrados

pelo regime de Dom João VI, abolir os títulos de nobreza, e o direito à liberdade de imprensa. O governo provisório instalado em Pernambuco teve representantes do exército, do clero, da justiça. O movimento buscou apoio nas províncias mais próximas da região Norte e Nordeste, mas sem o apoio popular, este foi vencido pelas tropas militares enviadas por Dom João VI. O governo provisório durou 75 dias e alguns líderes, como Teotônio Jorge, padre Souza Tenório, Antônio Henriques e José de Barros Lima, foram capturados e condenados à morte, culminando no fim da Revolução Pernambucana. (TAVARES, 1917)

Debollada a revolução e restaurada a monarchia baixou em 15 de Setembro de 1817 um aviso firmado pelo ministro Thomaz antonio de Villa Nova Portugal, dirigindo ao governador Luiz do Rego Barreto, no qual se lê que " tomando o governo em consideração o infame abuso que se fez na officina typographica em Pernambuco, houve por bem cessar a licença que concedeu por Aviso de 9 de Novembro de 1816 para o seu estabelecimento" – ordenado dest'art ao governador – " que a mandasse fechar e remetesse o seu material para o Rio de Janeiro.(COSTA, 1891,p. 31)

O então novo governador de Pernambuco, Luís do Rego Barreto, não teve pressa em cumprir tal ordem, pois só em 1819 é que o material foi embarcado para o Rio de Janeiro. Segundo Costa

(1891, p.32) o governador pernambucano tão teria enviado todo o material da imprensa republicana de 1817 para o Rio de Janeiro, “deixando ficar depositado no Trem, uma boa porção de typos”, diz o autor, esperando uma nova oportunidade para estabelecer uma nova tipografia.

No ano de 1820, teve inicio a Revolução Liberal do Porto, este movimento que colocava em pauta, entre outras questões, o absolutismo em todos os domínios portugueses. No Recife, o governador Luís do Rego Barreto, com a intenção de manter a sua autoridade, percebeu que precisava de uma oficina de impressão. Assim, o governador ordenou a construção de um prelo de madeira nas dependências da Oficina de trem de Pernambuco, “e lançando mão dos typos da imprensa republicana de 1817, como é corrente, começou ella a trabalhar em Março de 1821” (COSTA, 1891, p.32).

Por motivos óbvios, a oficina tipográfica recebeu o nome de *Officina do Trem de Pernambuco*. Diferentemente da oficina de 1817, a Officina do Trem tinha sua produção voltada para as várias proclamações e panfletos favoráveis ao governo da capitania. Em 27 de março, estava sendo publicado por Rodrigo da Fonseca Magalhães, genro do

governador, o primeiro jornal “oficial” de Pernambuco, o *Aurora Pernambucana*.

Embora tenha sido uma espécie de jornal oficial, onde se publicava atos do governo, o *Aurora Pernambucana* foi “um marco indelével e solenne que assignala a epocha em que entre nós começou a existir a liberdade de imprensa” (COSTA, 1891, p.33).

Em outubro de 1821, uma junta governativa presidida por Gervásio Pires Ferreira, conquistou o controle da capitania. Luís do Rego Barreto, juntamente com o seu genro, voltam para Portugal, colocando fim na curta carreira do *Aurora Pernambucana*.

A junta provisória resolveu então estabelecer uma tipografia regular, agora sob a denominação de *Officina do Trem Nacional de Pernambuco*, em fevereiro do ano seguinte (1822) passa-se a chamar de *Typographia Nacional*. São desta tipografia os primeiros números do periódico *Sagarrega e Relator Verdadeiro* (CARVALHO, 1908, p.38). Merecem também citação os periódicos *O Maribondo* que começou a circular em 25 de março de 1822, primeiro periódico republicano que houve no Brasil, *Sentinella da Liberdade*, também republicano, redigido por Cypriano Barata. (COSTA, 1891, p.36).

Segundo (COSTA, 1891, p.36) a *Typografia Nacional* durou pouco tempo. O governo teria, através de edital, feito uma concorrência pública para a venda da tipografia. Manoel Clemente do Rego Cavalcante, Fellipe Mena Calado da Fonseca e James Pinches, passaram a ser os novos proprietários da *Tipografia Nacional*, que passou a chamar-se *Cavalcante & Companhia*. Podemos destacar deste período a publicação do periódico *Gazeta Pernambucana*, que fortemente atacava o governo. A tipografia durou pouco mais de um ano: Mena Calado deixa a sociedade, os demais sócios não conseguem liquidar a dívida e, dessa forma, a tipografia volta a pertencer ao governo.

Nesse mesmo tempo, como nos conta Hallwell (2005, p.186) outro impressor havia começado a trabalhar na cidade: Antonio José de Miranda Falcão, que passa a ser o novo gerente da *Typographia Nacional Pernambucana*. O nome de Falcão é de grande referência quando tratamos da imprensa pernambucana. A tipografia do qual era gerente foi responsável pela publicação do *Typhis Pernambucano*, o jornal de Frei Caneca, o principal veículo da Confederação do Equador.

Contida a Revolução do Equador com a entrada dos imperialistas no Recife, em 17 de setembro de 1824, Frei Caneca, redator do *Typhis Pernambucano*, foi morto, e a José de Miranda Falcão coube a prisão.

Por esse tempo, acabava Antônio José Miranda Falcão de sair da prisão a que o arrastaram as suas idéias políticas e a sua adesão ao movimento republicano de 1824, e entrando em negociação com o governador fez aquisição da typographia, e começou a trabalhar sob a firma social de Miranda & C. (COSTA, 1891, p.40)

Em 7 de novembro de 1825, a *Miranda & C.* já estava instalada à rua Direita n. 267 e de lá saiu o primeiro número do jornal diário de mais longa duração de toda a América Latina, o *Diário de Pernambuco*.

A imprensa periódica pernambucana passa a desenvolver-se rapidamente e logo teremos diversas casas tipográficas produzindo não apenas periódicos, mas também livros. Destacamos a *Pinheiro, Faria & Cia*. Primeira tipografia de Olinda, instalada na rua do Amparo n. 22, em 1831. "Uma officina typographica, que laborou por espaço de vinte meses, dando à luz vários livros, folhetos e periódicos" (CARVALHO, 1908, p.43). Em 1833 a *Pinheiro, Faria e Cia*. Mudou-se para o Recife, que havia se tornado a capital da província.

Depois de Olinda, outras localidades passaram a possuir tipografias: Nazaré da Mata, Vitória de Santo Antão e Escada estão entre elas.

Em meados de 1874, fundou-se em Escada a *Typographia Commercial*. De acordo com Carvalho (1901,p.51) de lá saíram alguns materiais bibliográficos editados pelo jurista e filósofo Tobias Barreto.

Em meados de 1874, fundou-se na Escada, a Rua da Cadeia, n. 22, a *Typographia Commercial*, que laborou até 1881, publicando, além de alguns avulsos da lavra do notável jurista e filósofo Tobias Barreto de Menezes, o seu opúsculo *Ein offner Brief na die Deutsche Presse*, os periódicos *Um signo dos Tempos*, *Devaneio Literário*, *a Comarca da Escada*, *O Desabuso*, *O Escadense*, *A Igualdade contra a hypocrisia* e *O martello*, e a revista mensal *Estudos Allemães*. (CARVALHO, 1908, p.51)

O legado histórico da imprensa pernambucana é vasto e está intimamente ligado a fatos da história de Pernambuco, como a presença dos holandeses, a Revolução Pernambucana e a Confederação do Equador. Através da pontuação de episódios históricos da imprensa em Pernambuco, buscamos ilustrar a importância da mesma e salientar sua atitude vanguardista e vocação como veículo comunicativo e rica fonte histórica.

5.2 A Faculdade de Direito do Recife: sua trajetória

Até o ano de 1827 era da Universidade de Coimbra em Portugal que saía a maioria dos Bacharéis em Direito no Brasil. E assim ocorreu durante o período colonial no nosso país. As colônias espanholas, diferentemente, já possuíam em seu território algumas universidades, as primeiras da América Latina. Olivio (2000, p.54) afirma que: "Em 1553 foi inaugurada a Universidade do México, com as Faculdades de Filosofia, Cânones/Direito, Teologia. Depois surgiram as Universidades de São Marcos (Peru), de São Felipe (Chile) e Córdoba (Argentina)".

As primeiras incursões no ensino superior no Brasil foram feitas pelos jesuítas. "Por sua vez, ministravam-se nos conventos dos jesuítas carmelitas e franciscanos, aulas de nível universitário, para uso exclusivo dos padres e seminaristas". (BOVE, 2006, p119). Não é estranho o fato de que o primeiro curso jurídico no Brasil tenha sido instalado em terreno católico.

Bove (2006) nos diz que de forma transversa e irônica devemos a incursão do Brasil no ensino superior a Napoleão. Segundo o autor, se não

houvesse a invasão das tropas de Napoleão em Portugal, a Família Real não teria vindo se refugiar no Brasil e a história tomaria outro rumo. De fato, o que sabemos é que com a chegada da família Real houve, de certa forma, progresso em diversos setores como, por exemplo, a impressão régia. Bove (2006,p. 120) nos aponta que instituições foram impulsionadas pela chegada da família real ao Brasil: “foram criadas as médicas-cirúrgicas na Bahia e no Rio de Janeiro, respectivamente, em 18 de fevereiro de 1808 e 02 de abril do mesmo ano.”¹¹

No entanto, em relação aos cursos jurídicos, ainda era na Universidade de Coimbra onde se formava a elite intelectual brasileira.

Em Coimbra, a formação em Direito era um processo de socialização destinado a criar um senso de lealdade e obediência ao rei. É bastante significativo que, durante os trezentos anos em que o Brasil foi colônia de Portugal, Coimbra fosse a única Faculdade de Direito dentro do

¹¹ É importante ressaltar que ainda neste período não se pode considera as duas Escolas de cirurgia como uma Faculdade genuinamente brasileira, pois os diplomas ainda eram emitidos de Lisboa. “De posse do certificado, o aluno era submetido ao exame e caso fosse aprovado, os documentos eram encaminhados a Lisboa, que expedia o diploma mediante o pagamento dos emolumentos.”Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/escirba.htm>>

império português. Todos os magistrados do império, tivesse ele nascido nas colônias ou no continente, passavam pelo currículo daquela escola e bebiam seu conhecimento em Direito e na arte de governar naquela fonte. (OLIVIO,2006, p.56)

Com a constituição de 1824, outorgada por Dom Pedro I, a qual assegurava a criação de “colégios e universidades”, o que não veio a ocorrer, nos casos dos cursos jurídicos. Apenas em 11 de agosto de 1827 foram criados os primeiros cursos jurídicos do Brasil, por decreto da Assembléia Nacional, sancionada pelo imperador Dom Pedro I. Após muitos empates políticos, ficou acertado que duas escolas cobririam todo o território brasileiro. Uma em Olinda, que atenderia a população do norte do país e, a outra em São Paulo que atenderia a população do sul.

O Curso de *Sciencias juridicas e sociaes* entrou em funcionamento em 15 de maio de 1828 no mosteiro de São Bento, Olinda. Em 1854 a sede do curso foi transferida para o Recife. De acordo com o Decreto de número 1386 de 18 de abril de 1854, que assim previa em seu artigo primeiro: “os actuaes Cursos Jurídicos serão constituídos em Faculdades de Direito; designando-se cada huma pelo nome da cidade, em que tem, ou possa ter assento.” Dessa forma, o *Curso de Sciencias juridicas e sociaes* passa a

ser denominado Faculdade de Direito do Recife. “É só a partir de então que se pode pensar em uma produção original e na existência de um verdadeiro centro criador de ideias e aglutinador de intelectuais engajados com os problemas de seu tempo e de seu país” (SCHWARCZ, 2005, p.146).

No Recife, agora já denominada Faculdade de Direito do Recife (FDR), a faculdade foi instalada em um casarão em estado de ruína no Largo do Hospício, apelidado de “pardieiro” pelos alunos da instituição, de acordo com Veiga (1981, p.230).



FIGURA 2 – fotografia da Faculdade de Direito do Recife no Largo do Hospício em 1854, atual Hospital do Exército. Fonte: Acervo de fotografia da Fundação Joaquim Nabuco.

O atual prédio da Faculdade do Recife, um suntuoso palácio situado na Praça Adolfo Cirne, foi inaugurado em 1912. O prédio, cujo projeto arquitetônico foi assinado pelo arquiteto Frances Gustave Varin, tem 3.600 metros quadrados e uma área amplamente jardinada.

Reconhecendo o valor cultural e artístico da Faculdade de Direito do Recife, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN realizou em 06 de agosto de 1980, o tombamento do prédio.

A FDR foi um centro de inovação intelectual e diversos movimentos e ideias surgiram daquele centro jurídico. Um desses movimentos, internacionalmente conhecido, foi a *Escola do Recife*. Movimento científico, literário e filosófico que tinha como figuras centrais Tobias Barreto e Sílvio Romero. Wilson Martins em *História da Inteligência Brasileira* refere-se à Escola do Recife: “O certo é que a Escola do Recife estava claramente inaugurando uma nova idade no pensamento brasileiro”. Bevilacqua (1927), sucintamente descreve o que foi a este movimento:

Escola do Recife o brilhante movimento intellectual, que teve por teatro a cidade do Recife, que foi, primeiramente, poético, depois, critico e filosofico, e, por fim, jurídico, sendo em todos elles, figura preponderante Tobias Barreto, razão pela qual Espencer Vampré se inclinaria, attendendo, particularmente, á ultima phase, a preferir a denominação de Escola de Tobias.

Ferreira nos conta que a FDR “é um micromodelo das tensões sociais, consciente, sofrida como a própria macrossociedade”. O autor alerta que a Faculdade “nunca deve ficar impassível, porém integrada nas aspirações do desenvolvimento cultural do país”. (1994, p.151).

5.3 Guardando memórias: a Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife

Para melhor entendermos e nos situarmos, é necessário escrever sobre o local que abriga a Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife, ou seja, a Biblioteca. A trajetória deste local está logicamente atrelada a da FDR. Muitos foram os percalços enfrentados por este setor da Faculdade de Direito do Recife.

Como escrevemos anteriormente na história sobre a imprensa pernambucana, Olinda veio ter sua primeira tipografia no ano de 1831, a *Pinheiro, Faria & Cia*. Primeira tipografia de Olinda, instalada na rua do Amparo n. 22, em 1831. “Uma officina typographica, que laborou por espaço de vinte meses, dando à luz vários livros, folhetos e periódicos” (CARVALHO, 1908, p.43). É bem verdade, nos conta o autor, que a tipografia também funcionava como livraria; já era um bom começo para uma cidade que enfim possuía um curso jurídico.

Não encontramos, todavia, relação direta entre estes dois fatos. Carvalho (1908) nos conta que se publicava livro, mas não nos indica que tipo de livros ali eram publicados. O que de fato sabemos é que o curso jurídico que se instalara em Olinda precisava

também de uma biblioteca que atendesse a necessidade informacional dos alunos daquela instituição.

O primeiro diretor interino do *curso de ciencias jurídicas e sociaes de Olinda*, Lourenço José Ribeiro, nos conta Veiga (1984, p.99), já apresentava inquietação ao fato do novo curso não contar com uma biblioteca. O autor nos diz que ainda em 1828, o diretor teria enviado um ofício ao poder central com as seguintes indagações: “*Não há livraria pública na Província e muito menos em poder de particulares a quem se compre livros*”. Segundo Veiga, Lourenço José Ribeiro ainda enviaria outro ofício enfatizando a importância de uma biblioteca para atender aos alunos do recém curso.

Em 7 de dezembro de 1830, por um decreto imperial, é criada a Biblioteca Pública de Olinda, destinada a servir ao curso jurídico que naquela cidade acabara de se instalar. Gláucio Veiga (1984, p.99) nos aponta onde seria instalada a biblioteca, de acordo com o decreto: “destinar-se-á a parte da casa dos Benedictinos, que for necessária, ou o antigo Palacete do Governo”. No entanto, coube ao Convento de São Francisco o endereço da Biblioteca Pública de Olinda,

como foi denominada. Do ano de sua criação até os dias atuais, a Biblioteca passou por outras moradas.

Em 1854 a curso jurídico passou a funcionar no Recife, a faculdade mal instalada nas dependências de um casarão em ruínas do Largo do Hospício, coube à biblioteca uma sala no edifício destinado ao Colégio das Artes (FONSECA, 1959). É neste ano que a FDR recebe por duas vezes a visita do Imperador Dom Pedro II. Em uma das visitas o Imperador foi ver pessoalmente a biblioteca e relatou o seguinte: “tem bons livros novos, porém, muito pouco próprios dum curso de direito e das matérias preparatórias e bastante alfarrábios de teologia talvez vindos dalgum convento” (PEDRO II, 1954, p.150)

Em 1884 é transferida, depois de muitas reclamações, para o convento do Carmo. Neste período a biblioteca é alvo de inúmeras críticas, que iam do seu acervo inadequado ao curso jurídico à sua localização, distante da Faculdade.

Na Memória Histórica¹² do ano de 1884, elaborado pelo professor João José Pinto Júnior, o qual

¹² Memória histórica é uma espécie de relatório elaborados por professores , o qual continha todos o ocorridos na Faculdade de Direito do Recife naquele ano.

se refere à biblioteca com as seguintes palavras: “São as bibliothecas o repositório da sciencia e por isso em todos os paizes têm ellas as portas accessíveis a qualquer espécie de leitores”. E continua o autor: “A desta Faculdade, destinada especialmente aos lentes ou professores e aos alumnos, nem tem o valor que lhe dá o seu nome, nem se acha ao alcance de seus leitores especiais” (1885, p.26).

Edson Nery da Fonseca (1959) afirmou que os estudantes preferiam frequentar as bibliotecas do Gabinete Português de Leitura e a biblioteca Provincial a irem à da Faculdade de Direito do Recife. As outras possuíam maior conforto em relação à da Faculdade de Direito, além de serem, na época, de mais fácil acesso.

Do convento dos carmelitas a biblioteca só saiu para o seu atual endereço, a Praça Adolfo Cirne, onde foi construído um prédio para a Faculdade de Direito do Recife em 1912. Sobre este fato, o *Jornal Pequeno* na edição do dia 21 de julho de 1912, publicou as seguintes palavras:

Como Biblioteca Jurídica, acordes reivindicam todos os que a conhecem como a primeira do Brasil. Ali figuram obras de valor inestimável, repertórios completos da ciência do direito criminal, comercial, civil, em suma de todas as

disciplinas jurídicas. O mobiliário é suntuoso e rico correspondendo à grandeza e majestade do edifício. Todo ele foi fornecido pela casa *Maple* de Londres e encomendado pelo ex-diretor Dr. Joaquim Tavares de Melo Barreto (Diretor em 1897-1911) a quem se deve o gosto apurado e de todo esse material, bem como a magnífica instalação elétrica montada pela casa *Böockmann & Cia* desta praça. As estantes de aço (sistema adotado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro) e com capacidade para 40 mil livros, o dobro do que possui atualmente a Biblioteca.

Terminamos nosso relato sobre a biblioteca da FDR com esta notícia do *Jornal Pequeno*, o qual traduz um momento impar na história dessa rica biblioteca. Sabemos que as poucas linhas dedicadas a contar a trajetória de uma biblioteca de uma das mais antigas Faculdades do país são poucas; todavia, são suficientes para o nosso propósito, o estudo de caso da Hemeroteca da FDR.

5.4 Hemeroteca da Faculdade de Direito do

Recife: dias de esquecimento

Na introdução desta dissertação fizemos uso das palavras de Báez (2006, p.307) o qual relatou um episódio de *memoricídio* - termo utilizado por Báez para a prática de destruição do livro:

Numa carta a um discípulo de Petrarca, chamado Francisco de Fiana, datada ao que parece de 1416, Cincius Romanus relata como durante uma viagem ao mosteiro de São Gall, na Alemanha, encontrou na torre da igreja incontáveis livros mantidos como prisioneiros e a biblioteca descuidada e infestada de poeira, vermes, fuligem, e todas as coisas relacionadas com a destruição dos livros.

Relatos de informação sobre a destruição do registro do conhecimento estão atrelados à prática dual que tanto protege quanto destrói a memória, em tempos e espaços distintos da humanidade. Assim a história do conhecimento também é a história da dualidade entre memória e esquecimento. As bibliotecas, os livros, foram alvo da fúria humana. Do incêndio da biblioteca de Alexandria ao romance distópico de ficção científica *Fahrenheit 451* de Ray Bradbury (1920-2012), passando por atos isolados e poucos revelados do nosso tempo.

A respeito da incúria em relação à memória, Antônio Gonçalves Dias (1853) nos apresenta um documento revelador. O mesmo foi incumbido pelo governo imperial de apresentar um relatório sobre a situação dos escritos no estado do Maranhão e também de examinar os estabelecimentos de ensino daquela região. “Era a primeira d’essas commissões colligir todos os documentos concernentes à historia do paiz, que por ventura existissem nas bibliotecas e archivos dos mosteiros e das repartições publicas” (p.370). O resultado desta primeira comissão reforçou nossa pesquisa. Segue um dos relatos feito pelo autor quando de sua visita ao Convento de Santo Antônio:

Quanto á parte litteraria, é o Convento de Santo Antonio que mais avulta, contendo uma bibliotheca de quase 2,000 volumes; **mas por negligencia, acham-se muitos, quase todos, damnificados a ponto de não poderem servir.** Estão arrumados em sete ou oito estantes sem ordem alguma e collocados em uma sala incommoda para o estudo, por ser vivamente ferida pelo sol, sem uma mesa de estudo, sem uma cadeira, sem um castiçal, entre Internas de varões quebrados e paramentos da igreja, que já para nenhum uso prestam.” (p. 371, grifo nosso)

Em outro momento no mesmo documento, Dias nos apresenta a situação de um cartório por ele visitado:

Em virtude da carta regia de 11 de Junho de 1761, os seus papeis e livros foram confinados aos cuidados do bispo diocesano. Este destino tiveram tambem em Maranhão, mas com grandes extravios; **acresce o estrago do tempo à negligencia dos homens**, e por tal fôrma que em 1831, fazendo-se um exame nesses papaeis, por ordem do então presidente o Sr. Candido Jose de Araujo Vianna, cujo nome se acha ligado a não poucas tentativas de mehoramento e reformas n'esta provincia, não se acharam senão mil volumes, e esses completamente destruidos (p. 374, grifo nosso).

Existe na secretaria do governo um officio d'aquella camara datado de 15 de Março de 1840, em que se diz que um fulano Antonio José Couto Pinheiro, por alcunha o Malagueta, da partida dos rebeldes, que se apossaram d'aquella cidade, **estragou livros, papeis, correspondencias...**(p.375, grifo nosso).

O relatório de Antonio Gonçalves Dias está repleto de exemplos de práticas que atentam contra a preservação do patrimônio escrito. Apresentamos o seguinte trecho, pois ele em muito se assemelha ao nosso estudo de caso na Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife:

Em tempos mais proximos, sendo preciso reparar-se a casa da camara, foram os livros trasnferido para uma casa de sobrado, mas de telha vãa, e arrumados contra a parede. A

humidade e a chuva que lhes cahia de uma gotteira, arrastando consigo cal e barro da parede damnificaram muitos d'esses papeis, tornando empastados, illegiveis e perdidos. (p.378)

A situação da Hemeroteca da FDR iniciou-se de forma semelhante ao registrado por Gonçalves Dias no trecho acima, ou seja, pela transferência da Hemeroteca do seu local de origem. Mas optamos por narrar essa história a partir do momento em que tivemos contato com ela. Tomamos conhecimento da situação da Hemeroteca da FDR através de matérias de jornais de grande circulação do estado de Pernambuco que estamparam manchetes com as seguintes informações:

A coleção de jornais antigos da Biblioteca da faculdade de Direito do Recife, que vem sendo devorada por insetos, receberá tratamento nobre. Convênio para recuperar o acervo será assinado entre Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e o Instituto para o Desenvolvimento de Tecnologia em Documentos e Gestão do Conhecimento. (Jornal co Commercio, 2004) (ver ANEXO D)

No entanto, o convênio não saiu do papel e a Hemeroteca continuou em estado agonizante. Novamente, através da imprensa, tivemos notícias da Hemeroteca. Dois anos depois da primeira matéria

surge outra, ainda mais alarmante: *Acervo raro entregue aos cupins*:

Jornais raros pertencentes à biblioteca da Faculdade de Direito do Recife estão sendo devorados por cupins [...] Amontoados numa sala do anexo II da faculdade, na Rua do Hospício, no Centro, os exemplares encontram-se numa situação deplorável. (ALVES, 2006)

Da academia vem outra informação, esta em um tom de “denúncia”, Galindo (2006,p.7) desabafa:

Quantos acervos como o ameaçadíssimo acervo da Faculdade de Direito se perdem, vai-se embora parte da identidade que nos faz nação. Que fazer para chamar a atenção dos nossos dirigentes para o tamanho da ameaça que paira sobre este patrimônio e, para a necessidade estratégia de preservar a memória? Que dirão no futuro nossos descendentes, da nossa irresponsabilidade com o que lhes foi confiado? Certamente não dirão nada, pois nossa prática iconoclasta memoricida, terá apagado também o registro de nossa passagem!

Acervo por pouco não vira pó, estampou o Jornal do Commercio (JC) (ALVES, 2008, p.17). “As publicações históricas, amontoadas numa sala do anexo II da Faculdade de direito do Recife, enfim, vão ser recuperados, após quase dez anos de espera”, destaca o JC. O acervo da Hemeroteca da FDR mostrado nas manchetes destes jornais e no artigo de

Galindo (2006) era a repetição da história citada por Báez. As imagens seguintes ilustram melhor a nossa fala:



FIGURA 3 – fotografia do interior da Hemeroteca da faculdade de Direito do Recife em 2006. Fonte: Acervo pessoal do Profº Marcos Galindo



FIGURA 4 – fotografia do interior da Hemeroteca da faculdade de Direito do Recife em 2006. Fonte: Acervo pessoal do Profº Marcos Galindo.



FIGURA 5 – fotografia do interior da Hemeroteca da faculdade de Direito do Recife em 2006. Fonte: Acervo pessoal do Profº Marcos Galindo.



FIGURA 6 – Fotografia da Hemeroteca da faculdade de Direito do Recife em 2006. Fonte: Acervo pessoal do Profº Marcos Galindo.



FIGURA 7 – Fotografia da Hemeroteca da faculdade de Direito do Recife em 2006. Fonte: Acervo pessoal do Profº Marcos Galindo.



FIGURA 8 – Fotografia da Hemeroteca da faculdade de Direito do Recife em 2006. Fonte: Acervo pessoal do Profº Marcos Galindo.

O que sobrou da Hemeroteca da FDR, agonizava, como vemos nas fotografias, dentro de uma sala quente e úmida, onde toda a espécie de insetos, como traças e cupins, desempenhava silenciosamente o seu trabalho. A memória estava sendo negligenciada pelos homens responsáveis por sua guarda.

Embora as notícias tenham chegado ao grande público no ano de 2006, a tragédia da Hemeroteca iniciou-se no ano de 1992. A nossa busca por informações sobre o fato ocorrido nos levou a

percorrer o arquivo e a biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, a fim de reconstruir a trajetória da “Hemeroteca esquecida”.

Inicialmente, utilizamos a técnica de levantamento bibliográfico, na tentativa de descobrir em que momento da trajetória da biblioteca da FDR foi criada a seção Hemeroteca. Dessa forma, recorreremos às obras referências que dizem respeito a história da Faculdade de Direito do Recife¹³. Embora os trabalhos citados tragam vasta informação sobre a biblioteca da FDR, informação alguma foi encontrada a respeito da Hemeroteca.

Outra fonte para a nossa pesquisa bibliográfica foram as *Memórias Históricas*, relatórios realizados por professores da FDR, apontando todos os acontecimentos ocorridos na Faculdade durante determinado ano. Tivemos acesso a todas as *Memórias Históricas* do acervo da biblioteca da FDR do século XIX. As *Memórias Históricas* vão do ano de

¹³ As obras consultadas foram: *História da Faculdade de Direito do Recife* de Clóvis Bevilacqua; *História das ideias da Faculdade de Direito do Recife* de autoria de Glaucio Veiga e *História da Faculdade de Direito* no Recife de Pinto Ferreira.

1864 a 1884; do século passado apenas uma: a de 1903.

Algo similar aconteceu com as pesquisas que fizemos nos livros sobre a história da FDR, ou seja, pouca ou nenhuma informação relevante sobre a Hemeroteca. Apenas na *Memória Histórica* de 1877 redigida pelo Dr. Joaquim Corrêa de Araujo que encontramos uma passagem não sobre a Hemeroteca, mas sobre jornais:

A Biblioteca não tem senão livros velhos e nem ao menos assigna-se para Ella uma **revista ou jornal** dos muitos que se publicam e que podem interessar ao estudo das matérias que se ensinam na Faculdade. (1877,p.15, nosso grifo).

Sem contentamento com o resultado obtido nas fontes anteriores fomos em busca daqueles que contaram a história da imprensa pernambucana. Nos delimitamos às duas principais obras sobre o assunto.¹⁴

Não foi preciso folhear a volumosa obra de Luis do Nascimento ou o referencial trabalho de Alfredo de Carvalho para encontrar uma informação sobre a

¹⁴ : *Annaes da imprensa periódica pernambucana* de Alfredo de Carvalho e *História da imprensa de Pernambuco* de Luis do Nascimento.

Hemeroteca da FDR pois os dois autores, ao apontarem as fontes de pesquisa para a elaboração de seus trabalhos, citam a biblioteca da FDR como fonte consultada:

Em compensação, coube-nos explorar opulentas jazidas de materiais, ainda virgem de qualquer investigação, onde colhemos farta mésse de elementos inéditos [...] Das bibliotecas da **Faculdade de Direito do Recife**, do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano e do Gabinete Portuguez de leitura de Pernambuco..." (CARVALHO, 1908, p.9, grifo nosso)

Espécie de quartel-general, de lá me erguia para visitar, por exemplo, a biblioteca do gabinete Portugues de Leitura, a do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, a do Arquivo Público estadual, a da **Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco**, o arquivo do Diário de Pernambuco, a Biblioteca do DPHAN no Recife, o arquivo da associação comercial..." (NASCIMENTO, 1968, p13, grifo nosso)

Embora, os autores não mencionem o setor da biblioteca onde realizaram a pesquisa, deixam claro que existiu na FDR, um espaço reservado para a guarda de jornais, ou seja, uma Hemeroteca. Os dois exemplos citados acima sugerem que a Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife já esteve entre as principais instituições para a realização da pesquisa histórica.

Partimos da pouca informação que obtivemos na pesquisa bibliográfica, à pesquisa documental no arquivo da FDR. Os documentos administrativos lá encontrados (ofícios, relatórios) nos levaram para o ano de 1992, e nos revelaram de que forma se deu o ápice do abandono deste setor da biblioteca. Os documentos pesquisados vão do ano de 1992 e se estendem até o ano de 2006.

5.4.1 Trajetória do esquecimento

Como já foi citado anteriormente, pouco se tem notícia da formação da Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife, salvo algumas informações já inseridas no tópico anterior. No entanto, cabe-nos neste tópico a tentativa da trajetória do “esquecimento” da Hemeroteca em questão.

A partir de uma entrevista (Ver ANEXO E) realizada com a bibliotecária Leonice Ferreira da Silva que atuou na Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife no período de 1957 a 1989, o caso começou a ser esclarecido. Sobre a existência da Hemeroteca e sua localização dentro da biblioteca ela explicou: “aqui no porão tinha uma sala maravilhosa e ali eram guardados os jornais”, o que nos leva a acreditar que não havia espaço para coleção de jornais dentro da biblioteca. De acordo com Leonice Ferreira, a degradação dos jornais existentes na Hemeroteca teve início quando eles foram levados para a antiga Escola de Engenharia na Rua do Hospício, a poucos metros da Faculdade de Direito, onde funcionavam os cursos de pós-graduação da Faculdade.

Tivemos informação da estada da referida coleção na Escola de Engenharia através do ofício nº 16 do ano de 1992 (Ver ANEXO F), onde a

coordenadora da biblioteca Eva Pires expõe a situação da coleção para o então Diretor do Centro de Ciências Jurídicas, o Professor Romualdo Marques Costa:

Por ordem do Magnífico Reitor, Prof^o Éfren Maranhão, a antiga Escola de Engenharia, situada à Rua do Hospício, 371, deveria ser desocupada, no princípio deste ano para serem iniciadas as obras de restauração do prédio. Entretanto, criou-se um problema para esta biblioteca que lá ocupava duas salas com a Coleção Especial de Jornais antigos pertencentes ao seu acervo precioso. **Atualmente, nem a biblioteca, nem a Faculdade possuem um local adequado para a guarda da mencionada coleção.** (grifo nosso)

O mesmo documento sugere que a coleção seja levada para outro ambiente do mesmo prédio: “os fundos da citada Escola, onde funcionou até bem pouco tempo ‘registro de diplomas’”. No entanto, a coleção continuou no mesmo prédio, apenas mudou de andar, como nos informa o ofício nº 26 do mesmo ano (Ver ANEXO G) onde é solicitada a remoção dos jornais. No mesmo ofício percebe-se a preocupação da coordenação da biblioteca com a dispersão da coleção e a inadequação dos locais reservados à sua guarda:

Entretanto, antes da mudança, a mencionada Coleção atualmente **dispersa por cinco locais desta Faculdade, inadequados à sua guarda,** requer que se faça o mínimo de limpeza e

empacotamento de alguns volumes para melhor proteção do mesmo. (grifo nosso).

De acordo com os nossos documentos só temos notícias da Coleção de jornais no ano de 1994. Trata-se de mais um ofício de nº 02 de 1994 (Ver ANEXO H), no qual a coordenadora da biblioteca, Eva Pires informa ao Diretor do Centro de Ciências Jurídicas, Romualdo Marques Costa, o seguinte:

Estamos enviando em anexo à V.S^a, o relatório de ocorrência, referente a inundações por infiltrações de água, ocasionadas pelas chuvas da madrugada do dia 30 do mês de março próximo passado nas salas que armazenam a "Coleção Especial de Jornais antigos", pertencente ao acervo desta biblioteca.

Conforme o ofício "registrou-se um saldo de 180 jornais molhados, sendo 150 do tipo meio tabloide e 30 do tipo tabloide (A tarde, Jornal Pequeno, Folha da Manhã, entre outros)". Consta também que algumas providências foram tomadas, com a intenção de recuperar os jornais danificados: "conseguiu-se que a Fundação Joaquim Nabuco, liberasse, sem ônus para a Faculdade, um dos seus técnicos especialista em papel..."

Convênio salva Jornais raros, este foi o título de uma matéria publicada no Jornal do Commercio em

abril de 2004, pouco depois da infiltração que causou sérios danos à coleção de jornais. A matéria nos informou o seguinte: “A coleção de jornais antigos da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, que vem sendo devorada por insetos, receberá tratamento mais nobre”. A matéria relatou que o “salvamento” seria feito através de um convênio assinado entre o Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco e o Instituto para o Desenvolvimento de Tecnologias em Documentos e Gestão do Conhecimento (IDGC). Segundo a matéria, a recuperação do acervo seria executada em duas fases: a primeira seria o processo de desinfestação e limpeza dos documentos e a segunda seria a digitalização do acervo e sua inclusão na mídia eletrônica.

No entanto, o convênio não foi adiante, em matéria do *Jornal do Commercio* do ano de 2006 o título *Acervo raro entregue aos cupins* sugere que a situação da mencionada coleção tenha chegado a um estado de alerta. Instalada no anexo II da Faculdade de Direito, na Rua do Hospício, a coleção estava em situação avançada de deterioração. “É lamentável o que está acontecendo, esses jornais são o registro da sociedade, da literatura e da história de Pernambuco”. Desabafa a escritora Luzilá Gonçalves Ferreira na

matéria citada, e conclui: “A coleção da Faculdade de Direito, que se encontra largada numa sala é um tesouro”. “Cupins estão devorando publicações lançadas numa época que ainda não havia editoras em Pernambuco e no Brasil”, alertou o Historiador e Bibliotecário Marcos Galindo.

Este momento citado acima, talvez apresente o momento mais crítico da itinerante coleção de jornais da Faculdade de Direito do Recife. A resposta ao longo período de descuido veio no ano de 2007, acompanhado da campanha “O direito passa por aqui”, cujo objetivo estava centrado na preservação da memória da Faculdade de Direito do Recife. A resposta ao esquecimento será tratada no nosso próximo capítulo.

6 O DIREITO PASSA POR AQUI: resposta ao esquecimento

No ano de 2007 a Faculdade de Direito do Recife celebrou 180 anos, consciente da sua importância dentro do cenário cultural e histórico do Brasil. Deu-se então início a uma campanha que tinha como objetivo a revitalização e a preservação da memória da Faculdade. A campanha recebeu o nome de *O Direito passa por aqui*, e foi idealizada pela então Diretora do Centro de Ciências Jurídicas, a Professora Luciana Grassano. As ações da campanha foram divulgadas através do boletim da faculdade, intitulado *Revalorizar: o Direito passa por aqui* (Ver ANEXO I). Foi através desta campanha que se deu início a uma grande intervenção na Hemeroteca.

“As publicações históricas, amontoadas numa sala do anexo II da Faculdade de Direito do Recife, enfim, vão ser recuperadas após dez anos de espera” (ALVES, 2008, p.3) diz a matéria que anunciou o processo de salvamento do acervo de jornais. O projeto, intitulado *Resgate documental dos jornais raros da Faculdade de Direito do Recife*, seria composto por duas etapas: a primeira composta pela higienização e acondicionamento dos jornais; a

segunda dizia respeito a digitalização do acervo. Esta segunda etapa ainda não foi realizada.

O resultado do projeto de resgate da hemeroteca foi noticiado pelo Jornal do Commercio e intitulado: *Memória ressurge das cinzas*, em novembro de 2009 (Ver ANEXO J). Trata-se de uma reportagem onde são relatados os resultados da primeira etapa do projeto do qual resultou uma exposição e um catálogo. Na matéria a restauradora responsável pelo projeto, Débora Mendes, diz: “os danos provocados nos jornais são consequência da ação humana. Que sirva de lição e não se repita mais na Universidade Federal nem em outras instituições.” E ressalta: “Jornais do século 19 estão sendo valorizados no país. São Fontes de pesquisa riquíssima.” Na introdução do catálogo, o Professor Dênis Bernardes escreveu sobre a importância da estratégia:

Uma parte deste rico acervo, aquela formada por sua coleção de jornais, está sendo agora exposta ao conhecimento de um vasto público através desta exposição e deste catálogo. Marcam, exposição e catálogo, uma nova fase da Faculdade de Direito do Recife/Centro de Ciências Jurídicas, especialmente de sua biblioteca, cuja história merece ser escrita.

A campanha *O Direito passa por aqui*, além de desenvolver o trabalho de desinfestação, inventário e

acondicionamento do acervo da hemeroteca, realizou outras intervenções dentro da centenária biblioteca. É natural que déssemos maior ênfase ao trabalho realizado na hemeroteca, uma vez que se trata do nosso caso de estudo. Não obstante, posteriormente relataremos outros resultados da campanha.

6.1 Conservação de Obras Raras e Valiosas da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife

Como já foi mencionado, a biblioteca da Faculdade de Direito do Recife possui um acervo de grande valor histórico e cultural; trata-se da coleção de obras raras e valiosas. Visando a preservação e o adequado acesso a este rico material, foi providenciada a organização de uma sala que reunisse fundos documentais de parte da coleção de obras raras e valiosas da biblioteca. O espaço foi equipado com câmeras de segurança, equipamentos de conservação como ar-condicionado, desumidificador e termo-higrômetro, além de mobiliário adequado à guarda dos volumes. Os livros foram reunidos na Sala Rui Barbosa e submetidos a ações de desinfestação, higienização e acondicionamento, além da catalogação de 1791 títulos na base de dados da Biblioteca. O projeto contou com a participação de duas bibliotecárias, três bolsistas e um conservador, contratados com recursos do Ministério da Justiça, além de um técnico em restauro cedido pelo Sistema de Bibliotecas da UFPE. O período foi de 12 meses (2010 a 2011).

6.2 Laboratório de restauro e conservação

Com a intenção de dar continuidade aos trabalhos de desinfestação e limpeza do acervo de obras raras e valiosas da biblioteca da Faculdade de direito do Recife, foi instalado um laboratório de restauro de documentos em papel contendo equipamentos e materiais próprios para as atividades de preservação de acervos raros. Foram instaladas câmeras de segurança, além da aquisição de mobiliário e reforma física de três salas para acomodar o novo espaço. Na oportunidade, foram catalogados 1609 títulos de obras raras e valiosas reunidos na Sala Gláucio Veiga. O projeto contou com a participação de duas bibliotecárias, dois bolsistas e uma equipe de dez conservadores liderada por uma restauradora, todos contratados com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Período de 07 meses (2010 a 2011). Objetivo do projeto – conservação e restauro de coleção de obras raras e valiosas da Faculdade de Direito do Recife.

7 OUTROS CASOS DE ESQUECIMENTO

Para a elaboração desta dissertação e para o desenvolvimento do nosso objeto de estudo, o *fenômeno social do esquecimento*, optamos, como já foi mostrado aqui, fazer um estudo de caso na Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife. Todavia, acreditamos que a citação de outros casos semelhantes pode corroborar o entendimento deste fenômeno. Assim sendo, descrevemos, de forma sucinta, dois casos: o primeiro referente ao caso do acervo de microfilmes da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); o segundo caso diz respeito à coleção de microfilmes formado por José Antônio Gonçalves de Mello.

7.1 A memória esquecida da SUDENE

A SUDENE foi criada em 1959, através da lei nº 3.692 de 1959 do Congresso Nacional. Foi uma das primeiras experiências de Planejamento Regional do Brasil durante o governo de Juscelino Kubitschek. De acordo com a lei, a criação da SUDENE tinha como finalidades: estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste; supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento; executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos, nos termos da legislação em vigor e coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste. A criação do órgão tinha como principal objetivo corrigir desigualdades no território nacional e alavancar a industrialização do Brasil.

Em 2001, o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso, alegando diversos casos de corrupção que atingiam a SUDENE, anuncia a extinção desta e a criação da ADENE – Agência do Desenvolvimento do Nordeste.

Através da Lei Complementar nº 125 de 03/01/2007 e depois de seis anos de extinção, o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva recria a SUDENE, dessa vez como uma autarquia especial, administrativamente e financeiramente autônoma, integrante do Sistema de Planejamento e Orçamento do Governo Federal.

O acervo de microfilme da SUDENE teve início em 1968, de acordo com Monte (1978, p.516). Conforme o autor foi criada uma comissão que primeiramente fez o levantamento do acervo administrativo, financeiro e técnico da instituição, a fim de formular um parecer sobre a gestão de documentos na SUDENE. O resultado do parecer alertava que a instituição deveria implantar o serviço de microfilmagem na instituição. Deu-se, dessa forma, início ao processo de microfilmagem do acervo de documentos da SUDENE.

Conforme Soares (2011, p.104) o projeto estava em pleno andamento quando em julho de 1975, ocorreu uma grande enchente no Recife. De acordo com a autora, “nesta ocasião perderam-se 500 rolos de filmes e 2.500.000 documentos contendo projetos industriais, financeiros e administrativos. Este sinistro teve sérios danos à memória institucional”.

Fez com que a instituição tivesse parte de sua memória apagada deixando uma lacuna. Na história do Brasil não poderá mais ser recuperada, principalmente o processo de industrialização que crescia em diferença entre a região Nordeste e a região Centro - Sul do Brasil e os estudos sobre a seca que consequentemente gerou desemprego e o êxodo rural dos nordestinos. (p.105)

Diante da perda uma nova comissão foi organizada; novos equipamentos foram comprados e a atividade de microfilmagem foi retomada pelos funcionários do arquivo. Soares nos conta que nas ações administrativas da SUDENE (1974-1984) constam que o projeto de microfilmagem implantado em 1975 prestava serviços da mais alta importância para a preservação da memória técnico-administrativa da autarquia, porque possuía equipamento de qualidade avançada que permitia a microfilmagem de até 46.000 documentos por mês.

Depois da extinção da SUDENE em 2011, o trabalho de microfilmagem foi desativado. O acervo de microfilme foi depositado em uma sala inadequada ao seu armazenamento, aguardando, talvez, a síndrome do vinagre, um problema que afeta somente os materiais plásticos de acetato e de celulose e recebe este nome porque apresenta cheiro forte de vinagre ao

se deteriorar quimicamente, segundo Reilly (1997, p.13).

O acervo existente está no subsolo do prédio sem nenhuma ação conservativa. “Não houve um planejamento das ações na extinção da SUDENE, os políticos se preocuparam em fechar as torneiras da corrupção, mas se esqueceram do patrimônio intelectual, gerando assim um prejuízo na memória brasileira”, desabafa Soares (2011, p.110). Parece-nos que a incúria humana é mais desastrosa que os agentes naturais na destruição da memória; neste caso, mais desastrosa que uma enchente.

7.2 A coleção de José Antônio Gonçalves de Mello

José Antonio Gonçalves de Mello (1916-2002) permaneceu onze meses em Portugal (Lisboa, Évora, Coimbra, Porto) em missão oficial da Universidade do Recife, pesquisando documentos em arquivos e bibliotecas. Documentos de interesse para a História do Nordeste em geral, e de Pernambuco em particular.

O Historiador diz que: "Fiz microfilmar os manuscritos por mim selecionados, em fac-símiles, mapas, desenhos diversos, projetos de construção etc., considerados valiosos" (MELLO, 1952). E apresenta o resultado: "Do resultado dos trabalhos realizados para a Universidade do Recife em arquivos e bibliotecas portuguesas, apresento o seguinte resumo:

"1) - no Arquivo Histórico Ultramarino foram feitas 47676 reproduções de manuscritos em microfilmes e 80 cópias de desenhos.

2) - no Arquivo nacional da Torre do Tombo 2.667 reproduções em microfilmes.

3) - na Biblioteca Nacional de Lisboa 1518 reproduções.

4) - na Biblioteca da Ajuda 347 reproduções e 5 cópias de desenhos.

5) - na Biblioteca Municipal do Porto 680 reproduções.

- 6) - na Biblioteca e Arquivo de Évora 450 reproduções e cópia de desenho.
- 7) - no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças 400 reproduções.
- 8) - no Arquivo Histórico Militar 81 reproduções.
- 9) - na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra 75 reproduções.
- 10) - no arquivo de Desenho da Diretoria da Arma de Engenharia 6 cópias de desenho”.

Devo acrescentar o Arquivo Distrital do Funchal, Ilha da Madeira, onde trabalhei um dia copiando entre outros documentos uma carta de João Fernandes Vieira dirigida à Misericórdia da Cidade, com interessantes indicações autobiográficas. Quanto aos manuscritos selecionados, devo dizer que, na sua quase totalidade inéditos, representam uma coleção que permitirá dar o maior relevo às investigações históricas em Pernambuco, e oferecer aos estudantes das diversas Faculdades da Universidade do Recife material excelente para estudos sobre textos (MELLO, 1952).

De acordo com Galindo (2010, p.185) a coleção organizada por Antônio Gonçalves de Mello “é uma das mais apreciáveis coleções de microfilmes de interesse histórico já reunidas sobre o Brasil colonial: 60 000 documentos microfilmados, entre os anos de 1957 e 1968”.

A publicação dessas fontes testemunha o pioneirismo de José Antônio e seu ativismo na preservação e melhoria do acesso. O mesmo, todavia, não se pode dizer dos historiadores e bibliotecários a quem fora confiada a tarefa de guardar as fontes microfilmadas por José Antônio. **A ignorância sobre a importância dessas fontes ou, pior ainda, a descara pelo trabalho do acesso fizeram com que os microfilmes copiados sob a tutoria de José Antônio nos arquivos europeus fossem parcialmente destruídos por falta de conservação.** (GALINDO, 2010, p.186, grifo nosso)

A coleção de microfilmes organizada por José Antonio foi, conforme Galindo (2010), reproduzida em três cópias: a primeira, depositada na Divisão de Pesquisa Histórica da UFPE, permaneceu preservada; a segunda cópia foi enviada para a biblioteca Joaquim Cardozo no Centro de artes e Comunicação da UFPE, a qual sem uso e cuidados de manutenção, avinagrou-se; a terceira cópia teria sido confiada ao Instituto do Patrimônio Histórico, que segundo as palavras de Galindo “supostamente foi levada para Brasília e dela não mais se tem notícia”.

Os casos citados acima ocorreram em locais legitimados para a guarda, preservação e acesso à memória - as instituições memorialísticas. No entanto, longe de desempenharem a função para qual foram criadas, desenvolviam uma *práxis* custodialista, “que

cuidava da guarda do bem físico dificultando o acesso, sob a escusa de que o manuseio dos documentos poderia causar danos irreparáveis às cópias e, conseqüentemente, impossibilitar a consulta” (GALINDO, 2010, p.185).

É importante ressaltar que o fenômeno social do esquecimento, não é um fenômeno que diz respeito apenas à hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife, como citamos, é um fenômeno que ocorre em diversas instituições memorialísticas.

8 SENHORES DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO: a missão do bibliotecário

Tornaram-se senhores da memória do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (Le Goff, 1996, p. 426)

Os primeiros “senhores” da memória e do esquecimento foram os anciões nas sociedades baseadas na oralidade, responsáveis pela transmissão do conhecimento humano “autênticos especialistas; chefes de família já idosos, bardos, sacerdotes, que assumem, na humanidade tradicional, o importantíssimo papel de mantenedores da coesão do grupo” (LEROI-GOURHAN, 1965, p.59). Ortega y Gasset nos diz que estes senhores da memória “eram os que sabiam mais porque tinham maior memória, eram mais ‘livros vivos’ do que os jovens, livros, por assim dizer, com mais páginas” (2006, p.53).

O desenvolvimento da escrita permitiu à memória coletiva a sua exteriorização; no entanto, Leroi-Gourhan, nos conta que até o aparecimento da imprensa dificilmente se distingue entre a transmissão oral e a transmissão escrita. “A massa do conhecido está mergulhada nas práticas orais e nas técnicas; a

área culminante do saber, como um quadro imutável desde a Antiguidade, é fixada no manuscrito para ser aprendida de cor..." (p.62).

A passagem da memória oral à memória escrita é certamente difícil de compreender, confessa Le Goff (p.437), ao tentar nos ajudar a compreender este momento. O autor nos apresenta um texto e nele nos mostra o que talvez seja o surgimento dos *funcionários da memória*, diferentemente dos anciões que desempenhavam a função de transmitir a memória através da oralidade e que ocupavam este cargo por possuírem maior repertório de conhecimento, livros com mais páginas como disse Ortega y Gasset, estes "funcionários" eram servidores do Estado:

O *mnemon* é uma pessoa que guarda a lembrança do passado em vista de uma decisão de justiça. Pode ser uma pessoa cujo papel de "memória" está limitado a uma operação ocasional. Por exemplo, Teofrasto assinala que na lei de Thurium os três vizinhos mais próximos da propriedade vendida recebem uma peça de moeda "em vista de lembrança e testemunho". Mas pode ser também uma função durável. O aparecimento destes funcionários da memória lembra os fenômenos que já evocamos: a relação com o mito, com a urbanização. Na mitologia e na lenda. O *mnemon* é um servidor de um herói que o acompanha sem cessar para lhe lembrar uma ordem divina cujo esquecimento traria a morte. Os *mnemones* são utilizados pelas cidades como magistrados encarregados de conservar na sua memória o que é útil em matéria religiosa (nomeadamente para o calendário) e jurídica. **Com o desenvolvimento da**

escrita estas “memórias vivas” transformam-se em arquivistas. (p.437, grifo nosso)

O fato esclarecedor da passagem da oralidade à escrita nos é interessante; no entanto, o que nos chama maior atenção é o fato de Le Goff nos ter sugerido o aparecimento do profissional arquivista, e onde teria surgido o bibliotecário, este outro também funcionário da memória, senhor da memória e do esquecimento?

Ortega y Gasset nos afirma que o bibliotecário é um ser renascentista do século XV, “aí vemos surgir imediatamente o bibliotecário como profissão” (p.20). O autor nos lembra que houve época que não havia bibliotecários porque na havia livros e épocas que já havia livros mas não existiam bibliotecários, mas isso não significa dizer que não havia homens que cuidassem dos livros, diz o autor. “Sem dúvida, sem dúvida, haveria algum homem que não se contentava, como os outros homens, em simplesmente ler livros, mas os colecionava, ordenava, catalogava, e cuidava deles” (p.10). Isso se deve ao fato de que, até a Renascença, o livro não tinha existência social. O livro é uma criação da tipografia, e a tipografia é uma criação da Renascença, nos lembra Martins (2002, p.332).

Martins distingue, na história dos bibliotecários, duas grandes fases: a primeira que vai da Renascença

até meados do século XIX, no qual o bibliotecário é um profissional contratado por instituições particulares, “sem formação especializada, quase sempre um erudito ou um escritor a quem se oferecia oportunidade de realizar em paz a sua obra, livre de preocupações materiais” (p.332). A segunda fase, a partir dos meados do século XIX, o Estado reconhece o bibliotecário como representante de uma profissão socialmente indispensável. “O passo decisivo na evolução de vossa carreira começa a se verificar algumas décadas mais tarde, cerca de 1850”, nos aponta Ortega y Gasset (p.22) e, conclui: “O incidente mais importante certamente pensareis comigo – que pode acontecer a uma profissão é passar de ocupação espontaneamente fomentada pela sociedade a burocracia do Estado” (p.23).

De acordo com Martins, durante esta segunda fase ainda era comum se confiar grandes bibliotecas a escritores e eruditos sem formação técnica. Este cenário irá mudar “por força da própria especialização, a necessidade de fazer do bibliotecário um funcionário especificamente treinado para as suas funções” (p.332). O autor nos diz ainda que na América Latina este período é mais tardio, apenas em 1912 é que Ezequiel A. Chávez deu início no México ao curso de Biblioteconomia, o que constituiu um reconhecimento definitivo das novas necessidades.

Da “invenção” renascentista aos dias atuais, qual será a missão do bibliotecário? Buscamos a resposta no texto *Missão do bibliotecário*, escrito por Ortega y Gasset em 1935, por ocasião do 2º Congresso Mundial de Bibliotecas e Bibliografia, realizado em Madri. A missão é algo exclusivo do homem, sem homem não há missão, diz o autor.

Ortega y Gasset aponta a grande produção desenfreada de livros como um grande problema: “em toda a Europa existe a impressão de que há demasiados livros[...] O próprio homem de ciência adverte que uma das grandes dificuldades de seu trabalho está em orientar-se na bibliografia de seu tema” (p.34). De acordo com autor, o livro deixou de ser um desejo e passou a ser sentido como um peso.

A partir desta constatação o autor desenha o que seria, ou melhor, quais seriam as missões do bibliotecário. “A partir de hoje terá que cuidar do livro como função viva: terá que exercer a polícia do livro e tornar-se domador do livro enfurecido” (p.39). Malheiro (2011) diz que o livro aparece para Ortega y Gasset como fonte de conflito e implicava, conseqüentemente, uma mudança de postura por parte dos bibliotecários. Essa mudança de postura seria a nova missão do bibliotecário.

Para tornar-se “domador” do livro enfurecido, o bibliotecário teria que enfrentar a explosão

bibliográfica. “A cultura, que havia libertado o homem da selva primeva, lança-o de novo em uma selva de livros, não menos inextricável e sufocante” (p. 40). O autor salienta: “é preciso que se deixe de ser um problema para um autor reunir a bibliografia descritiva e seletiva sobre assunto de seu interesse”. A missão do bibliotecário neste momento seria de criar uma nova técnica bibliográfica de um automatismo rigoroso, sugeriu Ortega y Gasset, “nela alcançara sua potência máxima o que vosso ofício iniciou há séculos com a figura da catalogação” (p.43).

A preocupação do filósofo espanhol ante o crescente número de publicações, sugere outra missão para o bibliotecário. De acordo com o autor, a maior parte das publicações são inúteis ou estúpidas, “sua conservação constituem um lastro a mais para a humanidade, que já anda excessivamente curvada sob o peso de outras cargas” (p.43). Por outro lado, reclama o autor que é sentida a falta das publicações de outros livros, cuja ausência acaba prejudicando o andamento das pesquisas”. O excesso de livros têm a mesma origem: a produção se faz sem governo, abandonada quase totalmente à espontaneidade do acaso”, desabafa o autor. A nova missão sugerida por Ortega y Gasset seria a regulamentação da publicação de livros, por parte dos bibliotecários, a fim de decidirem o que se é desnecessário, e o que realmente

merece ser publicado para que “não faltem aqueles que são exigidos pelo conjunto de problemas vivos de cada época” (p.44).

Por último, Ortega y Gasset sugere como missão para o bibliotecário a orientação do leitor não especializado na selva dos livros. “Nesta dimensão de seu ofício imagino o futuro bibliotecário como um filtro que se interpõe entre a torrente de livros e o homem” (p.46).

Embora algumas das missões sugeridas por Ortega y Gasset sejam controversas, o pensamento do autor reflete um período particular na história ocidental, e logo percebemos que naquele momento a explosão informacional estava em pauta; era um problema a ser resolvido, compreendido por profissionais que atuavam diretamente com a situação em questão. Esses profissionais eram os bibliotecários, cuja missão o filósofo espanhol prescreveu.

Para além das recomendações de Ortega y Gasset, a missão primordial do bibliotecário deve ser a de promover o amplo acesso à informação, à memória, como recomenda Le Goff: “Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para servidão dos homens” (p.477). Os senhores da memória devem estar atentos a esta missão. Do contrário, serão senhores do esquecimento. Apontamos dois momentos distintos,

de autores diferentes, sobre a importância da memória para a construção do futuro, pois o que está em jogo, diz Le Goff (p.544), “é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações”.

A tradição é biologicamente tão indispensável à espécie humana como o condicionamento genético o é às sociedades de insetos: a sobrevivência étnica funda-se na rotina e progresso, simbolizando a rotina o capital necessário à sobrevivência do grupo, o progresso, a intervenção das inovações individuais para uma sobrevivência melhorada (LEROI-GOURHAN,1965, p.23)

É preciso que a memória se esforce por conservá-la. Mas a memória não sequer capaz de conservar todas nossas próprias ideias, e é muito importante que possamos conservar as de outros homens. É tão importante que é isso o que mais caracteriza nossa condição humana. O tigre de hoje tem que ser tigre como se jamais houvesse existido tigre algum: não tira proveito das experiências milenares por que passaram seus semelhantes no profundo fragor das selvas. Todo tigre é um primeiro tigre; deve começar desde o princípio sua profissão de tigre. Mas o homem de hoje não começa sendo um homem, mas, ao contrário, herda as formas de existência, as ideias, as experiências vitais de seus ancestrais e parte, portanto, do nível representado pelo passado humano acumulado sob seus pés. Em face de qualquer problema, o homem não se encontra sozinho com sua reação pessoal, com o que lhe ocorre voluntariamente, mas com todas ou muitas das reações, ideias e

invenções de seus antepassados. Por isso sua vida é feita com a acumulação de outras vidas; por isso sua vida é substancialmente progresso.(ORTEGA Y GASSET, 2006, p.28)

Os pensamentos dos autores acima, nos revela o quanto o acúmulo e, mais ainda, o acesso à memória é vital à nossa condição humana. O bibliotecário, como profissional científico da memória deve, de acordo com Le Goff, fazer da luta pela democratização da memória um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica.

8.1 A Formação do bibliotecário na Universidade Federal de Pernambuco

O curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco surgiu com a iniciativa do Departamento de Documentação e Cultura (DDC) do Recife, concebido e dirigido por José Césio Regueira Costa, tendo como exemplo o Departamento de Cultura de São Paulo, concebido por Mário de Andrade (FONSECA, 1995).

A iniciativa do DDC foi orientada pelo movimento de criação de bibliotecas populares no Recife em 1944. A proposta foi apresentada à prefeitura através do economista Manoel de Souza Barros, da Diretoria de estatística, Propaganda e Turismo (DEPT). Para a concretização da iniciativa fez-se necessário capacitar pessoas, acervos adequados e locais apropriados. Com a finalidade de capacitação pessoal, a Prefeitura Municipal do Recife autoriza os estudos de Jorge Abrantes dos Santos e Edson Nery da Fonseca nos Cursos da Biblioteca Nacional, e de Milton Ferreira de Melo e Ernani de Paula Cerdeira, em São Paulo (VERRI, 2002).

“Terminada a fase de aprendizado na capital do país e na cidade que se industrializava, os bibliotecários têm a incumbência de implantar e organizar bibliotecas populares, e de transferir

conhecimentos técnicos adquiridos” (VERRI, 2002, p.230). Assim sendo, é iniciado o primeiro curso de Biblioteconomia do Recife.

Com três bibliotecários profissionais, o DDC ofereceu o primeiro curso de biblioteconomia do Recife, de julho de 1948 a julho de 1949. Era o sétimo curso de biblioteconomia do Brasil, precedido pelos da Biblioteca Nacional (1915), de São Paulo (1936), da Bahia (1942), de Campinas (1945) e de Porto Alegre (1947) (FONSECA, 1995, p.22)

Conforme Lima (1980), o currículo neste primeiro momento do curso incluía as disciplinas de catalogação, classificação, história do livro, bibliografia e referência, e organização de bibliotecas.

Em abril de 1950 passa a funcionar o curso de Biblioteconomia, junto à Faculdade de Direito, nos moldes da Biblioteca Nacional. “O conselho Universitário autoriza o funcionamento de curso preparatório para pessoal que deveria atuar naquele local”, nos lembra Verri (2002, p.231). Foram acrescentadas ao currículo anterior as disciplinas de literatura e psicologia, de acordo com a autora. Sobre alteração curricular Lima (1980, p.4) acrescenta:

Em 1952 surgiram as disciplinas optativas. A primeira relação inclui , além da história da literatura, que já figurava como epígrafe “literatura”, desde o começo do curso e que

permaneceu quase como uma constante, no decorrer dos anos: noções de paleografia e catalogação de manuscritos e de livros raros e preciosos, mapotecas, iconografias, bibliotecas de música, bibliotecas infantis e escolares, bibliotecas especializadas e universitárias, bibliotecas públicas.

Em 1969 o curso passa a Departamento de Biblioteconomia, ficando integrado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, até o ano de 1975, ano em que passou a pertencer ao Centro de Artes e Comunicação. Em 1998 o Departamento ao qual pertence o curso é instituído como Departamento de Ciência da informação.

Na atualidade são oferecidas dezenas de disciplinas que buscam integrar o futuro bibliotecário ao universo da informação. Os bibliotecários já não têm como missão a “doma de livros” como sugeriu Ortega Y Gasset. Serão ou deveriam ser facilitadores do acesso ao conhecimento humano, independentemente da natureza do formato. E, para tal, sua formação deve estar rodeada não apenas de uma apetitosa grade curricular, a ela deve ser acrescida a formação crítica e humanista de um profissional capaz de compreender a sua função social dentro da sociedade.

A breve trajetória do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco que foi

exposta aqui buscou evidenciar a formação do bibliotecário através das disciplinas oferecidas no curso. Observamos que, ao longo dos anos, novas disciplinas foram inseridas, já outras foram apenas remoduladas ou tiveram seu nome modificado embora tenham mantido conteúdos programados idênticos ou similares às anteriores, havendo, na prática, uma formação similar ao do início do curso.

É importante ressaltar que a formação recebida no curso de biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco não forma curadores e sim técnicos, acreditamos que a formação técnica deva ser complementada com a formação que tenha como objetivo a curadoria de patrimônio memorial, uma vez que é comum a atuação de bibliotecários em ambientes que possuem tais bens. Esta formação de “curadoria” deve embarcar fortemente a noção de conservação e restauro, pois vivemos em um país de clima propício ao aparecimento de diversas pragas que consomem, principalmente, os materiais bibliográficos, o nosso clima também proporciona o aceleração da degradação do papel (TOLEDO, 2010, p.72).

Um primeiro passo foi dado ao ser criado o Laboratório de Conservação, Restauro e Encadernação – LACRE do Departamento de Ciência da Informação – UFPE em 2001, o laboratório funcionava no prédio da

Biblioteca Central da Universidade, com a reforma do prédio o LACRE foi desativado temporariamente.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia quadripolar utilizada na confecção desta dissertação nos apresentou, como o próprio nome sugere, quatro polos distintos que se complementaram e interagiram entre si durante todo o percurso da dissertação: o epistemológico, o teórico, o técnico e o morfológico. “Eles não configuram momentos separados da pesquisa, mas aspectos particulares de uma mesma realidade de produção de discursos e de práticas científicas” (BRUYNE; HERMAN; SCHOUHEETE, 1991 p.35). O momento conclusivo encontra-se no polo morfológico, onde são apresentados os resultados. De acordo com Malheiro e Ribeiro (2002, p.90): “Consumada, neste quarto polo, a exposição de todo o processo que levou à construção do objeto científico, pode reiniciar-se o ciclo dinâmico de investigação quadripolar”.

Dessa forma, as considerações feitas aqui não são definitivas, mas são parte de um processo que pode e deve ser reiniciado, o qual “propende visivelmente para a acumulação em espiral do conhecimento construído” (MALHEIRO; RIBEIRO, 2002, p.90).

Assim sendo, partimos para o desenho de uma prática a qual denominamos de *Fenômeno social do esquecimento*. Para isso buscamos, no primeiro

momento, tecer uma rede de diversos conceitos que, acreditamos, contribuam para a construção do nosso raciocínio. Foram eles: informação, memória, esquecimento, instituições memorialísticas, paradigma custodial, sistemas memoriais e finalmente o fenômeno social do esquecimento.

Na história da humanidade são diversos os casos de incúria com o patrimônio memorial. Citamos em alguns momentos a *História universal da destruição dos livros*, de Fernando Báez (2006). Na obra o autor se refere como *memorícidio* a prática aqui estudada. Também nos foram importantes as passagens descritas por Rubens Borba de Moraes (2006) em *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*, o que nos aproxima geográfica, histórica e sentimentalmente da nossa realidade.

As bibliotecas sofreram um golpe terrível com a expulsão da Companhia de Jesus. Todos os seus bens foram confiscados, inclusive as bibliotecas. Livros retirados dos colégios ficariam amontoados em lugares impróprios, durante anos, [...] a quase totalidade foi dilapidada, roubada ou vendida como papel velho a boticários para embrulhar unguentos. O clima úmido e os insetos deram cabo do restante. (MORAES, 2006, p.10)

As obras de Báez e Moraes nos mostram que não se trata de um costume recente; aqui e no velho mundo, infelizmente, é uma prática constante. A

nossa dissertação foi orientada para entender este processo de destruição memorial e o que leva a essa práxis.

Todavia, seria dispendioso buscar o entendimento de todo este processo de destruição do patrimônio memorial na história da humanidade. A nossa dissertação insere-se no campo do conhecimento da Ciência da Informação, cujo objeto de estudo é o fluxo informacional. Assim, inferimos, nossa dissertação é a busca por entender o *Fenômeno social do esquecimento*, nos “limites” dessa ciência.

Procuramos delimitar nossa dissertação ao patrimônio memorial registrado em informações bibliográficas e mantidas por instituições memorialísticas (arquivos, bibliotecas e museus). Por isso tivemos como estudo de caso a Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife e citamos brevemente dois outros casos semelhantes: o acervo de microfilmes da SUDENE e a coleção de microfilmes do historiador José Antônio Gonçalves Mello.

Arquivos, bibliotecas e museus são instituições memorialísticas responsáveis pela conservação e divulgação dos registros da memória. Porém esses lugares são vulneráveis a aspectos econômicos, à racionalidade administrativa, à inovação tecnológica e à disputa ideológica que muitas vezes colocam em risco sua própria existência. Não é difícil identificar

casos onde os argumentos utilizados na política de gestão da informação são destituídos de qualquer reflexão sobre a questão da memória (OLIVEIRA, 2010).

Diante do estudo de caso realizado na Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife, inferimos algumas situações que contribuem para o *Fenômeno social do esquecimento*.

Observamos que a Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, responsável pela guarda da hemeroteca, ainda é uma instituição que vive sob o *paradigma custodial*, de acordo Malheiro com (2006, p.5), este paradigma tem como característica principal a sobrevalorização da custódia ou guarda, conservação e restauro do suporte como função basilar da atividade profissional de arquivistas e bibliotecários em detrimento ao acesso.

Esta prática custodialista é evidente quando, em 2008, deu-se início a um movimento de reestruturação da Hemeroteca. O projeto recebeu o nome de: *Resgate documental de jornais raros: trabalhos de desinfestação, inventário e acondicionamento do acervo da hemeroteca*. De todo o projeto o que de fato restou foi o inventário. Todavia, como escreveu Galindo (2010, p.190): “Não basta mais apenas descrever as coleções, reproduzi-las de modo analógico para mantê-las armazenadas em depósitos

remotos de acesso ilimitado”. O autor é enfático ao escrever sobre acesso: “Urge promover-se o acesso largo às fontes a quem delas possa fazer uso, como forma de garantir a preservação a partir da oferta de acessibilidade e assim promover com versatilidade e eficiência a pesquisa”.

Atentamos para o fato de o que realmente restou desse projeto foi um inventário; a Hemeroteca ainda está inacessível aos pesquisadores e em instalações impróprias para a sua conservação, ou seja: a práxis custodialista ainda é prevalente dentro daquela instituição. Assim sendo, acreditamos que o *Paradigma custodial* representa influência sobre o *Fenômeno social do esquecimento*. A situação atual da hemeroteca reflete o seguinte pensamento:

Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas posto pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, ele próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que aqui assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações. (LE GOFF, 1996, p.544)

Sobre os documentos nos disse Le Goff, acima: “A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas”. A nossa segunda observação a respeito das possíveis causas do fenômeno em questão diz respeito à formação dos bibliotecários.

Intitulamos nesta dissertação um capítulo de *Senhores da memória e do esquecimento: a missão do bibliotecário*. Acreditamos que a postura adotada por este profissional dentro das instituições memorialísticas contribui de forma significativa para o acesso à memória, mas também pode, na mesma proporção, promover o silêncio, o esquecimento. É muito ilustrativo, para este momento, a pergunta de Umberto Eco em seu texto *A Biblioteca*: qual será a função da biblioteca?

No início, no tempo de Assurbanípal ou de Polícrates, talvez fosse ma função de recolha, para não deixar dispersos os rolos ou volumes. Mais tarde, creio que a sua função tenha sido de entesourar: eram valiosos os rolos. Depois, na época beneditina, de transcrever: a biblioteca quase como uma zona de passagem, o livro chega, é transcrito e o original ou a cópia voltam a partir. Penso que em determinada época, talvez já entre Augusto e Constantino, a função de uma biblioteca seria também a de fazer com que as pessoas lessem, e portanto, mais ou menos, de respeitar as deliberações da UNESCO que pude encontrar no volume que chegou hoje às minhas mãos, e onde se diz que uma das

finalidades da biblioteca consiste em permitir que o público leia os livros. Mas depois creio que nasceram bibliotecas cuja função era de não deixar ler, de esconder, de ocultar o livro. É claro que essas bibliotecas também eram feitas para permitir que se encontrasse. Surpreende-nos sempre a habilidade dos humanistas do século XV em encontrarem manuscritos perdidos. Onde é que os encontram? Encontram-nos na biblioteca. Em bibliotecas que em parte serviam para esconder, mas também serviam para achar. (ECO,1998)

O texto de Rossi (2010, p.32) também apresenta contribuição ao nosso raciocínio:

apagar também tem haver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar da verdade, destruir a verdade. Com frequência se pretendeu impedir que as **ideias circulem e se afirmem**, desejou-se (e se deseja) limitar, fazer calar, direcionar para o silêncio e o olvido. (grifo nosso)

Eco se pergunta: qual a função da biblioteca? Podemos interrogar também: qual a função do bibliotecário? O autor nos diz que por determinado período a biblioteca teve a função de “não deixar ler, esconder os livros.” Nos interrogamos novamente: qual a participação do bibliotecário neste momento?

Ortega y Gasset (2006) nos diz que o bibliotecário é uma invenção renascentista, e que a sua atuação oscilou entre bibliotecas particulares e

bibliotecas públicas. Naquele momento, no ano de 1935, o autor aponta como uma das principais missões do bibliotecário a sua participação no mercado editorial: o bibliotecário deveria “domar os livros” escreveu o autor, preocupado com a explosão informacional daquele momento. Mas qual seria a missão do bibliotecário nos dias atuais?

Acreditamos que a missão do bibliotecário seja promover acesso aos conteúdos informacionais pelos quais é responsável dentro de uma instituição memorialística. No entanto, diz Galindo:

O comportamento humano (dual em sua natureza) se manifesta entre o desejo de conquistar e guardar o conhecimento versus o descaso com a atribuição de responsabilidade indissociável ao ato guardar. Além de resgatar e guardar os valores culturais – algo que o próprio bom senso nos deveria obrigar – preservá-los e garantir o acesso a eles são exigências legais dos Estados democraticamente constituídos. (GALINDO,2009)

Dessa forma, nos deparamos com situações em que o bibliotecário, numa ação contrária à sua função e ao seu dever, é cúmplice de atos contra o patrimônio memorial. Não encontramos as causas deste comportamento profissional; no entanto, sugerimos que se deva à formação recebida por estes profissionais. Comparamos as disciplinas básicas oferecidas no início do curso de Biblioteconomia em

Pernambuco com as atuais e percebemos que são semelhantes em seu conteúdo programático. O bibliotecário, dessa forma, é formado para ser um técnico; na sua formação é dispensado o importante papel de curador. São inúmeros os acervos de valor histórico guardados em bibliotecas aguardando bibliotecários não apenas técnicos, mas também curadores, conscientes do valor daquilo que possuem sob sua responsabilidade.

Pernambuco foi pioneiro na busca por legislação que protegesse o patrimônio memorial. Assim, nos anos 20 – em um momento em que o Registro, o Tombo, o SPHAN e o Primeiro Distrito inexistem e a própria ideia de institucionalização do patrimônio apenas se esboçam –, é interessante verificar que são os Estados, e não a União, os precursores em reconhecer o caráter de propriedade social de determinados edifícios roubando, simultaneamente ao tempo, a função da memória e do esquecimento (MEDEIROS).

Pernambuco é o terceiro dentre os Estados, depois de Minas Gerais e Bahia, a criar um Serviço de Defesa ao Patrimônio Artístico e Histórico. Mais conhecido como a Inspetoria Estadual de Monumentos Históricos, tal serviço se instala no Recife, em 1928, sob a direção do jornalista Aníbal Gonçalves Fernandes. (MEDEIROS)

Apesar deste pioneirismo não nos livramos da prática do esquecimento. Observamos também que a ausência de uma legislação (leis federais, estaduais, municipais, regulamentos institucionais) mais severa e específica sobre o dano ao patrimônio memorial, colabora para o *Fenômeno social do esquecimento*.

No caso estudado da Hemeroteca da faculdade de Direito do Recife, podemos notar através das correspondências oficiais (ver ANEXOS) que a cada mudança de gestão se dava uma nova “morada” para o acervo da hemeroteca. A bibliotecária Leonice Ferreira em entrevista (Ver ANEXO) também nos contou sobre esta prática. Prática que contribui para o atual estágio da hemeroteca. Acreditamos que a falta de um regulamento institucional, ou lei que penalizasse os atos cometidos por gestores contra o patrimônio memorial seria um fator a contribuir para o fenômeno que aqui estamos estudando.

Essas foram, de acordo com a nossa pesquisa, algumas causas do *Fenômeno social do esquecimento*. Sugerimos, como um meio de minimizar ou mesmo evitar futuros casos como os que relatamos aqui, práticas como a da *Rede memorial*. Trata-se de “uma rede nacional das instituições comprometidas com políticas de digitalização dos acervos memoriais” (GALINDO, 2012, p.31). A rede tem por base uma

carta de princípios para sustentar uma política de digitalização dos acervos memoriais e de procedimentos para a conformação de um espaço colaborativo de trabalho.

No entanto, nada nos garante que casos como os citados não venham a ocorrer novamente, aliás, enquanto concluímos esta dissertação acreditamos que, em algum lugar, a incúria com o patrimônio esteja sendo praticada. Marcos Galindo, professor orientador deste trabalho, afirma que estamos estudando o conceito de memória como patrimônio da humanidade. É isso que vai nos dar autoridade para cobrarmos a preservação da memória como cidadãos, legítimos proprietários da memória universal. É isso que estamos fazendo.

10 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniela et al. Paradigmas contemporâneos da Ciência da Informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, v. 6, n.1, p. 16-27, 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000005406&dd1=ea453>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

ALVES, C. Acervo raro entregue aos cupins. **Jornal do Commercio**, Recife 26 nov.2006. Cidades, p. 5

ALVES, C. Acervo por pouco não vira pó. **Jornal do Commercio**, Recife 17ago. 2008. Cidades. p.3.

ANAIS DA BIBLITOECA NACIONAL, v.50, 1928. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_050_1928.pdf> Acesso em: 12 fev. 2012.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista crítica de Ciências Sociais**, v.79, p.95-111, 2007.

BÁEZ, F. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BARRETO, Aldo. Entrevista de Leonardo Melo ao Professor Aldo Barreto, 2002. Disponível em:

<www.alternex.com.br/~aldoibict/novidade.htm>.
Acesso em: 30 de maio 2012.

BARRETO, Aldo. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.8, n.4, 1994. Disponível em:
<<http://aldoibct.bighost.com.br/quest/quest2.pdf>>.
Acesso em: 21 dez. 2012.

BATES, Márcia J. The Invisible substrate of Infomation Science. **JASIS: Journal of the American Society for Information Science**. New York. V.50 , n.12, 1999, p.1043-1050. Disponível em:
<<http://pages.gseis.ucla.edu/faculty/bates/substrate.html>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

BAHIA, Juarez. **História da imprensa brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

BARRENECHEA, Miguel Angel de. Nietzsche e a genealogia da memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.) **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005. p.55-71.

BELKIN, Nicholas J. Anomalous states of knowledge as basis for information retrieval. **The Canadian Journal of Information Science**, v.5, p.133-143, 1980.

BERTALANFFY, L. v. **Teoria geral dos sistemas**. Rio de Janeiro: FGV, 1976.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. Tradução: Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Memória e vida**: textos escolhidos. Tradução: Claudia Berliner. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. – (Tópicos).

BEVILAQUA, C. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Livraria Francisco Alves, 1927.

BORGES, J. L. **Ficções**. Tradução de: Carlos Nejar. São Paulo: Abril, 1972.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p. 3-5, 1968. Disponível em: <
<http://pt.scribd.com/doc/39023567/Information-Science-What-is-It>>. Acesso em: 21 fev. 2012.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOVE, Luiz Antonio. Uma visão história do ensino jurídico no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito**, São Paulo, v.3, n.3, 2006. Disponível em: <
<https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/RFD/article/viewFile/508/506>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

BLACK, A. Information History. **Annual Review of Information Science and Technology**. Arizona, v. 40, n.1, p. 441-473. 2006.

BRASIL, Constituição (1824). **Carta Lei de 24 de marco de 1824**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**. São Paulo: Biblioteca azul, 2012.

BROOKES, B.C. The foundations of information science: part I. **Journal of Information Science**, v.2, p.125-133. 1980.

BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1991.

BUCKLAND, M.K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science** (JASIS), v.45, n.5, p.351-360, 1991. Disponível em: <<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

BUDD, J. M. An epistemological foundation for library and information science. **Library Quarterly**, v. 65, p. 295-318, 1995. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/4309044?uid=3737664&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=47699129944117>>. Acesso em: 21 out. 2011.

BUDD, J. M. **Knowledge and knowing in library and information science**: a philosophical framework. Lanham, MD: Scarecrow, 2001.

BUDD, J. M. Jesse Shera, sociologist of knowledge? **Library Quarterly**, v.72, n. 4, p.423-440, 2002a. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/40039791?uid=3737664&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21100915066081>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

BUDD, J. M. Jesse Shera, social epistemology and praxis. **Social Epistemology**, v.16, n.1, p.93-98, 2002b. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02691720210132824>>. Acesso em: 13 set. 2011.

BUSH, Vannevar. As we may think. **Atlantic Monthly**. v. 176, n. 1, p. 101-108, 1945. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/3881/>>. Acesso em: 14 maio 2012.

CALAZANS, Angélica Toffano Seidel. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. In: MUELLER, Suzana P. M. (org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 5, 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: [s.n.], 2003. Disponível em:

<http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 15 mar. 2012.

CAPURRO, R. Hermeneutics and the phenomenon of information. **Research in Philosophy and Technology**, v.19, p. 79-85, 2000. Disponível em: <<http://www.capurro.de/ny86.htm>>. Acesso em: 05 maio 2012.

CAPURRO, R. What is information science for? A philosophical reflection. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. **Conceptions of Library and Information Science**. London: Taylor Graham ,1992, p. 82-96. Disponível em: <<http://www.capurro.de/tampere91.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2012.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. The concept of information. **Annual Review of Information Science and Technology**, v.37, p. 343-411, 2003a. Disponível em: <<http://www.capurro.de/infoconcept.html>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

CAPURRO, R. Pasado, presente y futuro de la noción de información. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL DE EXPERTOS EM TEORÍAS DE LA INFORMACIÓN – UM ENFOQUE INTERDISCIPLINAR, 1., 2008, León, Espanha. **Anais...**León, Espanha, 2008, p.1-26.. Disponível em: <<http://www.capurro.de/leon.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2012.

CAMÕES, L. de. **Os lusíadas**. Ed. organizada por Emanuel Paulo Ramos. Porto: Porto Editora, 1974.

CARVALHO, A. **Annaes da imprensa periódica pernambucana de 1821-1908**: dados históricos e bibliográficos. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CHACON, V. **Da Escola do Recife ao Código Civil**. Rio de Janeiro: Organização Simões Editora, 1969

CONVÊNIO salva jornais raros : termo para recuperar o acervo de jornais antigos da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife será assinado entre a Universidade Federal de Pernambuco e o IDGC. **Jornal do Commercio**, Cidades, 18 de abril de 2004, p.3.

CORNELSEN, Julce Mary; MIRANDA, Májory. Sentidos e acepções da Memória: da custódia à pós-custódia. **Páginas a & b**, Lisboa, n.5, 2010.

COSTA, Augusto Pereira da. Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco. **Revista do Instituto Archaeologico e geographico pernambucano**, Recife: Typographia de F. P. Boulitreau, 1981, p.4-50.

DELGADO, L. **Gestos e Vozes de Pernambuco**. Recife: UFPE, 2008.

DIAS, Antônio Gonçalves. Exames dos mosteiros e repartições públicas para a coleção dos documentos históricos reativos ao Maranhão. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**, Rio

de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1853, p.370-384.

DICK, A. L. Epistemological positions and library and information science. **Library Quarterly**, v.69, n.3, p.305-323, 1999. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/4309336?uid=3737664&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21100917042991>>. Acesso em: 20 maio 2012.

DICK, A. L. Social epistemology, information science and ideology. Social. **Social Epistemology: A Journal for Knowledge, Culture and Policy**, v.16, n.1, p.23.35, 2002. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02691720210132770#preview>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

DOSSE, François. **História e Ciências Sociais**. Tradução de Fernanda Abreu. Bauru, SP: Edusc, 2004.

EGAN, M. E. SHERA, J. H. Foundations of a theory of bibliography. **Library Quarterly**, v. 22, n.2, p. 125-137,1952.Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/4304106?uid=3737664&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21100917042991>>. Acesso em: 11 abr. 2012.

EGAN, M.; SHERA, J. H. Prolegomena to bibliographic control. **Journal of Cataloging and Classification**, v.5, n.2, p.17-19, 1949.

EISENSTEIN, Elizabeth. **A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: Ática, 1998.320p.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. Resgate documental de jornais raros: trabalhos de higienização, inventário e acondicionamento do acervo da Hemeroteca/Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife. Recife: UFPE, 2009.

FALLIS, D. Social epistemology and information science. **Annual Review of Information Science and Technology**, v 40, p. 475–519, 2006.

FALLIS, D. Veritistic social epistemology and information science. **Social Epistemology**, v.14, n.4, p. 305-316, 2000. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02691720010008653>>. Acesso em: 21 jan 2012.

FONSECA, Edson Nery da. **Bibliotecas e bibliotecários da província**. Rio de Janeiro:Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Documentação, 1959.

FONSECA, Edson Nery da. O curso de Biblioteconomia e suas origens. **Revista Arte e Comunicação**. Recife, v.1, n.3, p.21-24, 1995.

FOSKETT, Douglas J. Informática. In: GOMES, Hagar Espanha (Org.). **Ciência da Informação ou informática?**. Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 8-51.

FOUCAULT, Michel. Des espaces autres . Hétérotopias. **Architecture, Mouvement, Continuité**, Paris, n. 5, p. 46-49, 1984. Disponível em:<<http://foucault.info/documents/heteroTopia/foucault.heteroTopia.fr.html>>.Acesso em: 14 jun 2012.

FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil:** aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Universidade Editora, 2000.

FROELICH, T. J. The foundations of information science in social epistemology. In: ANNUAL HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES, 22, Washington, D.C., 1989. **Proceddings...**Washington, D.C.,: IEE Computer Science Press, 1989, p.306-314.

GALINDO, Marcos. **O domínio da memória:** em busca de uma epistemologia específica. 2011. No prelo.

GALINDO, Marcos. Tragédia da memória. **Massangana**, Recife. FUNDAJ, Ano 1, n. 2, p.29- 31, 2006.

GALINDO, Marcos. Patrimônio memorial e instituições públicas no Brasil. In: BARRIO, Angel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mário Hélio. (Orgs). **Inovação cultural, patrimônio e educação.** Recife: Editora Massangana, 2009. p. 251-264

GALINDO, Marcos. Tecnologia e Memória. **Revista de Estudos Brasileiros da USP** (IEB), n,50, p.179-190, 2010.

GALINDO, Marcos. Os sistemas memoriais e as redes da memória. SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

EM MUSEUS, 2, 2012, São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, SESC-SP, 2012a.

GALINDO, Marcos. **Memória e cultura partilhada**. 2012. No prelo.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.) O que é memória social? Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. Programa de Pós- Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Beatriz Massa de; RAY, Trautam; GOY, Peter. **Diccionario técnico de biblioteconomia**. México: Trillas, 1973. p.99.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2006. Tradução: Laís Teles Benoir.

HJØRLAND, B. Epistemology and the socio-cognitive perspective in information science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v.53, p.257-270, 2002.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v.46, n.6, p.400-425, 1995.

HOLANDA, Adriana Buarque de. **Memória e esquecimento na Ciência da Informação**: um estudo exploratório, 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2011.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil**: sua história. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**, 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. Tradução de: Sérgio Alcides.

ILHARCO, Fernando. **Filosofia da informação**: uma introdução à informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

JEAN, Georges. **A escrita**: memória dos homens. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. Tradução de: Lídia da Motta Amaral.

KETELAAR, Eric. Sharing: collected memories in communities of records. Archives and Manuscript. v. 33, p. 44-61, 2005.

KUHN, T. **A estruturas das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LE COADIC, Yves François. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, J. **História e memória**. 4 ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1996.

LEROI-GOURHAN, André. **O gesto e a palavra**. Lisboa: Edições 70, 1965.

LIMA, Maria Lectícia de Andrade. 30 anos de ensino de Biblioteconomia em Pernambuco. **Cadernos de Biblioteconomia**. Recife, n.3, p.1-12, 1980.

LEVÝ, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. Tradução de: Carlos Irineu da Costa.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **O problema da imprensa**. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto editor, 1922.

MALHEIRO, Armando.; RIBEIRO, Fernanda. Perspectivar a avaliação como operação metodológica o âmbito da Ciência da Informação. IN: CONGRESSO ISKO – INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION, 9., 2009, Valência, Espanha. **Anais...** Valência, Espanha, 2009. Disponível em: <<http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/30085/2/amalheioperspectivar000109276.pdf>>. Acesso em: 20 de julho de 2012.

MALHEIRO, Armando; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. **Arquivística**: teoria e

prática de uma Ciência da Informação. Porto, PT: Edições Afrontamento, 1999.

MALHEIRO, Armando; RIBEIRO, Fernanda. **Das “Ciências” Documentais á Ciência da Informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

MALHEIRO, Armando. **A informação**: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto: Edições afrontamentos, 2006.

MALHEIRO, Armando; RIBEIRO. **Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da informação**. Recife: Néctar, 2011.

MAFFESOLI, Michel. O poder dos espaços de celebração. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 116, p.59-70, jan./mar. 1994. p. 61-72.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 1994.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: História do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: ática, 2002.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1977.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. Diário de Pernambuco. Recife, 12 out., 1952. Disponível em:

<http://bvjagm.fgf.org.br/obra/Imprensa/030404-00022.pdf>. Acesso em 08 jan 2013.

MENDEZ, Rosemary Bars. O Jornalismo como processo histórico. **Idade Mídia**, v. 1, n. 1, 2002.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da Memória, História e Documento: reflexões para um tempo de transformações. In: Silva, Zélia Lopes da (org). **Arquivos, Patrimônio e Memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

MICHEL, J. Podemos falar de uma política do esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.3, ago./nov. 2010. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede/article/view/35>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

MONTEIRO, Silvana Dumond; CAPELLI, Ana Esmeralda; PICKLER, Maria Elisa Valentin. A Ciência da Informação, memória e esquecimento. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/dez08/Art_02.htm >. Acesso em: 21 abr. 2012.

MONTEIRO, Silvana Dumond; CAPELLI, Ana Esmeralda; PICKLER, Maria Elisa Valentin. Representação e memória no ciberespaço. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 115-123, set. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a11.pdf>>. Acesso em: 13 jan 2012.

MORAES, R. B. Tentativas de estabelecimento de tipografias. In:_____. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**.Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

NASCIMENTO, D. M.; MARTELETO, R. M. A informação construída nos meandros dos conceitos da teoria social de Pierre Bordieu. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, v.5, n.5, out., 2004. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/out04/Art_05.htm>. Acesso em: 14 maio 2012.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco** (1821-1954). Recife: imprensa Universitária, Universidade federal de Pernambuco, 1968.

NASCIMENTO, Milton. Menino.intérprete: Milton Nascimento. In: **Geraes**. São Paulo: Abril, 1976, Faixa 4.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

NORA, Pierre. Entre memória e história - A problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP**. São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993. Tradução de: Yara Aun Khoury.

ODDONE, N.. Revisitando a “epistemologia social”:esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, Brasil, 36, dez. 2007. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/743/618>>. Acesso em: 09 Jun. 2012.

OLIVEIRA, Franklin. **Morte da memória nacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: TopBooks, 1991.

OLIVEIRA, Elaine Braga de. **O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil**: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação. 2010. 194p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Sistemas, organizações e métodos: uma abordagem gerencial**. 13. ed. São Paulo, 2002.

OLIVO, Luís Carlos Cancellier de. Origens históricas do ensino jurídico brasileiro in: RODRIGUES, Horácio Waderley. **Ensino jurídico Para Que(m)?**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000. p. 58.

ORTEGA, C. D. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, número especial, p. 59-79, 2008. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/899/626>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. DataGramaZero – Revista de Ciência da

Informação, v.5, n.5, out., 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm>. Acesso em: 10 mar. 2012.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do Bibliotecário**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

OTLET, P. **Tratado de documentación**: el libro sobre el libro-teoria y práctica. España: Universidad Murcia, 1997.

PEDRO II, Imperador do Brasil. **Viagem a Pernambuco em 1859**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1952. 150p.

PEREIRA, José Higino Duarte. 1883. Advertencia. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco**, n.28, 1883.

PESSOA, Fernando. **Mensagem**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

PINHEIRO, Marcos José. **Museu, memória e esquecimento**: um projeto da modernidade. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

PINTO FERREIRA, Luís. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Ed. Universitária, 1980.

PINTO JÚNIOR, João José. **Memória histórica dos acontecimentos notáveis do anno de 1884**. Typographia Universal, 1885.

PLATÃO. **Fedro**. Cidade do México: Universidade Nacional Autónoma do México, 1945, p.243. Tradução de: Juan David Garcia Bacca.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. V.2, n.3, 1989. P.3-154.

POPPER, K.R. **Conjectures and refutations**: the growth of scientific knowledge. 4. ed. New York: Basic Books, 1972.

RADFORD, G. P. Flaubert, Foucault, and the Bibliotheque Fantastique: Toward a post- modern epistemology for library science. **Library fiends**, v.46, 1998. Disponível em: <http://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/8181/librarytrendsv46i4d_opt.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2012.

RADFORD, G. P.; BUDD, J. M. We do need a philosophy of library and information science we're not confused enough: A response to Zwadlo. **Library Quarterly**, v.67, p.315-321, 1997. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/40039736?uid=3737664&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21100917317601>>. Acesso em: 14 jul. 2012.

RAMPAZZO, Sônia Elisete; CORRÊA, Fernanda Zanin Mota. **Desmitificando a metodologia científica**: guia prático para produção de trabalhos acadêmicos, Erechim, RS: Habitus, 2008.

RAYWARD, W. Boyd. The origins of Information Science and the International Institute of Bibliograph/

International Federation for Information and Documentation (FID). **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, n. 4, p. 289-300, 1997. Disponível em: <<http://people.lis.illinois.edu/~wrayward/OriginsofInfoScience.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2012.

RENAULT, L. V. **O retrato da Ciência da Informação**: uma análise de seus fundamentos sociais, 2007. Encontros. Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n.23, p.133-149, 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12n23p133/400>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

RIBEIRO, Fernanda. Gestão da informação / preservação da memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário? In: MESA REDONDA DE PRIMAVERA, 8., 2005, Porto. **Anais...** Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2005. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8861.PDF>>. Acesso em: 30 out. 2011.

ROBREDO, Jaime. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília, DF: Thesaurus Editora, 2003.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RODRIGUEZ BRAVO, Blanca. **El Documento entre La tradición y la renovación**. Gijón: Ediciones Trea, 2002.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória e o esquecimento**: seis ensaios da história e das ideias. São Paulo: UNESP, 2010.

SAGREDO, Félix, NUÑO, María Victoria. En los orígenes de la Biblioteconomía y Documentación: Ebla. **Documentación de las Ciencias de la Información**, Madrid, n. 17, p. 123-129, 1994.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62, 1996. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>>. Acesso em: 14 jul. 2012.

SARACEVIC, T. A natureza interdisciplinar da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/530/482>>. Acesso em: 14 jul.2012.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das letras, 2005.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Archives, records, and power: the making of modern memory. *Archival science*. Netherlands. v. 2, p.1-19, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. Fim da História. **Revista Atrator Estranho**, São Paulo, n.19, 1996. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/nucleos/filocom/ae19.html>>. Acesso em 14 jul. 2012.

SHANNON, Claude; WEAVER, Warren. **The mathematical theory of communication.** Urbana, IL: University of Illinois press, 1949. Disponível em: <<http://cm.bell-labs.com/cm/ms/what/shannonday/shannon1948.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2011.

SHERA, Jesse H. Epistemologia social, semântica geral e Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.6. n.1, p. 9-12, 1977. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1564/1179>>. Acesso em: 14 jul. 2012.

SHERA, Jesse H. The sociological relationships of information science. **Journal of the American Society for Information Science**, v.22, p.76-80, 1971

SHERA, Jesse H. **Information seeking and subject representation:** an activity-theoretical approach to

Information Science. New York: Greenwood Press, 1997.

SHERA, Jesse H.; EGAN, Margaret E. Exame do estado atual da Biblioteconomia e Documentação. In: BRADFORD, S. C. **Documentação**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961,p. 15-64.

SHERA, Jesse H. Toward a theory of librarianship and information science. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.87-97, 1973. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1643/1251>>. Acesso em 14 jul. 2012.

SHERRA, Jesse H.; EGAN, M. Foundations of a theory of bibliography. **Library Quarterly**, v.22, n.2, p.125-137, 1952. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/4304106?uid=3737664&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21100917377991>>. Acesso em: 14 jul. 2012.

SHERA, Jesse H.; CLEVELAND, Donald B. History and foundations of Information Science. **Annual Review of Information Science and Technology – ARIST**, v.12, p. 249-275, 1977.

SHERA, Jesse H. "Philosophy of Librarianship". In: WEDGEWORTH, Roberto . **World encyclopedia of library and Information services**. Chicago: ALA, 1980, p.314- 317.

SHERA, Jesse H. The sociological relationships of information science. **Journal of the American**

Society for information science, v.22, n.1, p. 76-80, mar./apr. 1971.

SILVEIRA, Ronie A. T. Memória e escrita no Fedro de Platão. Cadernos de Atas da ANPOF, n.1, 2001, p. 141-149. Disponível em: < <http://www.puc-rio.br/parcerias/sbp/pdf/21-roniealex.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2012.

SODRÉ, N. W. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TARGINO, Maria das Graças. A interdisciplinaridade da Ciência da Informação como área de pesquisa. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v.5, n.1, p.12-17, 1995. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/196/1419>>. Acesso em: 14 jul. 2012.

TAUNAY, Afonso d'Escragno. De Brasíliae rebus pluribus: o primeiro livro impresso no Brasil. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.7, 1936, p.421-474.

TAVARES, Francisco Muniz.; LIMA, Oliveira. **Historia da revolução de Pernambuco de 1817**. 3.ed. Recife: Typ. Industrial, 1917.

VEIGA, Gláucio. **História das idéias da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Ed. Universitária, 1981, v. 4.

VERNANT, Jean-Pierre. Aspectos míticos da memória e do tempo. In:_____. **Mito e pensamento entre os**

gregos. Tradução de Haiganuch Sarian. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 133-166.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. Biblioteconomia: 50 anos em Pernambuco. **Revista arte e Comunicação.** Recife, n.7, p.225-234, 2002.

WEINRICH, Harald. **Lete:** arte e critica do esquecimento. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2001.

WERSIG, G., NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. The information scientist. v. 9, n. 4, 1975. Versão traduzida por Tarcísio Zandonade. WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interesting to information science. **Information Scientist**, v.9, n.4, p. 127-140, 1975.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. Information science and theory: a weaver bird's perspective. In: INTERNATIONAL CONFERENCE FOR THE CELEBRATION OF 20TH ANNIVERSARY OF THE DEPARTMENT OF INFORMATION STUDIES,Finland, 1991. **Proceedings...** London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992.

WERSIG,Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information processing & management**, Oxford, v. 29, n. 2, p.229-239, 1993.

YATES, Frances A. **A arte da memória.** Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

ZINS, Chaim. Conceptual Approaches for Defining Data, Information, and Knowledge. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v.58, n.4, p.479-493. 2007.

ANEXOS

ANEXO A – Matéria do Jornal do Commercio, 26 de novembro de 2006

13/01/13

JC Premium

jornal do  commercio

Cidades - 26/11/2006

Acervo raro entregue aos cupins

PATRIMÔNIO Insetos devoram coleção de periódicos da biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, que conta a história do Estado, nos séculos 19 e 20

CLEIDE ALVES

Jornais raros pertencentes à biblioteca da Faculdade de Direito do Recife estão sendo devorados por cupins. A coleção, composta de 45 periódicos diferentes editados de 1857 a 1979, conta a história de Pernambuco desde a segunda metade do século 19 até o final dos anos 70 do século 20. Amontoados numa sala do Anexo II da faculdade, na Rua do Hospício, no Centro, os exemplares encontram-se numa situação deplorável.

A faculdade reconhece que por falta de instalações adequadas, cerca 40% dos jornais estão perdidos, sem nenhuma chance de serem recuperados. De acordo com a coordenadora da biblioteca, Divonete Tenório Ferraz Gominho, a situação é antiga e se arrasta há quase dez anos. "Os jornais ficavam na biblioteca, mas por falta de espaço tiveram de ser empacotados e levados para o porão da faculdade. Em 1999, precisaram do porão e a coleção foi jogada no Anexo II, sem nenhuma consulta às bibliotecárias", revela.

Desde então, os jornais ficaram trancados em uma sala sem ventilação e que raramente é aberta. "Esqueceram a coleção", reconhece Divonete Tenório. O diretor

pro tempore

da faculdade, Gustavo Ferreira, promete, sem dar prazos, separar o material que ainda tem condições de ser recuperado da papelada destruída. No entanto, admite que não tem recursos para fazer o trabalho de desinfestação dos insetos e limpeza dos jornais.

"Cupins estão devorando publicações lançadas numa época que ainda não havia editoras em Pernambuco e no Brasil. O conhecimento produzido por ex-alunos como Clóvis Beviláqua (um dos maiores juristas brasileiros, 1859-1944) e Rui Barbosa (1849-1923) está registrado nos jornais. É um material único", diz o historiador e coordenador do Laboratório Liber da Universidade Federal de Pernambuco, Marcos Galindo. Ele chama a atenção para o problema em artigo na Revista Massangana da Fundação Joaquim Nabuco, deste ano.

A coleção contém exemplares do jornal A Província, fundado dia 6 de setembro de 1872 pelo abolicionista pernambucano e ex-aluno da faculdade José Mariano Carneiro da Cunha (1850-1912). O periódico, na definição da pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco Semira Adler Vainsencher "representou um instrumento combativo, defendeu acirradamente a libertação dos escravos e muito influenciou a opinião pública". Os jornais do acervo vão de 1901 a 1933.

Há, entre outras, edições de A Cidade, O Commercio de Pernambuco, Correio do Recife, Correio do Norte, Diário da Justiça, Diário da Manhã, Diário da Tarde, Diário da Noite, Diário de Pernambuco, Diário do Congresso, Diário Oficial de Pernambuco, Diário Oficial Federal, Epocha, Estado de Pernambuco,

13/01/13

JC Premium

Gazeta de Portugal, Gazeta do Norte, Imprensa, Imprensa Oficial, O Intransigente, **Jornal do Commercio**

, edição comemorativa do centenário do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, Jornal do Recife, Leão do Norte, A Luta, A Pátria, A Ordem, O Norte, República, Phanteon.

"É lamentável o que está acontecendo, esses jornais são o registro da sociedade, da literatura e da história de Pernambuco. Se o acervo se perde, é impossível recuperar a memória dessa época. A coleção da Faculdade de Direito, que se encontra largada numa sala, é um tesouro", declara a pesquisadora e escritora Luzilá Gonçalves Ferreira.

Conforme a presidente do Diretório Acadêmico (DA) da Faculdade de Direito, Camila Gomes de Lima, os estudantes desenvolveram projeto para recuperação do acervo documental da instituição - Preservação da Memória - e conseguiram verba para recuperar o arquivo e parte da coleção de livros raros da biblioteca. A proposta teve apoio da Lei de Incentivo à Cultura Federal para captação de recursos e o trabalho terminou no ano passado. "Os jornais não foram incluídos na primeira etapa do projeto", diz ela.

INICIATIVA

- A líder estudantil disse que haverá uma segunda etapa do projeto e o DA pretende incluir a recuperação da coleção de jornais raros. Também não há data definida para isso. "Faltou cuidado com o material, mas é muito complicado conseguir verba para restauração de livros. Precisamos de apoio de empresas. Afora isso, a restauração do material é vinculada à existência de uma sala adequada para receber o acervo", justifica.

Gustavo Ferreira reconhece que há salas fechadas no próprio Anexo II, que, se recuperadas, poderiam receber a coleção. Nenhuma iniciativa, porém, foi tomada para salvar o patrimônio. Os periódicos continuam numa sala infestada de cupins. A bibliotecária Divonete Tenório informa que os jornais precisam ser desinfestados, restaurados, digitalizados e colocados num espaço adequado, com controle de temperatura.

Sobre o arquivo (está livre de cupins, mas precisa ser restaurado e digitalizado, porque parte do material não têm condições de ser manuseado), também no Anexo II, a jornalista Lêda Rivas disse que faltam funcionários para receber os pesquisadores. "O arquivo deveria estar aberto ao público permanentemente, mas isso não ocorre", garante.

ANEXO B – Matéria do Jornal do Commercio, 17 de agosto de 2008

13/01/13

JC Premium

jornal do commercio

Cidades - 17/08/2008

Acervo por pouco não vira pó

» JORNAIS RAROS

Cleide Alves

cleide@jc.com.br

Com quase dez anos de atraso, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) apresentou uma solução para preservar os jornais raros pertencentes à biblioteca da Faculdade de Direito. Desde 1999, a coleção está empilhada, sem nenhuma ordem, numa sala do Anexo II da faculdade, na Rua do Hospício, Centro do Recife, sem ventilação e exposta à ação de traças e cupins. Agora, receberá os primeiros cuidados, para evitar que seja reduzida a pó.

Os jornais serão identificados, contados, classificados quanto ao estado de conservação e separados entre aqueles que podem ou não ser recuperados. Dependendo da situação, os documentos receberão tratamento preventivo ou curativo. A limpeza, folha a folha, vai livrar as páginas de cupins e outros insetos. Com isso, a faculdade deixará os periódicos prontos para serem empacotados de forma correta, em papéis livres de acidez, à espera da segunda etapa do projeto.

Luciana Grassano, diretora da Faculdade de Direito do Recife há pouco mais de um ano, pretende iniciar a primeira fase dos trabalhos, que consiste na higienização e acondicionamento dos jornais, no próximo mês. "O recurso já existe, da verba orçamentária da universidade", informa. No momento, ela aguarda a aprovação do pedido de dispensa de licitação para contratar a restauradora Débora Mendes, que executará o serviço.

"Convidamos Débora Mendes pela notória especialização. Não é um trabalho que pode ser realizado por qualquer pessoa", justifica Luciana Grassano. A proposta apresentada pela restauradora para a primeira etapa, avaliada em R\$ 151,8 mil, tem o aval da reitoria. A segunda fase - e também a mais cara - prevê a restauração e digitalização dos jornais. "Ainda não temos o orçamento. Talvez seja necessário captar recursos com a iniciativa privada", diz Luciana.

Depois de limpos e tratados, os documentos ficarão acomodados em estantes de aço numa sala mais adequada, no Anexo II da faculdade, indicada pela restauradora. "A situação dos jornais raros nos causa muita angústia. Há um ano estávamos procurando um meio de resolver o problema", declara Luciana Grassano.

Composta de quase 50 periódicos diferentes, editados de 1857 a 1979, a coleção de jornais raros é patrimônio brasileiro e contém uma parte da memória do País. "O pensamento do abolitionista José Mariano Carneiro da Cunha (1850-1912), ex-aluno da Faculdade de Direito do Recife, está naquele amontoado de papel", alerta o historiador e professor do Departamento de Ciência da Informação da UFPE Marcos Galindo. Ele se refere ao jornal A Província, de 1872, editado por José Mariano.

Marcos Galindo destaca o jornal O Norte, de junho de 1889, que tinha como redatores os ex-alunos da

13/01/13

JC Premium

faculdade Luís Ferreira Maciel Pinheiro (1839-1889) e José Izidoro de Martins Júnior (1860-1904). "As poesias completas de Maciel Pinheiro podem se perder, se a coleção não for recuperada. Além disso, O Norte circulava num momento importante para a história do Brasil, um ano após a abolição da escravidão e às vésperas da Proclamação da República", comenta.

Nos montes de papel, conforme o historiador, também repousa a única coleção do jornal O Pequeno (1918-1941). Numa matéria veiculada pelo JC em 2006, a diretoria da biblioteca estimava que 40% dos documentos não tinham mais condições de serem recuperados.

ANEXO C – Entrevista com Fernando Báez

1. We all know that the destruction of books, libraries is a recurrent practice in human history and this happens in very important libraries and less honorable collections. Which factors could be pointed as contributors to this phenomenon?

The book is an institution of memory for consecration and permanence, and for that reason should be studied as a key element in society's cultural patrimony. We must understand that a cultural patrimony exists to the degree in which cultural production constitutes the most representative patrimony of each nation. In itself, patrimony has the ability to stir a feeling of affirmation and belonging that is transmissible. It can reinforce or stimulate a people's awareness of identity in their territory. A library, an archive, or a museum are cultural patrimonies, and all nations regard them as temples of memory.

Books are not destroyed as physical objects but as links to memory, that is, as one of the axes of identity of a man or a community. There is no identity without memory. If we do not remember what we are, then we don't know what we are. Over the centuries, we've seen that when a group or nation attempts to subjugate another group or nation, the first thing they

do is erase the traces of its memory in order to reconfigure its identity.

3. In my research it is used the term “social phenomenon of oblivion”. Do you think that we face a phenomenon when dealing with destruction of bibliographic material?

The ideologues behind these acts are moved by a radicalism that attempts to start true cultural wars of a political or religious nature. There has never been nor is there a single cause for the destruction of a book or a library: There are dozens. Even so, and beyond the circumstantial anecdotes that exonerate or condemn, there predominates a deliberate intention to bring about a gradual or immediate amnesia that facilitates the control of an individual or a society. Bibliocaust, a neologism used to refer to the destruction of books, is an attempt to annihilate a memory considered to be a direct or indirect threat to another memory thought superior. I state categorically that books are not destroyed because they are hated as objects. Enemies of pocket books, colophons, paper, typography, or gilt bindings are unknown. In 1984, George Orwell describes a totalitarian state where an official branch of government is dedicated to finding and erasing the past. Books are rewritten, and

the original versions destroyed in secret furnaces in order to save society from the enemy.

4. Do you believe that we live a oblivion policy?

Yes. In Greece, the partial elimination of the archives was authorized, as happened in Patroclides' Amnesty Decree in 405, which ordered the erasure of a public list and established sanctions against those who kept copies of the register or dared to recall the past with malice. The Romans called *damnatio memoriae* or *abolitio memoriae* the process by which the senate practiced the "condemnation of memory" of all those it classified as infamous. Among other things, it erased the name of the affected person from all inscriptions, books, and monuments to it would be forgotten by later generations. Anyone who tears apart or burns a book repeats that classic pattern. Books are burned and libraries bombed because they are symbols. A prime example is the National Library of Bosnia-Herzegovina in Sarajevo, opened in 1896. Beginning the night of August 25, 1992, it and its 1.5 million volumes, including 478 ancient manuscripts, was pounded into oblivion by artillery.

5. In your conception, attitudes like ours of exposing situation where happens "Memoricídio"

lead, somehow, to avoid the destruction of bibliographical collections?

The book gives substance to human memory. The book, despite being portable, objectifies memory: It is a rational unity that uses audiovisual, printed, or electronic means to represent mnemonic and linguistic will. In the revolutionary step from orality to writing, and, above all, in that significant process where the book triumphs as a cult object, what really takes centerstage is a more certain model of permanence that codifies sensibility and translates it into uniform, legitimate states. Public or private book destruction almost always takes place in alternating, melancholy phases: restriction, exclusion, censure, looting, and, finally, destruction. There is restriction in veto and emendation; there is censure in discriminatory suppression; there is looting in spontaneous or commercial theft. Extremist attacks, it seems, intend to destroy the principal cultural models that form part of the adversary's shared memories in order to manipulate the most resistant links and reconstruct everything by means of orthodoxy.

6. In your work "La Destrucción Cultural de Iraq", the Iraqi invasion led by USA is considered the greatest cultural disaster since 1258 when the gengis Khan descendants destroyed Baghda.

“Small” cultural disasters are occurring in several parts of the world due to omission of those that should take care of the cultural property. Why history is being repeated?

Iraq was supposed to be a model in the war on terrorism, but it became a paradise for terrorists, a nation lacking direction, impoverished by war, afflicted by religious conflicts and terrorism, in economic crisis. A nation that has lost a large part of its memory. Its books are now ashes, its works of art on the market. Iraq was the first place to fall victim to memorycide in the twenty-first century in a climate of the most sinister impunity.

In the phenomenon of the auto da fé—the public ritual of confession—directed against books and their authors, the instigators recognize that it is not enough to murder or jail a writer or commit genocide against the people depicted in the spirit of that text. It is absolutely essential to get to the root of the problem and understand precisely that the murder of memory is the basis for the destruction of books.

Saludos, Fernando Báez

1. We all know that the destruction of books, libraries is a recurrent practice in human history and this happens in very important libraries and less honorable collections. Which factors could be pointed as contributors to this phenomenon?

P.: É de conhecimento geral que a destruição de livros e biblioteca é uma prática frequente na história humana e acontece em bibliotecas importantes e acervos menos relevantes. Quais fatores podem ser apontados como contribuintes para este fenômeno?

The book is an institution of memory for consecration and permanence, and for that reason should be studied as a key element in society's cultural patrimony. We must understand that a cultural patrimony exists to the degree in which cultural production constitutes the most representative patrimony of each nation. In itself, patrimony has the ability to stir a feeling of affirmation and belonging that is transmissible. It can reinforce or stimulate a people's awareness of identity in their territory. A library, an archive, or a museum are cultural patrimonies, and all nations regard them as temples of memory.

Books are not destroyed as physical objects but as links to memory, that is, as one of the axes of identity of a man or a community. There is no identity without memory. If we do not remember what we are, then we don't know what we are. Over the centuries, we've seen that when a group or nation attempts to subjugate another group or nation, the first thing they

do is erase the traces of its memory in order to reconfigure its identity.

R- O livro é uma instituição de memória por consagração e continuidade e por esta razão deveria ser estudado como um elemento-chave no patrimônio cultural da humanidade. É preciso entender que um patrimônio cultural existe na medida em que a produção cultural constitui o mais representativo patrimônio de uma nação. Por si próprio este patrimônio tem a capacidade de instigar um sentimento de afirmação e de pertencimento que é transmissível. Pode reforçar ou estimular o sentimento de consciência de identidade no seu território. Uma biblioteca, um arquivo ou um museu são patrimônios culturais e todas as nações os consideram templos de memória. Livros não são destruídos como objetos físicos, mas como conexões à memória; Isto é, como um dos eixos de identidade de um homem ou uma comunidade. Não há identidade sem memória. Se não nos lembramos quem somos, então não sabemos o que somos. Através dos séculos, vimos um grupo de nações querendo subjugar outras, sendo uma das primeiras coisas a serem feitas é apagar os traços de memória de forma a reconfigurar sua identidade.

3. In my research it is used the term "social phenomenon of oblivion". Do you think that we face a phenomenon when dealing with destruction of bibliographic material?

P- Na minha pesquisa é o utilizado o termo “fenomeno social de esquecimento”. Você acha que enfrentamos um fenômeno quando lidamos com a destruição de material bibliográfico?

The ideologues behind these acts are moved by a radicalism that attempts to start true cultural wars of a political or religious nature. There has never been nor is there a single cause for the destruction of a book or a library: There are dozens. Even so, and beyond the circumstantial anecdotes that exonerate or condemn, there predominates a deliberate intention to bring about a gradual or immediate amnesia that facilitates the control of an individual or a society. Bibliocaust, a neologism used to refer to the destruction of books, is an attempt to annihilate a memory considered to be a direct or indirect threat to another memory thought superior. I state categorically that books are not destroyed because they are hated as objects. Enemies of pocket books, colophons, paper, typography, or gilt bindings are unknown. In 1984, George Orwell describes a totalitarian state where an official branch of government is dedicated to finding and erasing the past. Books are rewritten, and the original versions destroyed in secret furnaces in order to save society from the enemy.

R – As ideologias por trás destes atos são movidas por um radicalismo que visa iniciar uma verdadeira guerra de natureza política ou religiosa. Nunca houve nem há apenas uma causa única para a destruição de livros ou bibliotecas: há várias. Ainda assim, além de relatos circunstanciais que exoneram ou condenam, predomina uma intenção deliberada

de provocar uma amnésia gradual ou imediata que facilita o controle de um indivíduo ou sociedade. “Bibliocausto”, um neologismo usado para se referir à destruição dos livros, é uma tentativa para aniquilar a memória considerada como uma ameaça direta ou indireta a um tipo de memória considerada superior. Eu afirmo, categoricamente, que livros não são destruídos devido ao ódio como objetos em si. Inimigos dos livros de bolso, colofões, artigos, tipografias são desconhecidos. Em 1984, George Orwell descreve um estado totalitário onde o ramo oficial do governo é dedicado a achar e apagar o passado. Livros são reescritos e as versões originais são destruídas em fornos secretos de forma a salvar a sociedade dos inimigos.

4. Do you believe that we live a oblivion policy?

P – Você acredita que vivemos uma poítica de esquecimento?

Yes. In Greece, the partial elimination of the archives was authorized, as happened in Patroclides’ Amnesty Decree in 405, which ordered the erasure of a public list and established sanctions against those who kept copies of the register or dared to recall the past with malice. The Romans called *damnatio memoriae* or *abolitio memoriae* the process by which the senate practiced the “condemnation of memory” of all those it classified as infamous. Among other things, it erased the name of the affected person from all inscriptions, books, and monuments to it would be forgotten by later generations. Anyone who tears apart or burns a

book repeats that classic pattern. Books are burned and libraries bombed because they are symbols. A prime example is the National Library of Bosnia-Herzegovina in Sarajevo, opened in 1896. Beginning the night of August 25, 1992, it and its 1.5 million volumes, including 478 ancient manuscripts, was pounded into oblivion by artillery.

R – Sim. Na Grécia, a eliminação parcial de arquivos era autorizada, como aconteceu no Decreto de Anistia de Patroclides em 405. Este decreto ordenou a destruição de uma lista pública de arquivos e estabeleceu sanções contra aqueles que mantivessem cópias de registros ou ousassem recordar o passado com intenção criminosa. Os romanos chamavam *damnatio memoriae* or *abolitio memoriae* o processo pelo qual o senado praticava a “condenação da memória” de todos aqueles que eram classificados como infames. Entre outras coisas, era apagado o nome da pessoa influenciada por todas as inscrições, livros, monumentos de forma que esta fosse esquecida por gerações posteriores. Todos aqueles que se desfazem ou queimam um livro repetem este padrão clássico de esquecimento. Livros são queimados e bibliotecas bombardeadas porque são símbolos. Como exemplo primordial temos a Biblioteca Nacional da Bosnia-Herzegovina em Sarajevo, aberta em 1896. No início da noite de 25 de agosto de 1992, seu arquivo de 1,5 milhão de volumes, incluindo manuscritos de 478 foram submetidos ao esquecimento por um ataque de artilharia.

5. In your conception, attitudes like ours of exposing situation where happens “Memoricídio” lead, somehow, to avoid the destruction of bibliographical collections?

P – Na sua concepção, atitudes de exposição de uma situação onde ocorre “Memoricídio” leva, de alguma maneira, a evitar a destruição de novos acervos bibliográficos?

The book gives substance to human memory. The book, despite being portable, objectifies memory: It is a rational unity that uses audiovisual, printed, or electronic means to represent mnemonic and linguistic will. In the revolutionary step from orality to writing, and, above all, in that significant process where the book triumphs as a cult object, what really takes centerstage is a more certain model of permanence that codifies sensibility and translates it into uniform, legitimate states. Public or private book destruction almost always takes place in alternating, melancholy phases: restriction, exclusion, censure, looting, and, finally, destruction. There is restriction in veto and emendation; there is censure in discriminatory suppression; there is looting in spontaneous or commercial theft. Extremist attacks, it seems, intend to destroy the principal cultural models that form part of the adversary’s shared memories in order to manipulate the most resistant links and reconstruct everything by means of orthodoxy.

R – O livro dá substância à memória humana. O livro, embora portátil, torna a memória algo objetivo: é uma unidade racional que se utiliza de meios audiovisuais, impressos ou eletrônicos

para representar o desejo mnemônico e linguístico. Na evolução revolucionária entre a oralidade e escrita e, acima de tudo, no processo significantivo onde o livro triunfa como um objeto culto, o que realmente se destaca é um modelo de permanência mais certo que codifica a sensibilidade e o traduz em um status uniforme e legítimo. A destruição de livros públicos ou privados quase sempre ocorre em fases alternantes e melancólicas: restrição, exclusão, censura, pilhagem e, finalmente, destruição. Há restrição no veto e na emenda; Há censura na supressão discriminatória; Há pilhagem no roubo comercial ou espontâneo. Ataques extremistas parecem objetivar destruir os modelos culturais principais que formam parte da memória compartilhada dos adversários a fim de manipular as conexões mais resistentes e reconstruir tudo de forma ortodoxa.

6. In your work "La Destrucción Cultural de Iraq", the Iraqi invasion led by USA is considered the greatest cultural disaster since 1258 when the gengis Khan descendants destroyed Baghda. "Small" cultural disasters are occurring in several parts of the world due to omission of those that should take care of the cultural property. Why history is being repeated?

P – No seu trabalho "La Destrucción Cultural de Iraq", a invasão do Iraque pelos EUA é considerado o maior desastre cultura desde 1258 quando os descendentes de Gengis Khan destruíram Bagdá. Desastres culturais

“pequenos” estão ocorrendo em várias partes do mundo devido a omissão daqueles que deveriam tomar conta da propriedade cultural. Por que a história está se repetindo?

Iraq was supposed to be a model in the war on terrorism, but it became a paradise for terrorists, a nation lacking direction, impoverished by war, afflicted by religious conflicts and terrorism, in economic crisis. A nation that has lost a large part of its memory. Its books are now ashes, its works of art on the market. Iraq was the first place to fall victim to memorycide in the twenty-first century in a climate of the most sinister impunity.

In the phenomenon of the *auto da fé*—the public ritual of confession—directed against books and their authors, the instigators recognize that it is not enough to murder or jail a writer or commit genocide against the people depicted in the spirit of that text. It is absolutely essential to get to the root of the problem and understand precisely that the murder of memory is the basis for the destruction of books.

R – O Iraque era tido como um modelo na Guerra contra o terrorismo, mas se tornou um paraíso para terrorista, sendo uma nação sem direcionamento, empobrecida pela guerra, afligida por conflitos religiosos e terrorismo na crise econômica. É uma nação que perdeu uma grande parte da sua memória. Seus livros são, agora, cinzas, e seus trabalhos de arte, nos grandes mercados. Iraque foi o primeiro lugar a desfalecer vítima do memoricídio no século 21 em um clima de sinistra impunidade. No

fenômeno do auto de fé – ritual público de confissão – dirigido contra livros e seus autores, os apoiadores reconheceram que não é suficiente matar ou prender um escritor ou cometer genocídio contra pessoas retratadas no texto. É absolutamente essencial conhecer a raiz do problema e compreender de forma precisa que o assassinato da memória é a base da destruição dos livros.

ANEXO D – Matéria do Jornal do Commercio, 18 de abril de 2004

13/01/13

JC Premium

jornal do  commercio

Cidades - 18/04/2004

Convênio salva jornais raros

PATRIMÔNIO Termo para recuperar o acervo de jornais antigos da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife será assinado entre a Universidade Federal de Pernambuco e o IDGC

A coleção de jornais antigos da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, que vem sendo devorada por insetos, receberá tratamento mais nobre. Convênio para recuperar o acervo será assinado entre o Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e o Instituto para o Desenvolvimento de Tecnologias em Documentos e Gestão do Conhecimento (IDGC).

Atualmente, os periódicos encontram-se empacotados e empilhados do chão ao teto numa sala do anexo II da Faculdade de Direito, no bairro da Boa Vista. Os documentos apresentam danos: rasgados, mofoados, destruídos por cupins e traças. "Alguns exemplares são irrecuperáveis", lamenta a bibliotecária da faculdade, Eliane Ribas.

Segundo ela, a coleção é composta de aproximadamente 50 títulos, publicados nos séculos 19 e 20. "A quantidade ainda está sendo levantada", diz Eliane Ribas. No emaranhado de documentos há exemplares do **Jornal do Commercio** (1919-1935), **Diário de Pernambuco** (1857-1979), **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** (1839-1912), **Jornal do Recife** (1876-1935), **A Gazeta** (1916- 1933), **O Intransigente** (1918- 1920) e de **A Notícia** (1922-1932), entre outros.

Ricardo Lima, do IDGC, informa que o projeto de recuperação do acervo será executado em duas fases. A primeira prevê uma ação emergencial de salvamento, que consiste em lacrar a sala onde estão os periódicos e colocar gás nitrogênio com pressão controlada no local. "Isso é necessário para matar por asfixia os insetos e bactérias que infestam o ambiente", explica. O processo de desinfecção deverá demorar de 15 a 30 dias.

Em seguida, os jornais passarão pela etapa de limpeza e higienização manual, com ajuda de pincéis, jatos de ar e outros procedimentos usados na desinfecção de documentos. Limpo, organizado, catalogado e protegido por papel não alcalino, que garante melhor conservação, o acervo será acondicionado em caixas e levado para o andar superior de um dos prédios do anexo II, com 600 metros quadrados de área construída.

INTERNET

- A segunda etapa contempla a digitalização do acervo e sua inclusão na mídia eletrônica. "Disponibilizar as informações na Internet é fundamental para democratizar o acesso de pesquisadores e curiosos", declara Ricardo Lima. Ele disse que a UFPE não pagará nada pela execução da fase emergencial. "O trabalho será custeado pelo IDGC com um dos seus parceiros. Nesse caso, com a empresa TCI (Tecnologia do Conhecimento e da Informação Ltda)."

A digitalização dos documentos depende de um projeto para captação de recursos, que será elaborado pelo IDGC e UFPE. O trabalho é coordenado pelo professor do Departamento de Ciência da Informação Marcos Galindo e por Ricardo Lima. Conforme Eliane Ribas, o material não é usado há mais de 14 anos. Ela acredita que 90% da coleção esteja estragada. "Perdemos uns 10% do acervo em mudanças de sala. Numa delas houve infiltração e a água atingiu os jornais."

Daniel Lira, coordenador do curso de graduação da Faculdade de Direito, acrescenta que a recuperação da coleção de jornais é uma conquista para a sociedade. "Temos documentos únicos", sublinha. Segundo ele, o trabalho não foi realizado antes porque faltava interesse político e administrativo. O IDGC é uma entidade sem fins lucrativos, com sede no Recife, que cuida da preservação da memória documental.

ANEXO E – Entrevista Leonice Ferreira

Entrevista da Bibliotecária Leonice Ferreira da Silva em 10 de dezembro de 2012.

1. Em que período a senhora trabalhou na Faculdade de Direito do Recife?

Eu entrei aqui em 1947 no dia 04 de julho e saí em junho de 1979, trinta e dois anos.

2. E neste período como era e onde se localizava a hemeroteca dentro da biblioteca? Ela já possuía este nome hemeroteca?

Não. Tudo isso é novo. Existia o acervo. Era o acervo, não existia um lugar específico dentro da biblioteca denominado hemeroteca. A biblioteca funcionava aqui no primeiro andar. Do lado direito de quem entra havia um salão lindo de leitura, com mesas de carvalho com luminárias. De um lado era abrigada a coleção de referência. Do lado direito o acervo em geral, no térreo tudo era de direito e no primeiro andar literatura; mais acima alguns periódicos, revistas.

3. Mas existia um acervo formado por jornais?

Sim, existia. Nossos jornais eram maravilhosos. Aqui no porão tinha uma sala maravilhosa e ali eram guardados os jornais. O arquivo, que era muito bonito, também funcionava lá. Aqui tudo era muito organizado, não existia universidade e nem a biblioteca central. A faculdade de Direito era apenas a Faculdade.

4. No prefácio da do livro *História da imprensa Pernambucana* de Luiz Nascimento e na introdução de *Annaes da imprensa periódica pernambucana* de Alfredo de Carvalho, eles citam a biblioteca da Faculdade de Direito como fonte de pesquisa. Isso implica dizer que aqui existiam jornais importantes, ao ponto de atrair pesquisadores como os citados? Por favor, nos fale desta coleção.

Sim, tínhamos uma vasta coleção de jornais. A nossa coleção de jornais começou a se acabar quando os diretores começaram a deslocar os jornais, desalojar os locais. Primeiro mandaram para outro porão chamado de “lixão”, o jornal é feito de um papel mais frágil; olhe que naquela época o papel era melhor, então tínhamos

jornais da capital e de vários outros locais, de outros estados. Mas o que foi que aconteceu? Tira daqui, bota lá. Levaram os jornais para a Escola de Engenharia, onde fica o mestrado, e tudo foi jogado lá, num porão, parecia um cemitério. Um dia fui conversar com o diretor do mestrado que era Mauricio, e disse: Mauricio, se eu trazer dez pessoas a gente pode retirar estes jornais daqui? O que faziam aqueles jornais no porão?

5. A senhora lembra o ano deste episódio?

Não sei lembrar exatamente, é bom verificar quando o mestrado foi para lá.

6. Existia uma preocupação por parte da coordenação da biblioteca ou diretoria da Faculdade para mudar o cenário da coleção de jornais raros?

A atenção aos jornais foi dada definitivamente na direção de Sílvio Loreto: foi um grande diretor. Preocupado com a coleção de jornais, reservou um espaço lá embaixo com prateleiras onde eles eram encadernados e colocados na forma horizontal, jornais não podem ficar na forma vertical, o jornal não pode ficar em pé, né? Houve também pessoas que trabalhavam

especialmente naquele local. Tínhamos uma equipe: tinha uma menina, que fez o clássico e que era servente, então ela anotava os números dos jornais uma a uma, número a número, para fazer um fichário. Fizemos também uma lista por ordem alfabética. A lista era para os usuários e o fichário para o controle da biblioteca. Agora, nesse vai e vem, tudo se perdeu.

7. Para a Senhora houve algum momento em que a Senhora acreditava que a coleção de jornais iria se perder?

Na verdade, onde ela foi parar depois, ali no DEMEC, ali foi... como é que se diz, meu filho? O holocausto dos jornais, um monte de jornais, agora, jornais velhos. Não havia tombamento para os jornais, nem ficha Kardex, o fichário se perdeu.

8. Sabemos que casos como o ocorrido com a coleção de jornais raros – a hemeroteca – da Faculdade de Direito do Recife, não é um caso isolado, há inúmeros casos como o que estamos citando. Na sua visão, nos casos de bibliotecas e arquivos, quem são os responsáveis por estes ocorridos?

O curso de Biblioteconomia é só o responsável pela perda da memória, digo memória no sentido de recuperação. Eu atribuo ao curso essa ausência de zelo pelas coisas antigas. O curso deve mostrar ao aluno que não existe livro velho, existe o documento. Não existe nenhuma cadeira que ensine recuperação de livros: é como um médico que o sujeito chega lá com a perna quebrada e ele não sabe recuperar aquele doente, é a mesma coisa.

9. Na época em que a Senhora trabalhou aqui existia muita procura pela coleção de jornais?

Existia, os jornais têm informações importantíssimas, se você abrir o jornal todo dia vai ter uma história diferente. Então como é que a gente abandonou um acervo deste? Na minha gestão, não é para me orgulhar, mas na minha gestão eu fiz de tudo para cuidar dos jornais, a gente tinha preciosidades aqui.

10. Diante da conversa que tivemos aqui, e utilizando um título de Ortega y Gasset, eu pergunto para a Senhora : qual a missão do bibliotecário?

Eu acho que não só uma missão, o bibliotecário é um missionário, tem gente que acredita que o bibliotecário é apenas o catalogador, ou classificador, eu não: eu acho que bibliotecário tem que saber tudo da biblioteca; a vida toda ele tem que estudar para isso, o bibliotecário era um cara que deveria ter uma percepção muito grande. Por exemplo, eu vi aqui aparecer aluno desavisado que nunca teve um livro em casa e vir para biblioteca e encontrar ela fechada: fecharam para o público durante a tarde. O cara que quer ser bibliotecário tem que ter essa percepção; tem que ser antes de tudo um leitor, primeira coisa. Tem que ler jornais, ler revistas, saber de filosofia, saber das grandes correntes da literatura, uma formação erudita. Eu não entendo um bibliotecário que é avesso à leitura, mas existe. E ele deve saber, ao menos, o mínimo para poder orientar. Eu aprendi que o leitor é prioridade, tudo que é feito na biblioteca é para o leitor. Devemos facilitar a vida do leitor.

ANEXO F – ofício nº 16 do ano de 1992

ANEXO 1

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Of. nº 16/92

Recife, 20 de Junho de 1992.

Des: EVA SILVANA SOARES PIRES
Bibliotecária Chefe

Para: Prof. Dr. ROMUALDO MARQUES COSTA,
Diretor do Centro de Ciências Jurídicas

Prezado Senhor,

Por ordem do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Ézequiel Maranhão, a antiga Escola de Engenharia, situada à Rua do Hospício, 371, deveria ser desocupada, no princípio deste ano para serem iniciadas as obras de restauração do prédio. Entretanto, criou-se um problema para esta Biblioteca que lá ocupava duas salas com a Coleção Especial de Jornais antigos pertencentes ao seu acervo precioso. Atualmente, nem a Biblioteca, nem a Faculdade possuem um local adequado para a guarda da mencionada coleção.

Contudo, em busca de alternativas para a solução dessa carência de espaço físico, aqui no C.C.J., conveniente à Biblioteca, contactamos com o Prof. Dr. José Luiz Barreira, Reitor em exercício, para sabermos da possibilidade de utilizar o prédio existente nos fundos da citada escola, onde funcionou até bem pouco tempo "Registro de Diplomas". fomos informados de que não havia planos para ocupação da referida área e que cabia ao Centro pleiteá-la.

Finalmente, gostaríamos de sugerir à V. Sa. a reivindicação, junto à Reitoria, da concessão do prédio ao qual nos referimos, o que representaria não somente a expansão física desta Faculdade e, conseqüentemente, da Biblioteca mas, principalmente, o seu crescimento técnico/científico ampliando-se a possibilidade de realização de novos programas de ensino e pesquisa pertinentes ao seu plano de ação.

Atenciosamente,

Eva Silvana Soares Pires
Eva Silvana Soares Pires
CRB-4.710
Bibliotecária Chefe

Recibo original
27/6/92

ANEXO G – ofício nº 26 de 1992

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE
BIBLIOTECA

Of. nº 26/92

Recife, 20 de novembro de 1992.

De: Biblioteca

À: Setor de Serviços Gerais

Assunto: remoção da Coleção Especial de Jornais

Prezados Senhores,

Solicito providenciar a remoção da Coleção Especial de Jornais pertencente ao Acervo desta Biblioteca, para o 2º andar do 3º prédio da antiga Escola de Engenharia, sito à rua do Hospício, 371 - Boa Vista, com a máxima urgência possível.

Entretanto, antes da mudança, a mencionada Coleção atualmente dispersa por cinco locais desta Faculdade, inadequados à sua guarda, requer que se faça o mínimo de limpeza e empacotamento de alguns volumes para melhor proteção dos mesmos.

Por este motivo, solicito a colaboração do pessoal de serviços gerais, sob sua administração na ~~REALIZAÇÃO~~ desta tarefa, para a qual estaremos mobilizando também parte do nosso pessoal, uma vez que se trata de uma volumosa Coleção.

Atenciosamente,



ANEXO H – ofício de nº 02 de 1994



Biblioteca

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE DIREITO

OFÍCIO Nº 02/94 Recife, 20 de março de 1994.

DA Chefe da Biblioteca
Eva Pires

AO Diretor do CCJ
Ilmo. Sr. Profº. Dr. Romusido Marques Costa

ASSUNTO: relatório de ocorrência /março 94

Senhor Diretor,

Estamos enviando em anexo à V. Sª. o "Relatório de Ocorrência", referente a inundações por infiltrações de água, ocasionadas pelas chuvas da madrugada do dia 30 do mês de março próximo passado nas salas que armazenam a "Coleção Especial de Jornais Antigos, pertencente ao acervo da Biblioteca.

Solicitamos vossa especial atenção a esse relatório contendo algumas providências urgentes a serem adotadas para evitar-se perdas irreparáveis à mencionada Coleção.

Atenciosamente,

Eva Pires
Eva Pires
CRS-4/79

*Of. nº 88/94 - Direção de Serviços Gerais
89/94 - Direção de Serviços Administrativos
90/94 - Administração
e/cópia anexa*

UNIVERSIDADE	REC
FA DE	CCJ
PROTOCOL	482
Entrada na Portaria de	1248
havendo dia	20/03/1994

UFPE - Centro de Ciências Jurídicas
Biblioteca da Faculdade de Direito Recife

INUNDAÇÕES NAS SALAS DA COLEÇÃO DOS JORNAIS ANTIGOS DA BIBLIOTECA
SITUADAS NO PRÉDIO DO CURSO DE MESTRADO EM DIREITO DA UFPE.

Data da Ocorrência: 30 de março de 1994.

RELATÓRIO:

Na manhã do dia trinta do mês de março próximo passado, por informações da vigilante do prédio onde funciona o Curso de Mestrado em Direito-UFPE, tomou-se conhecimento que água de chuva da madrugada desse mesmo dia, infiltrara pela laje do teto de duas de suas salas atingindo parte da "Coleção Especial de Jornais Antigos", pertencente ao acervo desta Biblioteca.

A referida Coleção aguardava, para ser reorganizada, o atendimento à lista de prioridades da Biblioteca /nov.92-item "Material Permanente:sub-item nº7 que fazia referência à necessidade de aquisição de 20m de madeira para confecção de prateleiras de estantes e, o item "Serviços de Terceiros : sub-item nº1, onde era solicitada a recuperação de 07 (sete) daquelas salas que arquivariam os jornais (ver Anexo nº1-cópia da "Lista de Carências da Biblioteca" por prioridades).

A indicação das duas salas, onde ocorreram as infiltrações, para a guarda dessa Coleção, baseou-se nas suas características ambientais, ou sejam: arejamento; claridade, amplitude; posição nacente; nenhum vestígio de umidade, nem sinal de infestação de insetos. Em se tratando da questão da estrutura física, foi dada importância ao parecer do engenheiro Josino F. Barbosa servidor desta Universidade, que orientava apenas quanto à melhor distribuição de peso naquelas áreas para não comprometer a segurança do edifício, uma vez que se tratava de uma extensa coleção.

2.

Impossível prever que ~~que~~ um prédio que sofrera reformas recentemente, constituísse riscos a inundações dessa natureza. Difícil também prever-se que haveria, durante o exercício de 93, insuficiência de verbas para contemplar a Biblioteca em suas prioridades.

Após vistoria no local da ocorrência, na manhã do mesmo dia, os fatos foram relatados ao Diretor do Centro, que imediatamente autorizou à Direção da Biblioteca a tomar providências cabíveis junto ao Secretário, para minimizar danos à Coleção, acatando as sugestões da chefia da Biblioteca de, entre outras coisas, fechar a Biblioteca, removendo todo seu pessoal, recrutando também, o pessoal de serviços gerais do Centro a fim de concentrar esforços para os primeiros socorros à Coleção. O secretário, por sua vez, contratou os serviços da Firma EFLA que, no segundo expediente do mesmo dia, iniciou os trabalhos de salvamento, substituindo a equipe formada pelos servidores, que com muito boa vontade separou os primeiros jornais molhados, formando com os demais, grandes pilhas arrumadas em tablados improvisados com as partes das estantes (prateleiras e suportes laterais).

O pessoal da EFLA iniciou a remoção dos jornais molhados para outra sala no 1º andar do mesmo prédio, dispo^{ndo}-os cuidadosamente em tablados semelhantes aos descritos acima, usando ainda algumas estantes metálicas pertencentes ao Mestrado.

Finalmente, registrando-se um saldo de 180 jornais molhados, sendo 150 do tipo ^{tablóide} tablóide (Diário do Congresso; Diário Oficial da União; Diário da Justiça) e 30 do tipo tablóide (A Tarde; Jornal Pequeno; Folha da Manhã, entre outros) e com todo resto da Coleção resguardada de novas inundações, encerrou-se a primeira fase dos trabalhos de salvamento, sob a permanente supervisão da chefia da Biblioteca, ao meio dia da Quinta-feira Santa, dia subsequente ao da ocorrência.

Finda a Semana Santa, após vários contatos frustrados com Instituições sem equipamentos específicos (estufa e/ou freezer) para secagem dos jornais, agravado pelo aparecimento de mofo e fungos nas capas da maioria dos volumes que foram molhados, conseguiu-se que a Fundação Joaquim Nabuco, liberasse, sem ônus para a Faculdade, um dos seus técnicos, especialista em papel, o Sr. EUTRÓPIO PEREIRA BEZERRA para, numa visita ao local, avaliar as condições gerais da Coleção e emitir parecer.

3.

Analisadas tais condições e apresentado um diagnóstico verbal, o técnico listou, conforme relação abaixo, as providências que deverão ser adotadas para permitir, em caráter de urgência, a realização dos trabalhos de recuperação dos volumes estragados.

1- Recursos Humanos:

01 técnico especialista em papel (contratação mediante convênio de cooperação ou prestação de serviços entre a Fundação Joaquim Nabuco e UFPE);

05 pessoas (mão de obra auxiliar, sugerindo-se a convocação de estudantes de Biblioteconomia interessados em experiência nessa área).

2- Recursos Materiais:

2.1 Material permanente:

- 06 mesas de trabalho;
- 06 cadeiras;
- 03 ventiladores grandes;
- 02 aspiradores de pó.

2.2 Material de consumo:

- 06 pares de luvas plásticas;
- 06 pincéis, tipo trincha;
- 05 litros de álcool;
- 06 batas;
- 01 rolo de cordão barbante;
- 05 rolos de fita crepe;
- 06 pacotes de máscaras descartáveis;
- 06 pacotes de papel toalha ("perfex").

Outras providências que consideramos urgentes são:

- aquisição de prateleiras de madeira para montagem imediata das estantes;
- remoção de 03 ventiladores do CCJ para a sala dos jornais molhados.

Para realização dos serviços de recuperação dos jornais, o técnico da FUNDAJ, Sr. Eutrópio Barbosa dispõe do horário das 14:00h às 16:30h, diariamente, das segundas às sextas-feiras e, segundo ressaltou, essa tarefa deverá ser iniciada urgentemente, sob pena de impossibilitar qualquer tentativa de recuperação dos jornais.

Lamentando esse fato, esperamos registrar na conclusão dos trabalhos, a menor quantidade de perdas possíveis da Coleção, acreditando na sensibilidade dos que administram esta Universidade que como nós estão conscientes do dever de preservar o acervo cultural e a memória histórica do País.

ANEXO I – Convênio



LABORATÓRIO LIBER - Tecnologia da Informação
 EDIFÍCIO BIBLIOTECA CENTRAL - Av. dos REITORES, s/n
 CIDADE UNIVERSITÁRIA - CEP: 50670-901
 RECIFE - PERNAMBUCO - BRASIL
 FONE: +55 011 2126-7726 FAX: 21267724
 E-MAIL: LIBER@UPPE.BR

PROJETO: Desenvolvimento de sistema multimídia de gerenciamento eletrônico de acervos históricos

1

DADOS CADASTRAIS

ORGÃO/ENTIDADE PROPONENTE	C.G.C.	E.A.C.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	24.134.488/0001-08	

Endereço para correspondência:

Av. Prof. Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária			
Cidade: Recife	CEP: 50670-901	Estado: PE	
Telefone: (081) 2126 8001	Fax: (081) 2126 8029	E-mail: gabinete@ufpe.br	
Conta Corrente:	Banco:	Agência:	Praça de pagamento:

Responsável pelo projeto

Marcos Galindo Lima		RG: 1.738.212 SSP-PE
CPF: 189.176.584-15		
Cargo: Coordenador Geral	Função:	Matrícula: 7445528
Telefone: 81 2126 7726	Fax: 81 2126 7724	E-mail: galindo@ufpe.br

Endereço:

Av. dos Reitores, s/n, Biblioteca Central, 2º andar		
Cidade: Recife	CEP: 50670-901	Estado: PE

2

OUTROS PARTICIPANTES

Nome	CNPJ
Instituto para o Desenvolvimento de Tecnologias em Documentos e Gestão do Conhecimento - IDGC	05.625.749/0001-48

Responsável pelo projeto

Mônica de Arruda Lustosa Duarte		RG: 1 019 845
CPF: 128.476.154-15		
Cargo: Presidente	Função:	Matrícula SIAPE:
Telefone:	Fax:	E-mail:

Endereço:

Rua Gonçalves Maia, nº 186, Bairro da Boa Vista		
Cidade: Recife	CEP: CEP 52060-590	Estado: PE

3

TÍTULO DO PROJETO

Acervo de periódicos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco
--

Período de Execução

Início: Novembro de 2004	Término: Dezembro de 2005
--------------------------	---------------------------

Identificação do Objeto (Antecedentes, Estado da arte, ...)

Objetivo geral:
Colaboração técnico-científica, entre o IDGC e LIBER para ação emergencial de resgate e salvaguarda do acervo de periódicos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco.

Objetivos específicos

- a) Ação emergencial ou de salvamento, resgate preservação e acesso da coleção de periódicos e obras raras da biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, envolvendo procedimentos de: Remoção da coleção para ambiente intermediário, preparação técnica para higienização; desinfestação por emersão em gás inerte; limpeza mecânica dos volumes; acondicionamento e identificação dos códices.
- b) Ação de planejamento e desenvolvimento de infra-estrutura para o manuseio adequado dos recursos bibliográficos conservados na biblioteca da Faculdade de Direito, envolvendo procedimentos de: acondicionamento, adequação de ambientes; inventário; desenvolvimento de banco de dados e digitalização de acervos
- c) Montagem do Laboratório de conservação, restauração e encadernação - LACRE na Biblioteca Central da UFPE para desenvolvimento de soluções de resgate e salvamento de documentação em suporte de papel; prestação de serviços de restauro de manuscritos e impressos; capacitação de pessoal pré e pós-qualificado para atividades de higienização, desinfestação, restauro e manutenção de acervos históricos.

Antecedentes

A Faculdade de Direito do Recife, criada por Decreto Imperial de 7 de dezembro de 1830, estabeleceu-se no Convento de São Francisco em Olinda com um acervo inicial de 89 obras em 262 volumes. Em 1854 transferiu-se para o edifício do Curso de Preparatórios à Rua do Hospício, e aí permaneceu até julho de 1884, quando se mudou para o Convento do Carmo, tendo como bibliotecário o sábio Clóvis Bevilacqua. Em 1880 mais uma vez transferiu-se para o Colégio dos Jesuítas onde funcionava o Curso Jurídico lá permanecendo até 1912, quando foi concluído o atual edifício da Faculdade de Direito na Praça Adolfo Cirne.

Sua Biblioteca pertence ao Sistema de bibliotecas e está ligada ao Centro de Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Possui atualmente cerca de 98 mil volumes, com obras de Direito ciências sociais, naturais, literatura, filosofia, arte e religião e abriga também uma das mais preciosas coleções de obras raras do país, notadamente as coleções Tobias Barreto e Visconde de Santo Albino.

O LÍBER é um laboratório de pesquisa do Departamento de Ciência da Informação filiado ao VIRTUS, Laboratório de Hiperídia da Universidade Federal de Pernambuco. Desenvolve investigações no campo do gerenciamento eletrônico do conhecimento. Para este fim vem desenvolvendo, em ambiente controlado, repositórios e ferramentas que permitam a disponibilização, gerenciamento e pesquisa de conteúdos de formato digital. Desta forma, o Líber pode ser visto como um sistema de duas interfaces: numa os usuários web acessam o endereço www.liber.ufpe.br enxergam um serviço de disponibilização de conteúdos assistido por sistemas de busca, e nos bastidores desta interface, os pesquisadores do líber trabalham observando o comportamento dos usuários, a performance das ferramentas com o objetivo de desenvolver o sistemas e novos modelos e métodos de pesquisa on-line.

Justificativa

A Faculdade de Direito do Centro de Ciências Jurídicas - CCJ/UFPE possui um dos mais significativos acervos bibliográficos de Pernambuco. Na segunda metade do século XIX foi formada a Escola do Recife que passou a abrigar também o espólio bibliográfico do antigo Curso Jurídico, fundado pelo Bispo Azeredo Coutinho na primeira metade deste século. A biblioteca formada a partir do núcleo original dos cursos jurídicos era composta principalmente por obras de direito e teologia, mas abrigava também uma rica coleção de periódicos do século XIX que começou a circular na verga dos movimentos republicanos que, desde o princípio do século assolava o meio político pernambucano.

A Faculdade de Direito concentrava uma densa massa de intelectuais envolvidos numa e noutro lado das disputas políticas. Nestes periódicos ficaram registrados os mais marcantes testemunhos desta época, fazendo desta coleção, não somente rara, mas também única e cuja perda resultaria em um prejuízo irreparável à cultura e a memória brasileira. A situação de abandono em que se encontram estes jornais aumenta a cada dia o tamanho da ameaça, exigindo de seus depositários medidas urgentes de resgate, preservação e acesso.

Natureza inovadora

A parceria oportuniza o estabelecimento de uma rede de acervos e pesquisadores integrados em uma estrutura lógica interinstitucional, com a manifesta intenção de partilhar de forma inteligente recursos humanos, financeiros, tecnológicos, saberes e capacidades específicas de cada parte, áreas onde a duplicidade de esforços contribuem para o desperdício de tempo e recursos. Oportuniza ainda a aplicação do *know-how* armazenado na UFPE na área da gestão do conhecimento e de instrumentos de difusão do conhecimento baseados em software livre de código aberto, na perspectiva *open archives*, da preservação e do acesso às coleções.

Resultados esperados e possibilidades de aplicação e uso

É relevante a possibilidade que se abre com a consolidação desta parceria entre a UFPE e IDGC, porquanto dá oportunidade à experimentação de instrumentos coletivos e metodologias de gestão documental que podem permitir, no futuro próximo, replicar a experiência para outras instituições de natureza congênera que se aplicam em atividades de guarda de fontes históricas e preservação do patrimônio cultural.

Proposta de intervenção

- Documentação fotográfica para registro da situação das peças. Descreve o estado de conservação do acervo detalhando as características da sua estrutura.
- Higienização e conservação de parte do acervo de periódicos;
- Desenvolvimento de boas práticas de conservação preventiva, acondicionamento, preservação e acesso;
- Digitalização e tratamento dos volumes tratados;
- Desenvolvimento de sistema de gerenciamento eletrônico de documentos.

opção	procedimento	Nível intervenção	vantagens	desvantagens
Documentação fotográfica	registro da situação das peças.	Não intervém	Descreve o estado de conservação do acervo detalhando as características da sua estrutura.	nenhuma
Práticas de conservação	Desenvolvimento de políticas internas e boas práticas de conservação, acondicionamento, preservação e acesso às coleções	nenhum	Desenvolve no ambiente arquivístico cultura de conservação preventiva permanente, não deixa que os problemas apareçam para buscar soluções. Instala entre os funcionários a mentalidade do acesso às coleções.	nenhum
Digitalização	Digitalização de coleções	nenhum	Permite a distribuição eficiente da informação, garante os dados contra sinistros, preserva o original por servir em excelentes condições de conforto para o leitor. Processo auxiliar, não substitui práticas de conservação. Agrega valor à informação podendo se comercializar: cópias ou acesso, gerando renda ao detentor do acervo.	Nenhum

4

Outros procedimentos Propostos - Conservação

Documentação fotográfica	Registro imagético da situação das obras. Descreve o estado de conservação do acervo detalhando os danos e características da estrutura.
Limpeza superficial	Este processo permite eliminar a sujidade generalizada e excremento de insetos.
Eliminação das fitas desacidificadas	remoção a seco com espátula térmica e bisturi e produto químico adequado.
Pequeno reparos	Tratamento aquoso para estabilizar a degradação por ácidos por meio de imersão.
Reforço de estrutura	Reintegração mecânica das partes faltantes (enxertos), nas áreas faltantes são utilizados polpa de celulose de algodão com cor semelhante ao documento.
Laminação	Reforçando com tiras de papel <i>tissu</i> com espessura adequada nas bordas e centro de folio.
Consolidação das folhas	Proteção das folhas fragilizadas com a utilização do papel <i>tissu</i> cor bege 140grs.
Acondicionamento	Estabelecer o suporte unindo as fibras do papel onde foram realizados os enxertos.
	A obra será acondicionada em pasta de papel alcalino.

5

Equipe Técnica (parte selecionada)	Filiação:	Atuação no projeto:
Marcos Galindo	Professor do Departamento de Ciência da Informação da UFPE, Coordenador do Liber.	Coordenador do projeto
Eutrópio Bezerra	Arquivista e conservador de papel	Conservação de documentos
Maria José F. de Moraes		

4

Marcos Cardozo Eivaldo Rosa	Bacharel em Informática Especialista em biblioteconomia	Programador Manutenção de equipamentos
--------------------------------	--	---

* NOTA: a contrapartida da UFPE envolve salários de funcionários, instalações físicas e equipamentos existentes na UFPE.

6

Descrição dos materiais

Tipo	propriedade	volumes	Número	Data	Nº de páginas	Formato em cm

7

Descrição de serviços

Período	Propriedade	Unidade	reabast.	matéria	acomodamento	Digitalização

7

Execução dos serviços

As etapas acima descritas serão executadas nas instalações do laboratório Liber, utilizando pessoal e equipamentos do laboratório, respeitados os padrões internacionais de segurança de dados. Para este fim deverá ser celebrado um acordo de cooperação técnica, termo aditivo ao convênio universal entre UFPE e IDGC ou ainda convênio específico para o desenvolvimento desta iniciativa.

8

Prazo de execução

As atividades serão executadas no prazo definido pelo cronograma técnico de acordo com o estabelecido no Instrumento de convênio e Plano de trabalho.

9

Sigilo e segurança

O Liber se responsabiliza pela não divulgação de dados, informações e documentos relativos aos serviços acordados sem a prévia autorização da IDGC.

10

Atribuições e Cronograma

	Atribuições por ação		Código de atribuições:	
	LIBER	IDGC	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Documentação fotográfica				
Higienização				
Práticas de conservação				
Limpeza superficial				
Eliminação das fitas				
desacidificação				
Pequeno reparos				
Reforço de estrutura				
Laminação				
Consolidação das folhas				
Acondicionamento				
Digitalização				

E: Executa
S: supervisiona, sugere
P: Participa da Execução
A: Apoio Técnico
C: Consultoria

ANEXO J – Boletins Revalorizar : o Direito passa por aqui



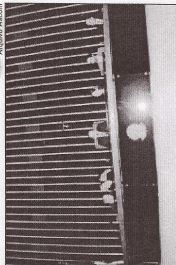
Celebrações dos 180 anos ajudam a divulgar campanha

As comemorações dos 180 anos da Faculdade de Direito do Recife (FDR), além de colocar a instituição em evidência no cenário acadêmico, também servem como uma oportunidade para a expansão da campanha "O Direito passa por aqui". O apelo do projeto ressoou em diversas instituições de ensino e pesquisa, como a Universidade de Brasília, a Universidade de São Paulo, a Universidade de Minas Gerais, a Universidade de Pernambuco (UPE), a Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e a Universidade de São Paulo (USP).

No último mês de agosto, a sessão solene em homenagem ao 180º aniversário da FDR foi realizada no auditório da Faculdade de Direito do Recife. O evento contou com a presença de autoridades acadêmicas e políticas, além dos deputados federais que propuseram a sessão. Maurício de Almeida, deputado federal pelo Rio de Janeiro, foi o orador principal, destacando a importância da FDR para a história do Direito brasileiro.

Outro momento importante das comemorações foi a apresentação da campanha "O Direito passa por aqui" pelo governador de Pernambuco, Eduardo Campos. Ele aproveitou a rara chance para, também, fazer uma breve apresentação da campanha "O Direito passa por aqui" pelo governador de Pernambuco, Eduardo Campos. Ele aproveitou a rara chance para, também, fazer uma breve apresentação da campanha "O Direito passa por aqui" pelo governador de Pernambuco, Eduardo Campos.

Já na Câmara Municipal do Recife, o vereador Luís Estanque e o deputado estadual Luiz Estanque também aproveitaram a oportunidade para falar sobre a importância da FDR e da campanha "O Direito passa por aqui".



Luciana Grassano em solenidade na Câmara Federal

Federal Maurício Randi lembraram a importância e o êxito da campanha em novembro. As festividades dentro do Centro de Convenções da Universidade de Pernambuco foram marcadas por uma série de eventos, incluindo palestras, debates e exposições.

Um último foco de atuação foram os eventos no âmbito da FDR, a colação de grau dos graduandos de 2007, o congresso de Direito do Estado e o congresso de Direito do Trabalho. Esses eventos, realizados no Recife, parâmetros de referência para o Direito brasileiro.

Itens de divulgação estiveram expostos. Os itens de divulgação estiveram expostos. Os itens de divulgação estiveram expostos. Os itens de divulgação estiveram expostos.

Editorial

A Faculdade de Direito do Recife enfrenta um momento de grande importância. A decisão de reapoiar a sociedade, uma decisão de reapoiar a sociedade, uma decisão de reapoiar a sociedade, uma decisão de reapoiar a sociedade.

Com esses ideais nasceu a campanha "O Direito passa por aqui". A iniciativa conta com diversas ações, todas visando a mobilização social em torno da revalorização estrutural e funcional da FDR e da sociedade. A ideia é dar uma injeção de ânimo na Faculdade.

Uma das suas frentes pretenciosas, portanto, reaproximar da Faculdade seus ex-alunos e administradores de sua riqueza intelectual e cultural. Uma das suas frentes pretenciosas, portanto, reaproximar da Faculdade seus ex-alunos e administradores de sua riqueza intelectual e cultural.

Campanha mobiliza sociedade

Em um esforço para a reestruturação do patrimônio da Faculdade de Direito do Recife, a campanha "O Direito passa por aqui" foi lançada. A iniciativa conta com diversas ações, todas visando a mobilização social em torno da revalorização estrutural e funcional da FDR e da sociedade.

A ideia é dar uma injeção de ânimo na Faculdade. Uma das suas frentes pretenciosas, portanto, reaproximar da Faculdade seus ex-alunos e administradores de sua riqueza intelectual e cultural. Uma das suas frentes pretenciosas, portanto, reaproximar da Faculdade seus ex-alunos e administradores de sua riqueza intelectual e cultural.

Em troca, os doadores recebem itens de uma coleção comemorativa dos 180 anos. Uma das suas frentes pretenciosas, portanto, reaproximar da Faculdade seus ex-alunos e administradores de sua riqueza intelectual e cultural.

Os fundos arrecadados devem servir à constante atualização dos materiais de ensino e pesquisa, à reforma acústica e mobiliária das salas e à preservação da memória da Faculdade.

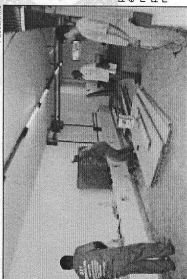


Itens de divulgação da campanha

Do topo: podem ser depositadas no Banco do Brasil, 3613-7, Caixa Postal nº 23944, 4, em nome da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE - FADU.

REVALORIZAR
O DIREITO PASSA POR AQUI

subsolo do
crédito da FDR
a área mais
cente a
passar por
formas



Campanha muda a cara
da Faculdade de Direito

Assim, um número maior de alunos poderá utilizar, ao mesmo tempo, essas instalações. A mesma reforma servirá para aumentar o espaço para a acomodação do rico acervo da

Uma outra frente de trabalho tem lugar no Anexo II da Faculdade. Nele, salas de aulas e espaços de convivência estão sendo melhorados. Uma importante novidade trazida por essa reforma, que já está em ritmo acelerado, será uma extensão da biblioteca, da hemeroteca e do arquivo histórico no bloco central do anexo.

Também está em andamento a elaboração do segundo fase pelo arquiteto Jorge Passos. Essa etapa incluirá o reparo de esquadrias, adornos, mosaicos, estruturas de madeira e do telhado. A primeira fase do projeto, que prevê a reforma de forros, fachadas e coberturas, depende apenas da conclusão da licitação para ser executada. Um total de R\$ 3,5 milhões, captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao Grupo Petróleo e ao Ministério da Educação, já está disponível para a obra.

Editorial

A campanha "O Direito passa por aqui" nasceu como uma batalha para reerguer a auto-estima de todos os que fazem parte da Faculdade de Direito do Recife. Dois anos após o batismo dessa ideia, é hora de comemorar o investimento de mais de R\$ 5 milhões em reformas e preservação da memória da FDR. É hora de colocar a mão na massa e tornar real o que era sonho: a modernização de novas salas

implantação de novas salas de aula, a melhoria da iluminação e da acústica das antigas, a criação do "Espaço Memória", a reforma do Anexo II, do prédio-sede e da biblioteca, o trabalho de catalogação dos jornais da Hemeroteca e do acervo de

Tudo isso está em andamento e, tal como acreditávamos, vai aprimorar fundamentalmente as relações da FDR e, mais importante ainda, qualificar a relação da sociedade com essa instituição de ensino que é o Patrimônio Histórico Nacional.

às salas de aula. Além disso, as instalações do Núcleo serão melhoradas.

Diariamente, cerca de 40 pessoas são atendidas. Por mês, são ajustadas entre 1.000 e 1.200 ações pedidas de pensão alimentícia. No caso de divórcio, de investigação de paternidade, de despejo e de reintegração de posse.

O projeto a ser beneficiado com o restante dos recursos, cerca de R\$ 200 mil, é o de preservação do acervo histórico. As emendas ao orçamento federal em favor da FDR foram propostas pelos deputados federais Bruno Araújo, Maurício Rands e Roberto Magalhães e pelo senador Marco Maciel.

Para além dos projetos que já acompanha "O Direito passa por aqui" continua a plantar sementes neste ano de 2009. Novas emendas parlamentares no valor de R\$ 520 mil deverão mudar ainda mais a realidade da Faculdade de Direito do Recife nos próximos meses. Confiada a liberação das emendas, o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) será o principal parceiro

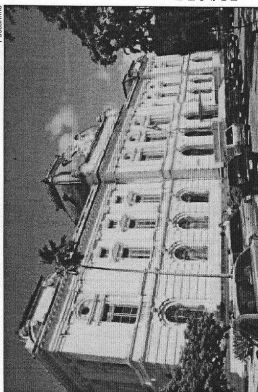
ação dos novos projetos.

Com sede no Anexo II, o NPJ funcionará junto a salas de aula da graduação, não possuindo um acesso próprio. Com a reforma, orçada em R\$ 320 mil, uma nova entrada será construída, gerando para os usuários a comodidade de chegar ao Núcleo por uma porta exclusiva na Rua dos Envásios Pires. A entrada da Rua do Espício permanecerá como acesso

Novas emendas
garantem futuras obras



Emendas
parlamentares
estão ajudando
a mudar a
realidade da
Faculdade



Jornais antigos e obras
raras recebem tratamento

A preservação da memória foi, desde o início, um dos principais objetivos da campanha "O Direito de Saber". Em seu segundo ano, a empreitada passou a conquistar a riqueza cultural que a FDR e guardava entre as fileiras do arquivo. Com um olhar atento à história e ao valor das imagens antigas da empreitada e ao estar nas mãos da biblioteca da Faculdade já estão nas mãos dos profissionais que dão início à sua recuperação. Das salas do Anexo I foram especialmente preparadas para o trabalho de restauração Debora e a equipe de conservação, com o intuito de reunir uma coleção de jornais de 1874, Jornal dos Exemplares que datam de 1874 a 1974, Jornal do Recife (1879), Diário do Congresso (1880), Diário de Pernambuco (1887) e Jornal Commercial (1919) são alguns dos que constituem esse precioso acervo da história da FDR e da cultura da Paraíba, da economia e da cultura do País.



O trabalho foi iniciado com o diagnóstico do estado de conservação dos periódicos

Memória
mais acessível

Dez bibliotecários estão trabalhando na catalogação de 72.123 volumes da biblioteca da Faculdade. Esse material está sendo incluído no Pergamum, o catálogo online da UFPE. De forma prática, isso significa que os alunos e professores poderão fazer pesquisas sobre o acervo pela internet, reservar livros e renovar a reserva na rede, com mais conforto e tranquilidade. A medida que o trabalho - que começou no

início deste ano – vai sendo realizado, os títulos vão sendo disponibilizados para os usuários do prateleira do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFPE.

O prazo para a conclusão do projeto é de 18 meses.

Além de conquistar o mundo virtual, as instalações físicas do FDS serão remodeladas para abrigar um "Espaço Memória". As salas de Carlos Alves e Ruy Barbosa, no edifício sede, passarão por uma reforma que se adaptará para receber exposições itinerantes. As instalações e a manutenção adequadas do espaço transformarão o FDS em uma biblioteca pública, a convite da comunidade. Está prevista a inauguração do "Espaço Memória" em novembro para o segundo semestre deste ano, com duas exposições sobre os intelectuais que dão nomes às salas.

A FDR trabalha para ampliar essas ações e implantar um laboratório de conservação e restauro dentro da Faculdade. Os recursos, da ordem de R\$ 800 mil, estão sendo captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Solenidade celebra primeiro aniversário da campanha



Mais resultados
a cada dia

Após as comemorações do primeiro aniversário, os resultados da campanha "O Direito passa por aqui!" continuaram aparecendo de diversas formas. Por ocasião dos 20 anos da Carta Magna brasileira, em novembro passado, a Faculdade de Direito do Recife promoveu a jornada de estudos "20 anos de história constitucional" e a exposição "Constituições do Brasil".

Os painéis temáticos da jornada ocorreram em dois anfiteatros da FdE e contaram com a participação de professores dos programas de pós-graduação em Direito da UFPE e da Universidade de Fortaleza (Unifor). Ao mesmo tempo, foi inaugurada a exposição de volumes que tratam desde as origens constitucionais da nação, em 1817, na Revolução Pernambucana, até a vigente Constituição cidadã. Os livros, que fazem parte do acervo da biblioteca da FdE, permanecerão expostos no hall da Faculdade durante um mês. A mostra levou ao público os próprios textos das várias Constituições, além de outros escritos que retrataram esses momentos cruciais da história política do País.

MANUAL
Já este ano, em outra ação da campanha, os novos alunos foram recebidos com um presente: o manual do aluno da FDR. Nada mais útil para envolver os recém-chegados com a vida da Faculdade do que apresentá-los a ela. O manual serve como guia, mostrando aos estudantes as inúmeras atividades desenvolvidas na FDR, seu funcionamento e seus professores, e disponibilizando os contatos necessários. Uma prova da transparência e do compromisso daqueles que fazem a Faculdade.



Reitor Amaro Lins discursou no evento

o corpo na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em outubro do ano passado, e o Nobre da FDR, local da festa, com docentes, professores e alunos, em homenagem.

zação, desglobalização, (Do Direito inadimplente à Lucio Veiga. A solenidade também exposição "A nacionalização do país do século XIX"

...ais do século XIX. ... representantes do BNDES, os senadores João Santos, à Embrur, aos senadores Paulo, Maurício Rand, Roberto ... e ao senador Marco Maciel ... retora da FDR, Luciana ... celebra o novo, o esforço ... compreendido por tantos, os ... mas celebra também a ... os êxitos, a importância ... a vida viver do passado, mas ... devemos respeitar o nosso ... O reitor da UFPE, Amaro Lins, ... ação, o Iphan, a Fundação ... e o Bureau de Design, a ... lembrados por suas ... ações.

Primeiro

O primeiro aniversário da companhia "O certo passa por aqui" foi celebrado com um grande evento de homenagem aos parceiros que marcaram os primeiros passos da empresa. As comemorações foram realizadas no auditório da sede da companhia, com a presença de todos os colaboradores e familiares. O evento foi aberto pelo presidente da companhia, que destacou a importância dos parceiros para o sucesso da empresa. Em seguida, foram apresentados os resultados do primeiro ano de atividades, com destaque para os projetos de desenvolvimento sustentável e inovação. O evento terminou com um jantar em homenagem aos parceiros, com música ao vivo e apresentações de dança.

...e agora
...começam a tor
...tife (FDR). M
...sfilaram pel
...presários, d
...os amigos d
...solenidade
...stituições qu
...orga da mec
...eito do Reci
...çamentos da
...colecção Fac
...a da colecção
...damentos. g

fundamentos, a função do Direito (realização)", de

...grupos Voto
...And
...Braz
...feitos pe
...A F
...o, o trabalh
...hoje rec
...tinuidade. F
...passado, nã
...beitá-lo, con
...ente", disc
...Ministério da
...sa Livraria,
...ext também
...timáveis co

Lilly, Diretora da VTE; Luciano Grossmann, Jornalista responsável; Valéria Calvo, RPPB 2.142; Rocio e Reportagem; Luciana Alencar; Penny Otero, Desempenho e Renda; Luciane Sousa; Paulo e Denise; Celina J. Luz Vazquez; Dólar 1.500 comprados.

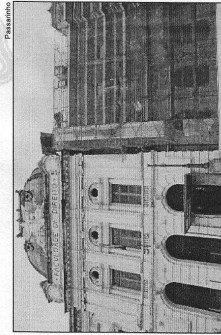
REVALORIZAR

O DIREITO PASSA POR AQUI

180 ANOS

1823-2003

UFPE



Parque de Pedra

Restauração trará de volta a importância do prédio histórico

Editorial

Nossa faculdade está se transformando - esse é o sentimento da comunidade acompanhando os êxitos da campanha "O direito passa por aqui". Todos os alunos da graduação em Direito estão envolvidos na campanha "O direito passa por aqui" e foram recebidos com a inauguração do novo curso de graduação em Direito, a primeira atividade do Espírito de Pernambuco, de modo a renovar a memória, exposições de nosso acervo e revitalizadas e equipadas com recursos tecnológicos: wireless, nossa biblioteca está em constante atualização, com o novo espaço de leitura do prédio vai devolver a importância da Faculdade. Novos espaços e práticas Penel, continuam sendo feitos com recursos provenientes da comunidade, a campanha "O direito passa por aqui" conseguiu a Faculdade de Direito do Recife (FDR), a Faculdade de Direito de Pernambuco (FDRPE) e a Faculdade de Direito de Minas Gerais (FDRMG) são entidades a serem revitalizadas. É a prova de que a Faculdade de Direito de Pernambuco está trabalhando a todo vapor para melhorar a vida de sua comunidade acadêmica.

Reforma promove melhorias na FDR

A campanha "O direito passa por aqui" veio para ficar, mobilizando a comunidade para a reforma do prédio histórico. A ideia foi transformar a Faculdade de Direito do Recife (FDR) em um espaço de ensino, pesquisa e extensão, com a finalidade de garantir o acesso da comunidade ao ensino jurídico. O projeto prevê a restauração do prédio, a recuperação do espaço físico, a melhoria da infraestrutura e a criação de novos cursos e disciplinas. A reforma também prevê a criação de um novo espaço de ensino, pesquisa e extensão, com a finalidade de garantir o acesso da comunidade ao ensino jurídico. O projeto prevê a restauração do prédio, a recuperação do espaço físico, a melhoria da infraestrutura e a criação de novos cursos e disciplinas. A reforma também prevê a criação de um novo espaço de ensino, pesquisa e extensão, com a finalidade de garantir o acesso da comunidade ao ensino jurídico.

NPJ trará novos professores

O futuro da FDR se mostra promissor e as inovações não param de chegar. A Faculdade de Direito do Recife (FDR) entrou em uma nova fase com a criação do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e a implementação da campanha "O direito passa por aqui". O NPJ é um espaço de ensino, pesquisa e extensão, com a finalidade de garantir o acesso da comunidade ao ensino jurídico. A campanha "O direito passa por aqui" é uma iniciativa da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, com o objetivo de revitalizar o ensino jurídico e promover a integração entre a academia e a sociedade. A FDR está trabalhando para melhorar a vida de sua comunidade acadêmica.

Homenagem marca inauguração

A inauguração do espaço foi marcada por uma exposição em homenagem ao professor Dr. João de Deus Barreto, as marcas de um homem. O espaço, que conta com um moderno sistema de climatização e iluminação, foi inaugurado em novembro de 2003. O espaço, que conta com um moderno sistema de climatização e iluminação, foi inaugurado em novembro de 2003. O espaço, que conta com um moderno sistema de climatização e iluminação, foi inaugurado em novembro de 2003. O espaço, que conta com um moderno sistema de climatização e iluminação, foi inaugurado em novembro de 2003. O espaço, que conta com um moderno sistema de climatização e iluminação, foi inaugurado em novembro de 2003.

Biblioteca passa por obras

Uma das mais antigas bibliotecas do sistema de ensino superior do Brasil, a Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife (FDR) está passando por uma reforma. O projeto prevê a restauração do prédio, a recuperação do espaço físico, a melhoria da infraestrutura e a criação de novos cursos e disciplinas. A reforma também prevê a criação de um novo espaço de ensino, pesquisa e extensão, com a finalidade de garantir o acesso da comunidade ao ensino jurídico. O projeto prevê a restauração do prédio, a recuperação do espaço físico, a melhoria da infraestrutura e a criação de novos cursos e disciplinas. A reforma também prevê a criação de um novo espaço de ensino, pesquisa e extensão, com a finalidade de garantir o acesso da comunidade ao ensino jurídico.



REVALORIZAR

O DIREITO PASSA POR AQUI



Exposições resgatam a história da FDR

Editorial

A campanha "O direito passa por aqui" surgiu por iniciativa da comunidade acadêmica da unidade II Faculdade de Direito da UFPE, com o objetivo de resgatar a história da FDR e promover a valorização da unidade. Desde então, uma série de exposições tem sido realizadas, visando momentos de reflexão e aprendizagem para os alunos e professores.

Em 2017, a exposição "O direito passa por aqui" foi realizada, com o objetivo de resgatar a história da FDR e promover a valorização da unidade. Desde então, uma série de exposições tem sido realizadas, visando momentos de reflexão e aprendizagem para os alunos e professores.



Figura 1: Espaço de exposição da unidade II Faculdade de Direito da UFPE.



Figura 2: Espaço de exposição da unidade II Faculdade de Direito da UFPE.

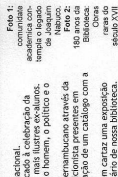


Figura 3: Espaço de exposição da unidade II Faculdade de Direito da UFPE.

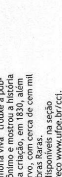


Figura 4: Espaço de exposição da unidade II Faculdade de Direito da UFPE.



Aumento de vagas promove mudanças na Faculdade

Aumento de vagas promove mudanças na Faculdade

As antigas salas dos espelhos e da congregação, no entanto, não foram suficientes para atender a demanda. O aumento de vagas oferecidas pela Faculdade de Direito da UFPE, com o objetivo de resgatar a história da FDR e promover a valorização da unidade. Desde então, uma série de exposições tem sido realizadas, visando momentos de reflexão e aprendizagem para os alunos e professores.

Boas-vindas

Os alunos de 1º período do semestre letivo 2017.1, da Faculdade de Direito da UFPE, receberam boas-vindas por parte da comunidade acadêmica. O projeto de boas-vindas foi realizado com o objetivo de resgatar a história da FDR e promover a valorização da unidade. Desde então, uma série de exposições tem sido realizadas, visando momentos de reflexão e aprendizagem para os alunos e professores.

Prédio da Faculdade completa um século

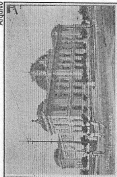


Figura 1: Prédio da Faculdade de Direito da UFPE.

O imponente Palácio que abriga o curso de Direito da Faculdade de Direito da UFPE, completa um século em 2017 e possui uma história rica e fascinante. O prédio foi projetado pelo arquiteto pernambuco Adolfo C. de Aguiar e construído em 1917. O prédio é um dos mais importantes monumentos arquitetônicos de Pernambuco. Uma placa comemorativa será colocada em homenagem ao centenário.

2 | REVOLUÇÃO - O DIREITO PASSA POR AQUI

FDR vai às urnas e decide pela continuação das mudanças

Quando se elegeu em 2007 como a primeira mulher a dirigir o tradicional curso de Direito da UFPE, a professora Luciana Gascardi passou por transformações urgentes. De lá para cá, essa instituição passou por um sinuado processo de reestruturação que, apesar de não ter sido concluído, a reeleição da diretora, em novembro do ano passado, representou a confirmação de que a Faculdade estava no caminho certo e de que o direito passa por aqui, devendo continuar.



Luciana Gascardi
Diretora da Faculdade de Direito da UFPE

Diretora faz balanço da campanha

Revelar: Por que a senhora optou pela candidatura à reeleição? **R:** Quando fui eleita, em 2007, o motivo foi o impacto de concluir o primeiro mandato. A Faculdade de Direito da UFPE, durante o primeiro mandato, mostrou um crescimento muito grande e eu não poderia parar. Embora tenha sido um primeiro mandato, me deixou muito feliz. Foi como se tivesse realizado um sonho que reconhecia o trabalho que realizamos.

R: Como surgiu a campanha "O Direito Passa por Aqui"? **R:** Lembro que, quando fui eleita, em 2007, acreditei que somente uma grande mudança poderia transformar a Faculdade de Direito da UFPE. Os alunos, professores e servidores em geral tinham uma visão muito estreita da Faculdade. Quando eu cheguei lá, há seis anos e está fazendo 10 anos, percebi que a Faculdade estava funcionando de maneira muito fechada. Procurei alguns políticos que

Além disso, o aumento do número de vagas oferecidas pelo curso de Direito da UFPE, em 2007, representou uma abertura maior da Faculdade para a sociedade e agora temos um curso de graduação em Direito para a formação de cidadãos.

R: Quais os principais desafios para o futuro da FDR? **R:** O principal desafio é a reforma do projeto político-institucional da Faculdade para trazer fôlego ao curso.

Além disso, o aumento do número de vagas oferecidas pelo curso de Direito da UFPE, em 2007, representou uma abertura maior da Faculdade para a sociedade e agora temos um curso de graduação em Direito para a formação de cidadãos.

Reza Azeiteiro, Diretora de FDR, Luciana Gascardi, jornalista experiente, Vitória Galvão, JFPE 19-2017
Enzo Ribeiro, jornalista experiente, JFPE 19-2017, Luciana Gascardi, Diretora de FDR, JFPE 19-2017

O DIREITO PASSA POR AQUI: REVOLUÇÃO 3



O DIREITO PASSA POR AQUI
REVOLUÇÃO 3

Laboratório recupera obras raras

A FDR ganhou uma importante contribuição para a preservação de seu acervo bibliográfico. O "Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos", criado em 2007, passou, por ocasião do 18º aniversário da biblioteca, com investimento do Banco de Fomento Econômico, a ser o parceiro da campanha "O direito passa por aqui".

A restauração está vinculada com a preservação do acervo da Faculdade de Direito da UFPE, que possui uma coleção de obras raras e de valor histórico e científico. A coleção é formada por obras de autores de renome mundial, como os filósofos da Idade Média e da Idade Moderna, e também por obras de autores brasileiros, como os filósofos da Idade Contemporânea.

As obras raras foram as primeiras a passar pelo processo. As publicações dos séculos XVII, XVIII e XIX, abrangem parte da coleção dos Oratórios e do acervo de autores de renome mundial, além de possuir um dos poucos exemplares originais da prosopopeia, de Bento Teixeira. A obra seguinte vai contemplar a Coleção Especial, com cerca de 50 mil livros de autores de renome mundial, e os livros de autores brasileiros, que estão sendo restaurados. A realização de um concurso para contratação de um técnico em restauração.



Esopo, Plutarco, Sêneca, Cícero, além de possuir um dos poucos exemplares originais da prosopopeia, de Bento Teixeira. A obra seguinte vai contemplar a Coleção Especial, com cerca de 50 mil livros de autores de renome mundial, e os livros de autores brasileiros, que estão sendo restaurados. A realização de um concurso para contratação de um técnico em restauração.

FDR homenageia catedráticos

Nabuco (Laboratório), cujo trabalho iniciou em 2007, com o objetivo de restaurar os livros, fotos e gravuras da FDR. Cada um dos quadros está acompanhado de uma placa com o nome do professor.

O espaço é dedicado, principalmente, ao acervo de obras de autores de renome mundial, além de possuir uma coleção de obras de autores brasileiros, que estão sendo restaurados. A realização de um concurso para contratação de um técnico em restauração.

Além disso, o aumento do número de vagas oferecidas pelo curso de Direito da UFPE, em 2007, representou uma abertura maior da Faculdade para a sociedade e agora temos um curso de graduação em Direito para a formação de cidadãos.

Além disso, o aumento do número de vagas oferecidas pelo curso de Direito da UFPE, em 2007, representou uma abertura maior da Faculdade para a sociedade e agora temos um curso de graduação em Direito para a formação de cidadãos.

ANEXO K – Matéria do Jornal do Commercio, 15 de novembro de 2009

19/01/13

JC Premium

jornal do commercio

Cidades - 15/11/2009

Memória ressurge das cinzas

» FACULDADE DE DIREITO Há três anos, acervo de jornais raros da instituição era devorado por cupins. Hoje, está recuperado e ganhará visibilidade em exposição que ocorre dia 30

Cleide Alves

cleide@jc.com.br

O acervo de jornais raros da Faculdade de Direito do Recife (FDR), que três anos atrás era devorado por fungos e cupins no chão de uma sala do anexo II da instituição, ganhou melhor tratamento. Limpos e organizados, os periódicos agora ocupam estantes, embalados com papel neutro, em ambientes climatizados. Para prestar contas do trabalho à sociedade, exemplares serão expostos ao público no próximo dia 30, a partir das 10h, no Espaço Memória da faculdade, na Rua Princesa Isabel, bairro da Boa Vista, no Centro do Recife.

É uma chance única de se ver de perto os originais dos jornais, editados de 1857 a 1979. Depois da mostra, os documentos voltam às duas salas onde estão armazenados no anexo II (Rua do Hospício, Boa Vista). Por enquanto, o acervo ficará restrito ao público. Na exposição o visitante encontrará alguns dos principais periódicos. "Vamos exibir os mais curiosos, como o Jornal Pequeno", diz a coordenadora da biblioteca da FDR, Karine Vilela.

Para começar, o jornal tem dimensões gigantescas. "Aberto, ocupa uma mesa de quase quatro metros", comenta Karine Vilela. "Somente as letras são bem pequenas", acrescenta. Os jornais passaram por processos de desinfestação, higienização e identificação, num trabalho realizado de abril a outubro deste ano pela restauradora Débora Mendes. Essa é a primeira etapa do projeto, que não contempla restauração do papel danificado.

A proposta da faculdade é dar continuidade ao projeto de conservação, com soluções que ajudem a aumentar a vida dos documentos. Uma delas seria proteger os exemplares com capas. Outra opção é a digitalização, para impedir o manuseio do papel. "Fizemos a ação mais importante, que é a higienização e armazenamento em condições adequadas." A instituição ainda não definiu como vai tornar o acervo acessível aos pesquisadores.

Na mostra do dia 30 também serão expostos exemplares danificados (por insetos ou pelo homem) e jornais que não têm mais chances de ser recuperados. Alguns trazem marcas de fita adesiva, outros tiveram notícias recortadas. "É uma forma de alertarmos para o problema e com isso evitar que os erros se repitam", destaca Karine Vilela. Os visitantes não poderão folhear os jornais na exposição.

A hemeroteca conta com 2.561 volumes acomodados em estantes, em salas com temperatura e umidade controladas. Os jornais estão organizados por título e separados de acordo com o estado de conservação.

13/01/13

JC Premium

"Conseguimos identificar 43 títulos", diz. O acervo é composto, em sua maioria, de exemplares do século 19. "É uma excelente fonte de pesquisa sobre propaganda, costumes sociais, venda de escravos, política, economia e cultura."

A primeira fase do projeto, executado pela empresa Arte sobre Arte e acompanhado pela biblioteca, custou R\$ 151.803,20. No mês de dezembro, a Faculdade de Direito do Recife estará disponível para prestar informações sobre o projeto de resgate dos documentos. "Pretendemos editar um folder para distribuir com os visitantes e também um catálogo com imagens dos jornais higienizados", informa Karine Vilela.